



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

Neivânia da Silva Theodoro

**Juventude, mundo rural e ação pedagógica:** contextos institucionais e  
práticas discursivas nos processos de formação educacional

Florianópolis  
2021

Neivânia da Silva Theodoro

**Juventude, mundo rural e ação pedagógica: contextos institucionais e práticas discursivas nos processos de formação educacional**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Sociologia e Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Marcia da Silva Mazon

Florianópolis  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Theodoro, Neivânia S

Juventude, mundo rural e ação pedagógica : contextos institucionais e práticas discursivas nos processos de formação educacional / Neivânia S Theodoro ; orientadora, Marcia da Silva Mazon, 2021.

133 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Juventude Rural; Agricultura Familiar; Ação Pedagógica; Mercado Agropecuário. I. Mazon, Marcia da Silva. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política. III. Título.

Neivânia da Silva Theodoro

**Juventude, mundo rural e ação pedagógica:** contextos institucionais e práticas discursivas nos processos de formação educacional

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Márcia da Silva Mazon, Dr.(a)  
(UFSC)

Prof.(a) Marcelo Domingos Sampaio Carneiro, Dr.(a)  
(UFMA)

Prof.(a) Eduardo Vilar Bonaldi, Dr.(a)  
(UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Sociologia e Ciência Política – área de concentração: Sociologia.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação  
de Sociologia e Ciência Política

---

Prof.(a) Márcia da Silva Mazon, Dr.(a)  
Orientador(a) no Programa de Pós-Graduação  
de Sociologia e Ciência Política  
Florianópolis, 2021.

Dedico às gerações que vieram antes de mim e  
à juventude que desperta para o seu tempo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq por fomentar a pesquisa científica neste país e tornar viável a realização da presente pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFSC, aos professores pelos ensinamentos e maestria, em especial a minha orientadora Márcia da Silva Mazon pela sua dedicação e pelas suas valiosas contribuições em nossas conversas construtivas sobre a pesquisa.

Agradeço aos colegas de mestrado e do Núcleo de Pesquisa NUSEC, que tornaram esse período acadêmico mais interessante e vivaz. Agradeço as amigas de longa data e as mais recentes construídas nos espaços do CFH e da UFSC, por compartilharem momentos de entusiasmo e de incertezas sobre a vida dentro e fora da academia.

Agradeço a minha família, pelo apoio e compreensão da minha escolha em continuar os estudos de pós-graduação.

Agradeço ao meu companheiro Márcio de Carvalho, por sempre estar disposto e atento em todo o processo de pesquisa, ouvindo, trocando ideias e sendo inspiração, principalmente neste momento em que estamos gerando uma vida, talvez uma cientista.

“Eles passarão...Eu passarinho!”  
Mario Quintana

## **Juventude, mundo rural e ação pedagógica: contextos institucionais e práticas discursivas nos processos de formação educacional**

### **RESUMO**

Conforme o último censo rural divulgado pelo IBGE, é persistente o dado de diminuição da juventude no meio rural em atividades agrícolas tão bem como o consequente envelhecimento da população rural (IBGE, 2019). Esses dados podem ser indicadores de um dilema intergeracional: jovens encantados pelas novas tecnologias e atraídos pelo consumo e pais agricultores que ainda vêem a agricultura como atividade de tempo integral. Esta pesquisa explora a influência de instâncias institucionais catarinenses, a partir de duas experiências de cursos para jovens rurais: ‘Alfa Jovem’ oferecido pela Cooperalfa, e ‘Ação Jovem Rural’ pela Epagri. Foi possível identificar como estes espaços educacionais mobilizam discursos e ferramentas de gestão os quais acomodam uma forma de socialização desses/dessas jovens no mercado de trabalho. Observa-se como estes recursos fazem um apelo de continuidade da reprodução social das próprias instituições citadas, com uma proposta de empreendedorismo rural como única via de solução do problema da crise geracional.

**Palavras-chave:** Juventude Rural; Agricultura familiar; Sucessão geracional; Mercado agropecuário.



## **Youth, rural world and pedagogical action: institutional contexts and discursive practices in educational formation processes**

### **ABSTRACT**

According to the last rural census published by IBGE, there is a persistent decrease in the number of young people in rural areas engaged in agricultural activities as well as the resulting aging of the rural population (IBGE, 2019). These data can be indicative of an intergenerational dilemma: the youth who are captivated by new technologies and attracted by consumption, and farming parents who still see agriculture as a full-time activity. This research explores the influence of institutional instances in Santa Catarina, based on two course experiences for rural young people: 'Alfa Jovem' offered by Cooperalfa, and 'Ação Jovem Rural' by Epagri. It was possible to identify how these educational spaces mobilize discourses and management tools which accommodate a way of socializing these young people in the labor market. It is observed how these resources appeal to the continuity of social reproduction of the mentioned institutions, suggesting rural entrepreneurship as the only way to solve the problem of the generational crisis.

**Key-words:** Rural Youth; Family farming; Generational succession; Agricultural market

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

**ACI** – Aliança Cooperativa Internacional

**ACAR** – Associação de Crédito e Assistência Rural (extinto)

**ACARESC** – Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (extinta)

**ABCAR** – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

**ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural

**AURIVERDE** – Cooperativa Regional Auriverde

**BIRD** – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

**CDA** – Campo Demonstrativo Alfa

**CEDAP** – Centro de Desenvolvimento em Aquicultura e Pesca, incorporado à Epagri.

**CEPA** – Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola, incorporado à Epagri.

**CEPAF** – Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar de Chapecó

**CEMAC** – Centro de Memória Alfa/Maxicrédito

**CIRAM** – Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina, incorporado à Epagri.

**COOPERATIVA A1** – Cooperativa A: do segmento agropecuária; 1: mais antiga de Santa Catarina.

**COAMO** – Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda

**COOPERCAMPOS** – Cooperativa de Campos Novos

**COOPERITAIPU** – Cooperativa Regional Itaipu

**COOPERALFA** – Cooperativa Agroindustrial Alfa

**CONJUVE** – Conselho Nacional da Juventude

**CTA's**– Centros de Tecnologia Agrícola

**EJACC** – Encontros de Jovens Agricultores Cooperativistas Catarinenses

**EPAGRI** – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

**EMBRATER** – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

**EMATERs** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão rural Estadual (antiga ACARESC)

**EMPASC** – Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (extinta)

**ETA** – Escritório Técnico de Agricultura (extinto)

**ERPP** – Empresa Rural de Pequeno Porte

**FOJOLICO** – Formação de Jovens Lideranças Cooperativistas

**FDR** – Fundo de Desenvolvimento Rural

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**MAPA** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**MDA** – extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário

**MEC** – Ministério da Educação do Brasil

**MER** – Micro Empresa Rural

**MMC** – Movimento de Mulheres Camponesas

**MPA** – Movimento dos Pequenos Agricultores

**MPE** – Prêmio de Competitividade para Micro e Pequenas Empresas

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**OCB** – Organização das Cooperativas Brasileiras

**OCEs**– Organização Cooperativa Estadual

**OCESC** – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina

**PROJOVEM** – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

**PRONERA** – Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária

**PRONATEC Campo** – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PRONAF Jovem** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar destinado a produtores jovens.

**SAF** – Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo

**SEAD** – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SENAR** – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

**SESCOOP** – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

**SICOOB** – Sistema de Cooperativas de Crédito

**SNJ** – Secretaria Nacional da Juventude

**UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina

**UFFS** – Universidade Federal Fronteira Sul

**UDESC** – Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina

**UGT** – Unidade de Gestão Técnica, da Epagri

**UNOESC** – Universidade do Oeste de Santa Catarina

**USAID** – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

## **SUMÁRIO**

### **CAPÍTULO I - A QUESTÃO DA JUVENTUDE NO MEIO RURAL**

- 1.1 JUVENTUDE É SÓ UMA PALAVRA
- 1.2 RELAÇÃO RURAL-URBANO SOB O OLHAR CONTEMPORÂNEO
- 1.3 OS DESAFIOS DA JUVENTUDE NO MUNDO RURAL E A CRISE GERACIONAL
- 1.4 SITUANDO CONTEXTOS ESPECÍFICOS
  - 1.4.1 Panorama Internacional
  - 1.4.2 Panorama Nacional e Regional
- 1.5 JUVENTUDE E MUNDO RURAL NA AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

### **CAPÍTULO II- O CONTEXTO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL**

- 2.1 BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO NO MUNDO – COOPERAÇÃO E EDUCAÇÃO
  - 2.1.1 A ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI)
- 2.2 COOPERATIVISMO NO BRASIL: UMA HISTÓRIA ANTIGA COM A MARCA DO UNIVERSO RURAL E DO SUL
- 2.3 O ESTADO DE SANTA CATARINA E REGIÃO OESTE: DA EXTENSÃO RURAL E DO COOPERATIVISMO
- 2.4 EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA – EPAGRI
  - 2.4.1 A FORMAÇÃO DOS CLUBES 4S (1960-1980)
- 2.5 EXPERIÊNCIA DO OESTE CATARINENSE
- 2.6 COOPERATIVA COOPERALFA
  - 2.6.1 COOPERALFA E O OESTE CATARINENSE
  - 2.6.2 DISPOSITIVOS DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO COOPERATIVA
  - 2.6.3 MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A PRODUÇÃO DE CONSENSO
  - 2.6.4 CEMAC – CENTRO DE MEMÓRIA ALFA/MAXICRÉDITO
  - 2.6.5 O CDA (CAMPO DEMONSTRATIVO ALFA)

### **CAPÍTULO III – MERCADO E JUVENTUDE NO MEIO RURAL: SINGULARIDADES DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA**

- 3.1 INICIATIVAS EDUCACIONAIS E JUVENTUDE NO MEIO RURAL (2010-2020)
- 3.2 “AÇÃO JOVEM RURAL” – ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS NA FORMAÇÃO DE JOVENS LÍDERES, GESTORES E EMPREENDEDORES RURAIS
- 3.3 “ALFA JOVEM” – JOVENS LIDERANÇAS
- 3.4 MERCADO E JUVENTUDE NO MEIO RURAL: A RECONVERSÃO ATRAVÉS DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO
  - 3.4.1 ELEMENTOS DE SIMILARIDADE
  - 3.4.2. DISTINÇÃO E AS HIERARQUIAS DA REALIDADE – A CULTURA QUE UNE E SEPARA
  - 3.4.3 PROFISSIONALIZAÇÃO E INCLUSÃO DO PÚBLICO JOVEM

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**REFERÊNCIAS**

**ANEXOS**

## INTRODUÇÃO

O problema da saída dos jovens do meio rural das atividades agropecuárias e o crescente envelhecimento no campo se intensificam desde meados dos anos 1960 (ABRAMOVAY, et.al., 1998; SILVESTRO, et.al., 2001). Transformações econômicas, sociais e culturais ocasionadas pela implantação do modelo de modernização da agricultura, para uns constituiu um período de crise e êxodo rural, enquanto para outros poderia ser uma oportunidade de renovação no campo (EPAGRI, 2019). Esse dilema é relatado pela literatura em âmbito internacional e nacional; assim como na Região Oeste de Santa Catarina, especialmente Chapecó, localidade das instituições estudadas nesta pesquisa: Epagri e Cooperalfa.

Weber em *A Ética Protestante e o espírito do capitalismo* (2004) mostra como uma crença religiosa entra em relação de reforço com o espírito de lucro e inovação do capitalismo para promover o desenvolvimento econômico de um país que se torna referência. Esta dissertação trata de uma região que é referência em termos de produção agrícola tecnificada no Brasil e capitaneada por cooperativas. Abordamos a ação cooperativa numa comunidade religiosa católica e onde esta relação de reforço entre ética religiosa e a produção econômica se faz no sentido de estimular a expansão econômica cooperativada, porém, mantendo um espírito tradicional no que diz respeito ao plano político. O tradicionalismo está expresso em diferentes âmbitos: focamos nesta pesquisa o processo de formação educacional de jovens em cursos de educação não formal explorando a origem desta instituição: de que forma a ação pedagógica segundo expressão de Bourdieu e Passeron (2008) une ao mesmo tempo em que separa.

Analizamos dois cursos: o Programa “Ação Jovem Rural”, pela EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina); e o Programa “Alfa Jovem”, pela cooperativa Cooperalfa (Cooperativa Agroindustrial Alfa). Com o intuito de compreender os mecanismos discursivos institucionais em torno do tema da juventude no meio rural, abordado com frequência através das narrativas de sucessão geracional da propriedade familiar.

Metodologicamente, foram utilizadas fontes hemerográficas e audiovisuais publicadas nas redes de comunicação de ambas as organizações, tais como: o canal do youtube da Epagri<sup>1</sup>; canal de youtube da cooperalfa<sup>2</sup>; o Jornal/Revista O Cooperalfa analisados no período de 2010 a 2020; Rádio Alfa Informativo<sup>3</sup>; o Podcast da Alfa Argumento (2020)<sup>4</sup>; publicação do livro intitulada *Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri 2012-2016* (EPAGRI, 2016), entre outras publicações de livros e artigos científicos da Epagri e o livro comemorativo de 50 anos da Cooperalfa, *Cooperação como Herança* (FORNECK; MATTE, 2017). Além disso, foram analisados os conteúdos programáticos de cada curso oferecido – do ‘Alfa Jovem’ e do ‘Ação Jovem Rural’. Ainda, contamos com a abertura das respectivas coordenações dos cursos para eventuais visitas que foram realizadas em feiras agropecuárias e, nos dias de curso para uma aproximação com o ambiente investigado e com estes/estas jovens.

Vale dizer que no período da pesquisa readequamos a metodologia, por conta da pandemia e as medidas sanitárias restritivas tomadas em todo o país. Em decorrência de mudanças pessoais e estruturais, e das dificuldades de contatos presenciais para possíveis entrevistas, optamos por concentrar nas fontes citadas acima.

Nesse contexto, os processos educacionais são considerados fundamentais diante dos novos moldes organizacionais do século XXI. O material dos dois programas apresenta-se como proposta de construção de alternativas para o mundo rural. Elas declaram valorizar as distintas experiências geracionais, assim como alertam para um mercado exigente em novos conhecimentos de práticas de gestão.

Importante considerar que esta nova geração possui habilidades completamente diferentes da geração anterior, como a utilização de novos recursos e tecnologias digitais; são pessoas cada vez mais conectadas (NOVAES, 2007).

Diante disso, podemos sinalizar que tais ações institucionais mantêm a intenção de atenuação de conflitos geracionais, de modo a facilitar a adaptação das novas estruturas de produção, levando em conta fatores extra-econômicos (GARCIA-PARPET, 2010). O interesse pelo fortalecimento da agropecuária catarinense nas

---

<sup>1</sup><https://www.youtube.com/user/epagritv>

<sup>2</sup><https://www.youtube.com/channel/UCtiedPHrXPJ3FhqnozHOfJQ>

<sup>3</sup><http://www.cooperalfa.com.br/imprensa/informativos-de-radio>

<sup>4</sup><http://www.cooperalfa.com.br/noticia/2020/07/cooperalfa-inova-ao-lancar-um-podcast>



formas discursivas expressam as lutas de poder em torno dos critérios de classificação da realidade do que vem a ser uma ‘juventude rural’ – e do que está em jogo para que o/a jovem nomeado como rural seja bem sucedido. O que está em jogo, mesmo que de maneira dissimulada, é a continuidade da dominação do campo obtido pelas próprias instituições (FLIGSTEIN, 2001, BOURDIEU, 2006).

Conforme os dados do último Censo Agropecuário de 2017, a população com menos de 25 anos é aproximadamente 1,98% em relação ao censo rural de 2006 que registrava 3,3%. Enquanto o agrupamento da faixa etária entre 55 e 65 anos aumentou de 20% para 24% (IBGE, 2019). Os dados da população rural catarinense apontam aproximadamente 3% que têm menos de 30 anos, enquanto 33% têm entre 30 e 60 anos e, 63% acima de 60 anos (EPAGRI, 2019). (CORRIGIR)

Com isso, a questão da crise intergeracional entre pais – no velho modelo – e filhos – da nova geração – nos salta aos olhos, sobretudo, a partir da convivência e diálogo com jovens que residem no meio rural em contexto de agricultores familiares associados em cooperativa agropecuária: uma geração anterior vivenciou a entrada no mercado e a disponibilidade de crédito, a geração atual vive o dilema de querer consumir, estar conectado e anseia por descanso e lazer nos finais de semana, frente ao trabalho intensivo típico da agricultura.

Esse tema despertou meu interesse a partir de um olhar de distanciamento e estranhamento sobre a comunidade onde cresci, o município de Quilombo, localizado no Oeste de Santa Catarina, o qual protagoniza uma movimentação econômica expressiva na agricultura familiar cooperativada, com 63% da produção (FORNECK; MATTE, 2017). A cooperativa é parte da realidade de minha família: desde a época de meus avós maternos, de 1970 a 2000, e meus pais foram agricultores associados da Cooperalfa, de 1980 a 1992, em Irati. Diante da crise econômica e dos preços baixos na lavoura no período, meus pais mudaram-se para a cidade e abriram uma Lanchonete e Restaurante em Quilombo. Por ser uma cidade do interior havia uma clientela de agricultores associados e colaboradores da Cooperalfa. Nas conversas sempre se ouvia mencionar a cooperativa, embora as opiniões variassem entre a adesão plena e a rejeição. Principalmente, com a vinda da Cooperativa Central Aurora, em 1994, uma agroindústria alimentar que gerou muitos empregos para a população local e dos

municípios ao redor, e ao longo dos anos expandiu a capacidade de produção de suínos, aves e leites, sendo 53% da produção para o mercado externo.

Dessa maneira, a imaginação sociológica (MILLS, 1975) sobre a juventude no meio rural surgiu através das conversas com os/as clientes do Restaurante da família, também a partir das conversas com meu irmão que trabalha numa cooperativa de crédito (e oferta condições especiais para agricultores familiares, a Sicoob Maxi Crédito) e com amigos/as que vivem ou tem pais com renda proveniente do meio rural – estes encontros informais ocorreram no período em que retornei para Quilombo após concluir a graduação em Ciências Sociais, em 2015. De modo geral, pode-se perceber a preocupação sobre o aumento da saída dos jovens e o envelhecimento do campo, sobretudo nos últimos anos.

Na presente pesquisa buscamos discutir os efeitos deste problema apontado, que estabelece desafios à permanência de jovens no meio rural, principalmente na última década de 2010 a 2020. Este momento de novas configurações organizacionais que demandam o uso de novas tecnologias e ferramentas de gestão como alternativa para acompanhar as flutuações do mercado.

De modo efetivo, a alternativa utilizada para atender a demanda passa por incentivar a maior participação da juventude. Igualmente existem iniciativas voltadas para este público específico; a expectativa é que pessoas mais jovens possam ser mais propensas a adesão de novas formas de produção e de conexão do mercado. Outra expectativa é a de que esta geração de jovens precisa ser preparada para seguir os fundamentos e as práticas cooperativistas dando continuidade à cooperativa tão bem como a agricultura familiar.

Nessa direção, Durkheim (2002) aponta a importância social dos sistemas de educação e igualmente que a ação educacional promove um processo de inculcação de valores, a socialização metódica é capaz de desenvolver estados físicos, sociais e morais, difunde a noção de coletividade e cria uma dimensão social no indivíduo. Processos sociais promovidos pela educação são fundamentais para a própria existência da sociedade.

De modo a superar as leituras binárias sobre os agentes sociais que participam dos cursos em questão, nos valemos de Bourdieu ao interpretar sob a luz da construção

social, isso significa que, cada indivíduo é caracterizado em termos de uma bagagem socialmente herdada (BOURDIEU, PASSERON, 2008). Os componentes podem ser tanto internos – na transmissão de saberes em seu estado incorporado através do “habitus” pela herança familiar – quanto externos – pelo conjunto de recursos em sua forma objetivada e institucionalizada, como os títulos escolares (seja escolar, técnico, etc.) (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2004)<sup>5</sup>.

Parte-se da ideia defendida por Bourdieu e Passeron (2008) de que todo processo educacional e/ou ação educativa exerce um poder de violência simbólica e por ser reconhecido em sua eficácia na ordem social impõe-se como legítimo, dissimulando as relações de forças que estão na base de sua força, de dominação de um grupo sobre outro. De acordo com esta concepção

toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural (BOURDIEU, PASSERON, 2008, p.26)

O sistema de ensino passa a ser visto como um problema social em que sua reprodução social merece ser discutida, sobretudo, em seus desencadeamentos do ponto de vista geracional, em que a ação educativa (de um modo de ver o mundo), desloca esta transmissão de saberes, anteriormente desempenhado pelas famílias, para o domínio do Estado, na atribuição de definir quais ações pedagógicas tornam-se legítimas. Assim, a dinâmica de transmissão de capital cultural é medida tanto pelos títulos escolares como pela trajetória social (BOURDIEU, PASSERON, 2008).

Nossa hipótese é que nessas regiões onde a atividade rural é predominante, como o oeste catarinense, e que a organização cooperativa tem peso como fato social total na vida dos habitantes desta região ela tem um peso significativo na ação pedagógica, se não direta da educação formal, pelo menos indiretamente na educação não formal e meios de comunicação.

Com os avanços dos mercados em âmbito global ocorre a ampliação, obrigatoriedade e unificação do sistema de ensino. Em consequência de uma demanda

---

<sup>5</sup>Aqui, a ideia de capital é entendida como um “recurso”, “que podem ser possuídos por um indivíduo, um casal, um estabelecimento, uma “comunidade”, um país, etc. (...) [depende de fatores sociais vinculado a propriedades físicas/fisiológicas, outro modo, no estado objetivado] (...) Eles existem também no estado incorporado, sob as disposições inscritas nos cérebros e nos corpos (e, nessa qualidade dependem de uma forma alargada de capital corporal)” (LEBARON, 2017, p. 101).

pela educação de grupos sociais menos privilegiados e maior democratização do ensino, resulta no estreitamento dos vínculos entre escolarização e mercado de trabalho. Bourdieu (2008), ao analisar o contexto da França, ressalta o conjunto de diferenças sociais no qual esta unificação e imposição simbólica revelam, produzindo o que ele chamou de um mercado linguístico, que funciona como um lucro de distinção, “em função das oportunidades de acesso a essas condições, quer dizer, em função da posição ocupada na estrutura social” (BOURDIEU, 2008, p.43).

Por seu turno, ao enfatizar o processo de socialização, Lahire (2005) supõe que cada indivíduo seja portador de uma pluralidade de disposições em contextos sociais múltiplos – considerando o exemplo do espaço social da escola. Assim, podemos perceber que as visões do mundo social constitutivas de cada jovem que vive no meio rural são singulares. De todo modo, é importante enfatizar que Lahire (2005) reconhece as possibilidades de disposições plurais.

Vale dizer que, a iniciativa dos cursos de formação de jovens lideranças rurais atua como um complemento dos estudos secundários e ocorrem fora do ambiente escolar. Estes processos educacionais são entendidos como uma formação equivalente a um curso de especialização, ao contemplar uma faixa etária entre 18 anos a 29 anos<sup>6</sup>. Por constituírem iniciativas de contextos institucionais, a demanda pelos cursos surge da necessidade de qualificação e profissionalização de um público específico, a juventude rural, principalmente, a partir das transformações do mercado agropecuário na última década. Para uma melhor compreensão, na sequência serão abordadas as transformações históricas e sociais dos cursos citados.

Para tanto, investigamos a mediação de contextos institucionais – do Estado e de uma cooperativa – como componentes que produzem conteúdos acerca dos dilemas entre pais e filhos, ao destacar duas experiências de cursos de formação para jovens rurais; estas iniciativas são tomadas aqui como meios de comunicação e como tais, produzem integração e consenso (BOURDIEU, 2006).

---

<sup>6</sup>Sem contar exceções: como de jovens entre 15 a 17 anos em que os pais se responsabilizam e/ou assinam o termo de emancipação, assim como no caso dos próprios pais realizarem o curso com seu(s)/sua(s) filho(s)/a(s).

Este trabalho está sistematizado em três capítulos: o primeiro aborda o debate da juventude no meio rural explorando os efeitos dos discursos oficiais e os dilemas de naturalizar um conjunto de pessoas como juventude em diferentes abordagens, o intuito é propor um olhar sociológico e contemporâneo, situando o estado da arte existente sobre o tema. Assim como expõe a emergente discussão de políticas públicas para os/as jovens que vivem no meio rural e de que forma estas políticas públicas instrumentalizam a necessidade de que o jovem permaneça no campo para o bem da sociedade, sem deixar claro se isto é o melhor para ela ou ele.

O capítulo dois trata do contexto histórico e institucional, do cooperativismo e da intervenção do Estado no mundo rural, trazendo a questão de forma ampliada, relacionando com a realidade brasileira e regional. Neste capítulo exploramos a extensão rural e o cooperativismo em suas trajetórias expressas nos materiais de divulgação e nas fontes publicadas da Epagri e da Cooperalfa, que se enredam com a finalidade conjunta de desenvolvimento do mercado agropecuário de Santa Catarina, mantendo sua autonomia organizacional.

O terceiro capítulo aprofunda a análise dos processos educacionais destinados à formação do público jovem, analisando a construção discursiva e as estratégias propostas para a permanência da juventude do meio rural. Tendo em vista as similaridades e diferenças de ambos os cursos e a dimensão de influência destes contextos institucionais, tanto do setor cooperativista (representado pela Cooperalfa) como do setor público/ misto (representado pela Epagri) na prescrição de novas práticas e condutas no mercado e no mundo rural.

## **CAPÍTULO I – A QUESTÃO DA JUVENTUDE NO MEIO RURAL**

### **1.1 A JUVENTUDE É SÓ UMA PALAVRA**

Os estudos do universo rural dedicados à questão geracional permanecem indispensáveis, principalmente nas áreas da Educação e Ciências Sociais. Dos anos 2000 em diante, um número expressivo de produções científicas ressaltam os/as jovens e juventude/s na agenda de pesquisa, embora haja um hiato de produções referente às/aos jovens em contextos rurais, em contraste com jovens em contextos urbanos (BARASOUL, et al., 2017).

De acordo com Bourdieu (2019), a definição de uma fronteira entre juventude e maturidade, não passa de um jogo de manipulações: quer dizer, não são dadas, são construídas socialmente e expressam relações de poder. Isso significa que as divisões arbitrárias entre juventude e a velhice são sempre objeto de disputas que podem ser mobilizadas em diferentes contextos (BOURDIEU, 2019).

Seguindo essa linha de pensamento, Durston (1994) aponta que os limites da conceituação do que é ser jovem variam em diferentes sociedades e classes sociais, e no tempo. Apesar disso, existe algum acordo na consideração da faixa etária de 15 a 24 anos, grosso modo, o período da juventude, e a noção depende tanto da auto identificação como do reconhecimento de outros.

Outra via polêmica é a que considera a “entrada na vida adulta”, basicamente por configurar o início da vida profissional (a expectativa de autonomia econômica), a saída do domicílio familiar e a formação de um casal (matrimônio). A via da formação profissional dos jovens e da entrada no mercado de trabalho são as que predominam nos estudos realizados na França (STROPASOLAS, 2005) – que particularmente predominou no interesse da presente pesquisa.

Segundo o levantamento realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário no Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural – antes de serem extintos –:

Os jovens identificados sob o termo guarda chuva “juventude rural” são bastante diversos. São pessoas entre 15 e 29 anos (Estatuto da Juventude, Lei 12.852/2013), mulheres e homens, da agricultura familiar, da reforma agrária e

dos povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, ribeirinhos, extrativistas, entre outros. São jovens do campo, das florestas e das águas (MDA, 2015).

Neste sentido, torna-se possível observar como a categoria *juventude rural* permite uma multiplicidade de interpretações. Quando se trata do mundo rural, a invisibilidade da juventude e uma visão estereotipada dificulta a compreensão de sua inserção num mundo globalizado (STROPASOLAS, 2006). O acesso à internet, formas de lazer e consumo típicos do estilo de vida mais recente são desafios. “Modos de vida” urbano e rural não são estanques, muito menos espaços separados, o que sugere uma visão mais heterogênea da juventude rural. O desafio é o de desenvolver uma visão mais ampliada e híbrida, de modo a romper com a naturalização do que é rural e urbano.

Considerando a última década, existe uma agenda de pesquisa sociológica a qual enfatiza os processos de permanência da juventude rural, no lugar da abordagem em torno do êxodo do campo. Castro (2016) sugere que há uma redefinição das relações entre cidade e campo; a circulação nos espaços ocorre espontaneamente e contribui para o distanciamento de uma saída definitiva do campo. Mesmo assim, conforme Castro (2009) é importante esclarecer a existência de variações do uso do termo *juventude rural*, por configurar um espaço demográfico de condições e possibilidades singulares no espaço social, no qual estes devem ser reconhecidos enquanto atores políticos (CASTRO, et al, 2009).

Vale mencionar que a noção do problema geracional é considerada no pensamento social contemporâneo. A saber, conforme estudiosos, encontra-se na análise de Karl Mannheim um divisor de águas na história sociológica do conceito, numa perspectiva histórico-social. Fundamentalmente,

(...) as gerações podem ser consideradas o resultado de descontinuidades históricas e, portanto, de mudanças. Em outras palavras: o que forma uma geração não é uma data de nascimento comum – a “demarcação geracional” é algo “apenas potencial” (Mannheim, 1952) – mas é a parte do processo histórico que jovens da mesma idade-classe de fato compartilham (a geração atual) (LECCARDI, FEIXA, 2010, p.189)

## 1.2 RELAÇÃO RURAL-URBANO SOB O OLHAR CONTEMPORÂNEO

Relacionada à problemática da relação rural-urbano, é possível constatar os efeitos do discurso, inclusive no debate da sociologia rural, o qual naturaliza o que é urbano e o que é rural: urbano como espaço da indústria e rural como espaço de produção de alimentos e bens agrícolas. A questão é que existem dificuldades na delimitação do rural e o urbano e a necessidade de superação de uma perspectiva urbana e idílica do rural que romantiza e naturaliza o desejo de preservar os modos de vida tradicionais, pois esta própria associação tem sua história como uma invenção moderna construída no século XIX (PAULILO, 2016).

Na peculiaridade brasileira, até o início do século XX predominava a sociedade agrária/rural. A partir daí a intensa industrialização e o desenvolvimento das cidades e do comércio tem como efeito o crescimento da população e dos perímetros urbanos. Desta maneira, existe uma vasta literatura sociológica por intérpretes do pensamento social brasileiro que retratam este processo de urbanização e suas relações com o mundo rural, indicando ser muito mais que uma questão territorial, mas de formas de vida – na expressão de Buarque de Hollanda (1995), de mentalidade europeia, de herança colonial, escravocrata, patriarcal e patrimonialista.

Resumidamente, Caio Prado Junior (2000) sistematiza o sentido de colonização portuguesa como estritamente econômico: sua análise parte do estabelecimento de latifúndios, da exploração tanto agrícola quanto pecuária, baseada na dominação escravocrata dos povos nativos. As consequências estruturais desta ocupação afetam a organização e as condições assimétricas sociais, políticas e culturais do Brasil de 1500 até os dias de hoje (PRADO, 2000).

Buarque de Hollanda (1995) descreve a configuração emergente na sociedade brasileira moderna, no contexto de constituição das cidades, de crescente industrialização, dando ênfase aos agentes sociais no processo de mentalidade expansionista europeia. A fonte de inspiração do ensaio de Buarque de Hollanda (1995) é a metodologia weberiana. Na formação do Brasil a relação com o mundo rural se materializava nas formas de vida e na mentalidade do colonizador, assim, enquanto os espanhóis formavam uma “rede de cidades” com princípios mais pragmáticos, para os portugueses prevalecia a “rede de latifúndios”, sendo inevitável o fenômeno da



urbanização e a dissolução gradativa da persistência do rural no urbano (FAVARETO, 2007). Segundo Favareto

O fenômeno urbano aqui se constituiu sobre estruturas sociais e instituições outras porque os agentes e os processos históricos se compuseram de maneira diferente. A herança colonial e escravista, associada à hipertrofia urbana e à vertigem resultante da velocidade com que ela se deu é, a um só tempo, resultado e causa de um estilo de urbanização que se fez sem a criação de classes e lugares mediadores (...) Por aqui, as técnicas agrícolas, que tiveram nas cidades uma importante fonte de irradiação, foram importadas dos países do capitalismo avançado. (...) E a complexidade das técnicas e a integração econômica mundial tornaram as trocas entre países e regiões mais importantes que as trocas entre cidade e campo (FAVARETO, 2007, p.175).

Seguindo a inclinação weberiana, Favareto (2007) destaca o processo de racionalização como um dos aspectos marcantes que alcança todas as esferas da vida rural, modificando a estrutura das relações entre o rural e o urbano. Portanto, no arcabouço analítico e na prática dinamizam-se novas formas sociais de produção e relação entre as dimensões sociais, econômicas e ambientais, mostrando que o mundo rural é muito maior do que indicam as análises censitárias. Entendendo as descrições de heterogeneidade das relações entre o rural e o urbano aponta-se a necessidade de mapeamento de possíveis realidades (FAVARETO, 2007).

Por conseguinte, as explicações do rural as quais se reduzem à sua dimensão setorial e territorial são substituídas por outros traços no mundo rural contemporâneo (FAVARETO, 2007). Devido a complexidade das limitações e inter-relações entre o rural e o urbano tornou-se necessária a análise mais ampla das dimensões envolvidas, como a questão dos modos de vida que se difundem de forma recíproca e ainda assim persistem suas particularidades.

Na construção sociológica as reformulações conceituais de oposição entre o rural e o urbano persistem até os dias de hoje, conforme Carmo (2009)

Anunciou-se a morte do rural, mas também o seu renascimento, enfatizou-se a dominação da urbanização, ao mesmo tempo que se detectavam extensões da ruralidade no espaço urbano. Na verdade, os consensos foram sempre provisórios e limitados a um dado espaço-tempo histórico (CARMO, 2009, p. 255).

Para elucidar, o esquema binário e urbano-centrado em que o rural é visto como sinônimo de atraso predominou nas pesquisas realizadas entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a partir da noção de “continuum” de visão

homogeneizante atrelada às limitações territoriais. Segundo esta via, o meio rural seria colonizado pela cidade e conduziria ao fim do rural (CARMO, 2009).

No entanto, em decorrência da modernização no campo esta corrente se ramifica, com uma interpretação mais dinâmica do que o “continuum” rural-urbano. Nesta segunda visão, a demanda por comportamento racional e por características de capacidade de inovação reorganizam as possibilidades do rural, que não se restringe às funções agrícolas e reconhece a multifuncionalidade territorial (BONNAL; CAZELLA; MALUF, 2009). Assim como o fenômeno da pluriatividade, no sentido de preservação da economia rural, a partir da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, de modo a promover estratégias sustentáveis e diversificação dos modos de vida das famílias rurais (SCHNEIDER, 2010).

Por fim, por volta dos anos 1990, uma terceira visão surge ao explorar as alternativas de ruralidades, numa concepção que preconiza atividades no meio rural sem estar vinculada necessariamente ao caráter agrícola – seja na produção industrial, seja na prestação de serviços – tendo em vista os fatores de desenvolvimento dos recursos regionais e locais (CARMO, 2009).

Trazendo esta perspectiva teórico-empírica de ruralidade para a dinâmica social, econômica e cultural do espaço rural em nossa pesquisa, é possível observar no conjunto das relações dos/as agentes sociais, com entidades organizacionais externas e internas, a tendência de processos de reinvenção (discursiva) e negociação da relação entre o tradicional e o moderno. Com essa postura,

A identidade coletiva definida em torno de “nós” aglutinador cede lugar para uma pluralidade de vínculos e referências identitárias que se geram e emanam dos mais diversos contextos sociais, internos ou externos aos espaços rurais. Assiste-se, assim, a uma complexa, por vezes geradora de conflitos (nomeadamente de caráter geracional e de gênero), entre práticas sociais e referências identitárias modernas e tradicionais (CARMO, 2009, p.271).

A nova ruralidade resgata a valorização dos espaços sociais e a crescente consciência ambiental. No século XXI, o fenômeno de retorno ao meio rural pelos jovens pode estar associado ao reconhecimento social desse referencial de desenvolvimento sustentável e busca de qualidade de vida. Por esse motivo, esta dissertação deixa como pista para pesquisas futuras as percepções e a realidade local dos/as próprios/as jovens rurais em questão.

### 1.3 OS DESAFIOS DA JUVENTUDE NO MUNDO RURAL E A CRISE GERACIONAL

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017, no âmbito nacional brasileiro, constata que a população jovem que vive no meio rural com menos de 25 anos é de aproximadamente 1,95%. Já entre 25 e 35 anos representa 8,71%. De 35 a 45 anos é cerca de 16,63%. Enquanto o agrupamento de faixa etária entre 55 e 65 anos resulta em torno de 24,17%, e de 75 anos e mais, 8,3% (IBGE, 2017).

**Tabela 1 - Estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, dirigidos pelo produtor segundo as faixas de idade – Brasil**

Faixa Etária	Brasil	
	Número	Em %
Menor de 25 anos	76.054	1,95
De 25 a menos de 35 anos	339.830	8,71
De 35 a menos de 45 anos	648.442	16,63
De 45 a menos de 55 anos	898.490	23,05
De 55 a menos de 65 anos	942.383	24,17
De 65 a menos de 75 anos	668.479	17,15
De 75 anos e mais	323.730	8,3
Total	3.897.408	100

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

Com relação aos dados da faixa etária da população rural catarinense, resulta que por volta de 1,29% têm menos de 25 anos, enquanto 6,89% têm entre 25 a 35 anos. Da maioria percentual estão nas faixas etárias de 45 a 55 anos, com 26,33% e, de 55 a 65 anos, com aproximadamente 28,41%. Se observarmos a microrregião de Chapecó, localidade onde concentra as gerências das instituições da Região Oeste estudada, os dados em percentuais demonstram uma diminuição significativa de jovens que vivem no campo, com aproximadamente 0,84% e, entre 25 a 35 anos, cerca de 5,39%.

**Tabela 2 - Estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, dirigidos pelo produtor segundo as faixas de idade – Santa Catarina e Microrregião Homogênea (MRH) de Chapecó – 2017**

	Santa Catarina		MRH - Chapecó	
	Número	Em %	Número	Em %
Menor de 25 anos	1858	1,29	170	0,84
De 25 a menos de 35 anos	9852	6,89	1083	5,39
De 35 a menos de 45 anos	20896	14,61	2720	13,55
De 45 a menos de 55 anos	37654	26,33	5885	29,32
De 55 a menos de 65 anos	40636	28,41	6181	30,8
De 65 a menos de 75 anos	24046	16,81	3182	15,85
De 75 anos e mais	8045	5,62	847	4,22
Total	142.987	100	20.068	100

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

Estes percentuais relativos ao Estado de Santa Catarina e Chapecó demonstram uma crise de sucessão geracional, e a tendência de envelhecimento dos produtores rurais coloca um grande desafio para a manutenção da agricultura familiar, refletindo entraves sociais, econômicos e ambientais, para a juventude que vive no meio rural.

Dessa maneira, é importante ressaltar uma fonte de tensão básica que se apresenta no horizonte dos/das jovens – que alcança também a área rural – referente ao mercado de trabalho: de um lado, as condições de trabalho e seus efeitos, de precariedade e informalidade, do problema da desigualdade na distribuição de renda no país, das taxas de pobreza e desemprego (HOLZMANN, 2014). Por outro lado, levando em conta a questão da tradição familiar, o/a jovem é atraído/a à permanência no mundo rural em vários âmbitos: pela estrutura familiar, pela cooperativa, pelo mercado consumidor e pela escola. O intuito desta dissertação é apontar as formas de atração que aparecem materializadas nos contextos de formação educacional destinada à juventude e quais os discursos aí mobilizados.

De acordo com os indicadores sociais do IBGE, de 2012 a 2017, entre pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas, as atividades agropecuárias foram as que apresentaram maior queda. Em termos de taxa de desocupação por idade entre 14 a 29 anos, este foi o agrupamento mais impactado por crises na estrutura econômica (IBGE, 2018).

Desse modo, o estreitamento das relações entre o rural e o urbano e um conjunto de facilidades, como o acesso a bens e serviços, a educação e a intensificação do uso dos meios de comunicação, podem favorecer a permanência da juventude no campo. Contudo, a decisão de permanecer no meio rural não implica, necessariamente, o desejo de exercer a profissão de agricultor/a (CARNEIRO, 1999).

Em síntese, as alternativas de projetos de vida eleitos são variáveis; as atividades agrícolas deixam de ser exclusivas na produção de bens primários, dando espaço para atividades não-agrícolas – a exemplo: bens de consumo, turismo rural, entre outros. De um lado, alguns visam combater a relativa invisibilidade do trabalho e romper com certos padrões tradicionais saindo do campo, por outro lado, diante do liberalismo vigente, alguns jovens optam por empreender na propriedade da família (DORIGON; RENK; 2014, 2016).

Recuperando a questão dos desafios à juventude rural para além dos dados censitários, convém destacar a especificidade da profissionalização do agricultor, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, em que pese a importância da questão sucessória na agricultura.

No caso da instituição familiar – uma estrutura composta por uma morfologia interna, na qual, os membros estão conectados por laços afetivos e sociais e compartilham da mesma realidade e sentidos de existir, com características particulares de solidariedade (DURKHEIM, 2002) –, esta representa o primeiro espaço de socialização e inculcação de valores morais, atitudes e condutas. Neste sentido, na medida em que se complexificam as relações na sociedade, o espaço das corporações e da atividade econômica alcança dimensões maiores na vida, e se desenvolve uma moral profissional, sobretudo pela constituição da divisão social do trabalho. Durkheim (1999) argumenta que no âmbito da atividade agrícola de caráter familiar, ela mesma basta para reger a atividade econômica e enquanto grupo profissional.

Desse modo, na agricultura de base familiar por longo período se constituía como consenso que o trabalho com a terra pudesse ser assimilado a partir da infância. O pai transmitia para os filhos não só a propriedade mas o modo de trabalhar a terra, nomeado como ‘lida’ na linguagem nativa do meio rural (RENK, 2006). Esta visão

conforme Bourdieu (1989) destaca-se como o saber prático adquirido pela transmissão do *habitus*<sup>7</sup>(BOURDIEU, 1989; 2009).

O conceito de *habitus* é entendido como a dimensão do comportamento do indivíduo que atua quer ele queira ou não, como produto e como reproduzidor das condições sociais e objetivas, o qual se relaciona produzido e adquirido tanto nas relações familiares quanto como adquirido no sistema escolar nas suas relações com os bens culturais e na vivência em comunidade (WACQUANT, 2017).

Ainda à luz da teoria bourdieusiana, a noção de herança cultural contribui no entendimento da transmissão intergeracional da cultura, tendo em vista a ruptura com as leituras mecanicistas ao pensar os processos de transmissão tanto de bens materiais, quanto dos bens simbólicos e culturais. Nesse sentido, os desafios para a juventude rural representam as tensões e contradições envolvidos de uma geração à outra, “nas quais herdar significa em boa parte se distinguir dos pais e às vezes ultrapassá-los” (ALMEIDA, 2017, p.217). Em sua perspectiva sociológica,

“os conflitos de geração opõem não classes de idades separadas por propriedades de natureza, mas *habitus* que são produtos de diferentes *modos de engendramentos*, isto é, de condições de existência que, impondo definições diferentes do impossível, do possível, do provável ou do certo, fazem alguns sentirem como naturais ou razoáveis práticas ou aspirações que outros sentem como impensáveis ou escandalosas, e inversamente” (BOURDIEU, 1989, p.64).

Neste sentido, a relação entre juventude no meio rural e a sucessão geracional está presente amplamente nos contextos institucionais – tais como: família, organizações não-governamentais, cooperativas, escolas, estado, igreja, etc. Vale dizer, que esta multiplicidade de instituições de influência aponta a necessidade de um estudo aprofundado e localizado, que será realizado em outra oportunidade. Enquanto isso, a pesquisa focaliza duas iniciativas organizacionais de formação de jovens, uma pela via privada, das cooperativas, e outra pela via estatal, pública.

Em síntese, por “sucessão familiar” ou “sucessão geracional” compreende-se o processo sucessório da propriedade familiar rural como garantia da continuidade do

---

<sup>7</sup>Nos termos do sociólogo francês, *habitus* significa “sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas, predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturado das práticas e das representações que podem ser objetivamente “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente/maestro (BOURDIEU, 1989, p.61).

empreendimento da família, caracterizado como uma estratégia de manutenção e reprodução social das práticas agrícolas. Conforme afirma Bourdieu (2009), o filho que herda a terra é herdado por ela. Esta prática ocorre, comumente através de um padrão de sucessão da terra, seja para o filho primogênito (BOURDIEU, 2009), ou, em outros casos, para o filho mais novo (chamado de minorato), em troca de permanecer na atividade agrícola e no cuidado dos pais na velhice (ABRAMOVAY et al., 1998).

Levando em conta que embora os pais aspirassem que todos os filhos/as permanecessem na unidade produtiva para reproduzir a condição social de agricultores, entre os consolidados havia mais condições de transferência da terra para todos os filhos, e não para as filhas. Enquanto entre os agricultores em transição, e entre os em exclusão, a sucessão do patrimônio familiar e o acesso à terra era reduzido ou inexistente (ABRAMOVAY et al., 1998). Conforme Abramovay, et. al. (1998), o que está em disputa,

possui um duplo conteúdo social: por um lado ele é a base material de um negócio mercantil e por outro é sobre ele que repousa não só a manutenção, mas a própria organização da vida familiar (...) (ABRAMOVAY, et al 1998, p.18)

Esse movimento indica que existem princípios de funcionamento interno da agricultura familiar no qual ele/a (o/a agricultor/a) depende da reprodução social e com seu trabalho deve garantir a manutenção do núcleo familiar para a preservação do seu patrimônio.

Com base na unidade familiar rural e agrícola, há uma divisão e organização interna do trabalho, como também há uma diferenciação de papéis em conformidade com valores morais na atribuição de sentido à divisão social do trabalho. A título de exemplo, a separação entre as atividades reprodutivas e atividades produtivas: a primeira, comumente associada à função das mulheres, nos serviços domésticos, no preparo da comida, cuidado com os filhos, etc.; e, a segunda, atribuída ao homem, na lavoura, no manuseio de máquinas, enfim, nas atividades que geram renda e lucro. Alguns estudos mostram que o aspecto moralizante da concepção do trabalho é algo marcante (BOURDIEU, 1999; STROPASOLAS, 2006; PAULILO, 2016). Contudo, esse padrão foi questionado, a partir dos anos 1990, em que a questão geracional e de gênero são discutidas nas agendas de pesquisa, sobretudo nas Ciências Sociais.

Considerando o Estado de Santa Catarina e a Mesorregião de Chapecó, para efeitos de análise, do último Censo Agropecuário 2017, embora as mudanças nas últimas três décadas no sentido de incluir a juventude e as mulheres nas atividades produtivas e nos espaços de gerenciamento da propriedade, os dados quantitativos indicam desafios no horizonte sobre a questão geracional e de gênero. Seja por ainda compor uma minoria de jovens menores de 25 anos na direção dos estabelecimentos e, sobretudo, por estes dados evidenciarem um número ainda menor de mulheres na direção dos estabelecimentos da agricultura familiar. Como vimos na tabela a seguir.

**Tabela 2: Direção dos estabelecimentos da agricultura familiar segundo o sexo e as faixas de idade – Santa Catarina (2017)**

Faixa de idade	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Menor de 25 anos	1.639	219	1.858
De 25 a menos de 35 anos	8.825	1.027	9.852
De 35 a menos de 45 anos	19.039	1.857	20.896
De 45 a menos de 55 anos	34.199	3.455	37.654
De 55 a menos de 65 anos	36.534	4.102	40.636
De 65 a menos de 75 anos	21.375	2.671	24.046
De 75 anos e mais	6.830	1.215	8.045
Total	128.441	14.546	142.987

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

**Tabela 3: Direção dos estabelecimentos da agricultura familiar segundo o sexo e as faixas de idade – Microrregião Homogênea de Chapecó (2017)**

Faixa de idade	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Menor de 25 anos	153	17	170
De 25 a menos de 35 anos	968	115	1.083
De 35 a menos de 45 anos	2.523	197	2.720
De 45 a menos de 55 anos	5.463	422	5.885
De 55 a menos de 65 anos	5.679	502	6.181
De 65 a menos de 75 anos	2.920	262	3.182
De 75 anos e mais	722	125	847
Total	18.428	1.640	20.068

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)



No século XXI, momento em que surgem novos moldes organizacionais, os próprios jovens ressignificam a noção de “tradição” ao buscarem novas alternativas de atividades agrícolas ou não agrícolas, no combate à invisibilidade no trabalho, geralmente enfrentada pelos jovens nos espaços rurais. Neste sentido, ocorre uma redefinição da “tradição” e das identidades. Conforme Carneiro (1999), a vida urbana e rural já não são tão rigidamente separadas,

(...) há uma reelaboração do sistema de valores local. Os jovens são atores dessa reconstrução cultural a partir de uma releitura dos valores urbanos, onde papéis são redefinidos e projetos são formulados sob novos paradigmas, partindo-se de uma ruptura (parcial) com os velhos moldes adotados tradicionalmente pela sociedade local (CARNEIRO, 1999, p.17).

Desta forma, como vimos, uns optam por migrar para a cidade e escolhem transitar entre o rural e o urbano, conservando as relações sociais e realizando, nos finais de semana, atividades de lazer com a comunidade de origem, assumindo o *ethos* de “colono”. Ao passo que outros jovens migram para os meios urbanos em recusa à condição de agricultor (STROPASOLAS, 2006). Igualmente, nesta configuração é possível o/a jovem almejar ter “o melhor dos dois mundos” (ABRAMOVAY, et. al., 2007).

Na atualidade existem estudos que indicam mudanças quanto à condição de naturalidade na reprodução social da agricultura familiar assumida pelos/as filhos/as. Deste modo, a garantia de continuidade dos/das jovens no meio rural se evidencia através de estratégias paternas de transmissão da propriedade familiar. Pesquisa realizada no município de Cruz Alta do Rio Grande do Sul, alguns pontos levantados foram: o estímulo positivo dos pais aos filhos em relação à profissão de agricultor/a; estratégias ligadas à autonomia no gerenciamento dos negócios; estímulo dos pais na doação de bens (moradia própria, carros/motos, pagamento de salário, e outros); novos investimentos na empresa familiar e investimento nos estudos dos filhos/as (MOREIRA, SPANEVELLO, BOSCARDIN, LAGO, 2020).

Conforme Brumer (2007) existem diferentes valores na balança quando o(a) jovem que vive no meio rural pondera entre ficar ou sair do trabalho no campo: de um lado, os fatores de atração, pela opção de receber um salário na vida urbana, ter horário regular e final de semana livre; e, de outro lado, os fatores de expulsão, quando as dificuldades para se manter no meio rural o(a) pressiona a migrar para a cidade, por

consequência do processo de industrialização e do aumento da monopolização da propriedade da terra, entre outros motivos (BRUMER, 2007).

O processo de racionalização é uma perspectiva para se pensar as relações no campo. Nesta perspectiva seria cada vez mais presente no decurso da história e das relações sociais (WEBER, 2004). Com efeito, o agricultor acabaria por aderir ao progresso técnico e conseqüentemente aos processos de modernização (WANDERLEY, 1998). Ao mesmo tempo em que se expandia o modelo produtivista e a racionalidade econômica no meio rural, o processo de integração vertical contribuía ao fenômeno da seletividade; àqueles que se adequaram às mudanças permaneceriam, enquanto outros agricultores em condições mais precárias seriam excluídos (MIOR, 2005). Neste cenário, os complexos industriais se tornavam atrativos na busca de emprego na realidade desta geração, com a institucionalização do sistema cooperativista numa perspectiva pragmática, resultante do processo de modernização conservadora do meio rural brasileiro – tema que retomaremos no capítulo 2.

Diante disso, é possível aferir que esta dinâmica trouxe conseqüências e desafios ao modo como a juventude no meio rural participa desta dinâmica de adaptação às transformações sociais e econômicas, tanto primárias – no relacionamento geracional entre pais e filhos –, quanto secundárias – na relação com os mercados, seja nas instituições cooperativas, seja nas redes de consumo (ABRAMOVAY, et al., 1998; BRUMER, 2007). É de fundamental importância pensar o Estado que ao se constituir constrói condições para diferentes mercados (BOURDIEU, 2004a) e no caso estudado a relevância do setor público – ATER e EPAGRI – e do setor cooperativista – neste caso, a Cooperalfa – na orientação técnica e de formação cooperativista relacionada a juventude no meio rural.

Cabe ainda ressaltar que ao longo do tempo o peso da expectativa geracional e a valorização da educação se modificaram. Como vimos, antigamente a profissão de agricultor era inculcada desde cedo no exercício da atividade agrícola, na instituição familiar. Na região estudada, Oeste Catarinense, oriunda dos grupos de colonos italianos e alemães, a concepção de trabalho se justificava e carregava uma marca étnica e moral, pela lógica do sacrifício e recompensa. Nessa condição, para a primeira geração de imigrantes o capital escolar era visto como de pouca utilidade, uma vez que

os pais precisavam de mão-de-obra na lavoura, quando havia escola a frequência era em dias alternados (RENK, 2006). Para os colonos da região,

À medida que “ganhar estudo” é utilizado como estratégia para prover demais oportunidades aos filhos deserdados da terra, a escola torna-se prioridade e passa a ser incorporada como valor ao grupo. Trata-se, pois, de padrão étnico que é recriado a cada geração (Glazer; Moynihan, 1975 apud RENK, 2006).

Desde o período da modernização da agricultura, portanto, este padrão se transforma devido a capacidade de adaptação da agricultura de base familiar (WANDERLEY, 2011). Assim, estrategicamente, visto que havia maior necessidade de informação e conhecimentos técnicos para a implantação do novo plano de desenvolvimento rural nacional, por volta dos anos 1960, foram oferecidos cursos de formação às/aos jovens rurais que tinham uma predisposição de abertura ao moderno – como veremos, a exemplo dos Clubes 4S.

Dos anos 2000 em diante, o contexto do mercado de consumo exige novos conhecimentos de gestão na propriedade rural. No que diz respeito à formação educacional com bases cooperativistas existe uma demanda de construção de alternativas em que se reconheçam e valorizem as distintas experiências geracionais. Isso não significa a recusa do espaço da atividade econômica, no entanto, deve-se englobar a dimensão humana e social no trabalho, na valorização do capital social e cultural destes agentes sociais coletivos, no caso, da juventude rural (NOVAES, 2007; STROPASOLAS, 2007).

Estes fatores de alcance estruturais e sociais foram alterados na medida em que a juventude que vive no meio rural adquire reconhecimento social nas políticas públicas, especialmente na educação, entre outros aspectos. Contudo, segundo os índices recentes do IBGE (2018), o baixo acesso à informação e a serviços de educação, ainda podem contribuir à saída da juventude rural da atividade agrícola.

Nesta direção, ainda persistem os níveis de baixa escolaridade, conforme o último Censo Agropecuário 2017: 47,45% responderam ter o Ensino fundamental (1ª a 4ª série); 12,89% responderam ter o Ensino fundamental regular (5ª a 8ª série); 14,09% responderam ter concluído o Ensino Médio; e 5,83% responderam ter concluído o Ensino Superior. Embora os avanços geracionais em reconhecer a relevância da

escolaridade, os dados que apontam o perfil dos produtores catarinenses indicam a predominância de produtores com baixa escolaridade (EPAGRI, 2019).

Numa interpretação menos pessimista, dentre as novas práticas adotadas pelas famílias rurais pode ocorrer a saída dos/as filhos/as de agricultores/as de forma temporária, em razão dos estudos e/ou de alguma experiência de trabalho fora da propriedade rural. Seja para a formação técnica e/ou superior em alguma área de interesse ao empreendimento rural familiar – como agronomia, técnico agrícola, zootecnia, medicina veterinária, etc. –, seja para tentar a vida e ganhar experiência na cidade e depois retornar ao campo com uma visão mais ampliada e de investimentos no meio rural (DORIGON; RENK; 2014, 2016).

## **1.4 SITUANDO CONTEXTOS ESPECÍFICOS**

### **1.4.1 Panorama Internacional**

Nos estudos dedicados ao mundo rural numa perspectiva internacional predomina o debate quanto aos desafios do processo sucessório na agricultura familiar, em torno de diversas temáticas que se apresentam nas pesquisas realizadas em diferentes países, com estudos de cunho quantitativo e qualitativo (BARBOSA, 2018).

De modo simplificado, na Itália, os planos de sucessão são considerados como um determinante central e, igualmente, indica como as características do produtor rural e da família – a idade, o nível de escolaridade e a formação – exercem influência significativa na probabilidade de sucessão rural (BERTONI; CAVICCHIOLI, 2016; CAVICCHIOLI et al. 2018).

Em Quebec, no Canadá, Handfield, Jean e Parent (2005) analisam casos de sucessão geracional frustrada em entrevistas com os pais cujos filhos não puderam se estabelecer. Estes autores apontam: problemas relacionais envolvendo dificuldade de comunicação filial e de negócios; conflitos de valores pessoais – como a ideia de sacrifício no trabalho e outros ideais morais; e um distanciamento no plano de valores e percepções diferentes das expectativas dos pais (HANDFIELD; JEAN; PARENT, 2005).

No caso Francês, Champagne (2002) lembra que o dilema da sucessão geracional na agricultura familiar não é uma novidade. Para este autor, a rejeição à atividade agrícola pode ser explicada pela recusa do modo de vida dos pais, mais do que uma questão econômica, um dilema de estilos de vida. Por outro lado, os fatores explicativos de permanência no rural estão ligados ao tamanho da propriedade, à capacidade de gerar renda e ao padrão de qualidade de vida (CHAMPAGNE, 2002).

Outro tema é o padrão de sucessão patriarcal e a preferência por sucessores masculinos. Esta questão Bourdieu (2009) explora no estudo da economia Cabila, ao abordar a predominância do primogênito na sucessão da terra, em Bearn, sua região de origem na França. Conforme o sociólogo, não é o herdeiro que herda a terra, mas a terra que herda o primogênito (BOURDIEU, 2009). Este padrão sucessório causa divergências no debate sobre o desempenho da sucessão, pelo fato de priorizar padrões de sucessão de preferência masculina, primeiro pela diferenciação na socialização das moças (por exemplo), devido a determinantes nomeados como ‘biológicos’ – o que para Bourdieu (2010) é parte da dominação masculina, que dá justificativas biológicas para formas de dominação socialmente constituídas – e, seguido pela ordem social, por determinantes culturais, tais distinções nos espaços e lugares foram constituídas e construídas socialmente (BOURDIEU, 2010).

Em outros países, também são constatados na maioria das pesquisas, o padrão de sucessão de preferência masculina, como: Finlândia, Irlanda, Estônia (SILVASTI, 2003; CASSIDY; MCGRATH, 2015; GRUBBSTRÖM; SOOVÄLI-SEPPING, 2012).

Nos países considerados desenvolvidos, como China e Estados Unidos, constata-se a falta de jovens que desejem permanecer na produção da agricultura familiar. Este tema é considerado obstáculo no processo sucessório, situação na qual os mais velhos tendem a estagnar a produção agrícola (ZOU et al. 2018; INWOOD; SHARP, 2012).

Em pesquisa no campo vinícola na França, Garcia-Parpet (2010), chama a atenção para as “disposições familiares”, ao mostrar que o discurso retórico de valorização da tradição da empresa familiar não significa, necessariamente, uma vantagem econômica ou mais eficiência na gestão e na produção vinícola, em relação a outros viticultores que não são sucessores na profissão. Assim, a partir das trajetórias individuais, a socióloga verifica que as competências adquiridas graças à família não

dispensam as competências adquiridas fora, como o capital escolar e experiência profissional em vista do êxito econômico no empreendimento. Por outro lado, em relação aos vinhos originados em determinadas regiões, a notoriedade significativa de classificação numa posição hierárquica, nesse caso, o elemento de capital social predomina, pelo valor simbólico e cultural herdado pela família. Enfim, a socialização tradicional não é necessariamente um trunfo devido aos novos princípios do mercado (GARCIA-PARPET, 2010).

Tendo em conta a questão da crise de sucessão rural ou intergeracional, na qual, ao mesmo tempo em que o agricultor familiar espera que os/as filhos/as dê(em) continuidade às atividades rurais, ocorre uma preocupação latente em decorrência das mudanças trazidas pela implantação de novas tecnologias e novas demandas de mercado. Tais fatores implicam tanto a manutenção da propriedade rural e das tradições familiares, quanto comprometem a produção de alimentos advindos da agricultura familiar e a sustentabilidade do setor agrícola (GARCIA-PARPET, 2010).

Conseqüentemente, trazendo uma interpretação ao contexto da presente pesquisa, a sobrevivência da empresa de agricultura familiar na cooperativa vai depender da vontade de cooperação e, também, das disposições econômicas, ou seja, das condições materiais/financeiras e sociais. Esta problemática está presente no contexto institucional em que pesa a necessidade de diálogo familiar entre pais e filhos na continuidade de uma estrutura construída e mantida sob valores tradicionais. Neste caso, como veremos adiante, vale destacar que dentre outros aspectos: as disposições econômicas são tão importantes quanto à predisposição familiar de continuidade na agricultura familiar e no sistema cooperativo.

#### **1.4.2 Panorama Nacional e Regional**

No panorama nacional, igualmente verifica-se uma agenda de pesquisa da juventude rural que alcança maior abrangência em fins dos anos 1990 e início dos anos 2000. Concomitante às medidas de configuração de políticas públicas da agricultura familiar, havia a necessidade de estudos e diagnósticos para a juventude rural, tendo em vista a problemática da saída dos/das jovens do campo e a inquietação sobre o processo sucessório da agricultura familiar. Tais pesquisas passam a ter importância dentro e fora

da academia, na configuração de políticas públicas e de reconhecimento de um campo político da juventude. Como veremos adiante, esse movimento trouxe uma alteração do paradigma de juventude como agente da mudança e de direitos sociais (CASTRO, 2016).

Alguns estudos de cunho sociológico são considerados referenciais fundamentais nas discussões envolvendo a juventude rural, do campo, das águas e das florestas, expressando sua diversidade e realidades específicas no contexto brasileiro. Por isso, referencio diversas fontes e abordagens na literatura sobre o tema, dos aspectos metodológicos e dos seus resultados.

Numa abordagem da corrente construtivista, questionando tanto a abordagem economicista como a marxista, numa visão dos agricultores familiares como parte de um campo em reconversão social e econômica, temos a pesquisa de Garcia (1989). Este autor toma como referência Pierre Bourdieu e analisa o mundo rural a partir do processo de desconstituição das formas de dominação patriarcal representadas pelos coronéis do Nordeste. Em pesquisa realizada na região do Agreste e do Brejo, dos estados da Paraíba e de Pernambuco, o autor demonstra como a criação do mercado de trabalho da região Sudeste – longe da ideia de desenvolvimento inexorável do modo de produção capitalista – promove pequenos agricultores – antes dominados e agora munidos de capital e de novas visões de mundo – que os fazem retornar à região Nordeste, saindo da qualidade de sujeitos para libertos. Como observa Garcia (1989) este é um caminho de via dupla: de reconversão material e simbólica. Em vista disso, a presente pesquisa se propõe a este caminho do meio, nem os atores são “átomos” na estrutura social nem escravos da determinação econômica: os atores produzem e são produzidos no curso de suas próprias ações, na consideração dos processos de transformação das relações e disposições entre os espaços sociais e os agentes sociais em questão (BOURDIEU, 2004b).

Castro et al. (2009) constroem teórica e empiricamente um trabalho de reconhecimento da construção social da categoria “juventude rural” no Brasil, no contexto de jovens ligados a movimentos sociais e assentamentos localizados nas Regiões Sudeste e Nordeste(CASTRO et al., 2009).

Na realidade regional, num período emergente em busca de dados relativos à juventude rural, embora ainda escassos, o estudo de caso realizado em um município (Saudades) da Região Oeste de Santa Catarina, coordenado por Abramovay et. al. (1998), trouxe contribuições importantes em perspectiva sociológica, abarcando os problemas de sucessão geracional e de gênero na agricultura. Nos fins dos anos 1990 já se identificava os novos desafios à juventude no meio rural, esta pesquisa detalha a questão do padrão sucessório na região. Foram entrevistadas aproximadamente 100 pessoas entre pais, filhos e filhas, nas condições sociais e econômicas de consolidados, transição e em exclusão. Os dados indicaram a predominância da sucessão masculina, em que aumenta as chances de filho de agricultor ser agricultor e assumir a gestão da propriedade rural, sobretudo, entre os consolidados (ABRAMOVAY ET. AL., 1998), corroborando os dados da pesquisa sobre sucessão rural realizada por Bourdieu (2009) na França acima citada.

Essa mesma pesquisa analisa o grau de escolaridade. O Ensino Médio e o Curso Técnico Agrícola foram considerados importantes para os rapazes para exercer a profissão agrícola, enquanto o Ensino Superior obteve relevância entre jovens em transição, com intenção de sair do campo. Com relação aos cursos profissionais frequentados: 25,81% participaram de cursos e palestras promovidos pelo cooperativismo, e 12,90% frequentaram os cursos de profissionalização da Epagri – destes, a maioria eram frequentados pelos rapazes, e as moças tiveram pouca frequência ou nenhuma (ABRAMOVAY ET. AL., 1998). Como veremos estes dados se aproximam com os encontrados nesta dissertação. No qual, embora a participação das moças nos cursos tenha aumentado nos últimos anos e varia a cada ano – conforme as/os coordenadores das ações educacionais estudadas –, no curso da Epagri a probabilidade de frequência das moças no curso é menor do que no curso da Cooperalfa. Um aspecto a considerar pode estar ligado à condição social e econômica do empreendimento familiar da jovem, em que pesa as diferentes expectativas quanto à continuidade na agricultura familiar.

Na esteira dessas pesquisas, Silvestro et. al. (2001), realizaram uma avaliação dos impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. A pesquisa coloca em debate várias questões pertinentes, como a demanda da terra, a ampliação de espaço de participação dos/das jovens no interior das famílias, o viés de gênero – que aponta



um padrão sucessório, a preferência dos rapazes na continuidade da atividade agrícola e o êxodo rural da maioria das moças –, o baixo nível de escolaridade e a escassez de capacitação profissional. Os dados foram obtidos e analisados no conjunto de dez municípios da Região Oeste de Santa Catarina, na aplicação de questionários fechados no interior de 116 famílias e entrevistas separadas, com os pais, um rapaz e uma moça (SILVESTRO et. al., 2001).

No século XXI, novas estruturas e transformações em curso são investigadas. Por este ângulo, Stropasolas (2006) reflete sobre as representações de rural, das categorias nucleares da agricultura familiar e especialmente a categoria “jovem”. Além disso, o pesquisador explora o universo empírico em Ouro no Alto Vale do Itajaí aplicando entrevistas semiestruturadas com jovens, buscando suas visões de mundo sobre o casamento entre moças e rapazes e a educação como uma saída para mudar de vida. Enfatizando a perspectiva subjetiva dos jovens, Stropasolas (2006) identifica as representações daquilo que os diferencia no “modo de ser do interior” com os citadinos, resultantes de suas experiências de sociabilidade, ao mesmo tempo em que demonstram facilidade em transitar do mundo rural ao urbano, ressignificando suas interações e valores identitários desmistificam o espaço social da cidade. Assim como, os/as jovens que visam permanecer no meio rural veem o matrimônio como uma questão conflitiva no horizonte das escolhas e se sentem pressionados por seguir um modelo de família. Por sua vez, os jovens que não visualizam um futuro na propriedade rural pouco se abalam com tais exigências do mercado matrimonial. Por fim, os resultados sobre a educação indicam que a geração atual prioriza os estudos seja na profissão agricultor, seja para a formação em outras áreas, especialmente as moças. No entanto, atenta-se sobre a necessidade de educação nas áreas rurais e do apoio das organizações representativas e do Estado para a implantação de projetos e políticas públicas direcionadas aos diversos agentes da agricultura familiar (STROPASOLAS, 2006).

Dorigon, Renk e Bagnara (2014) realizaram um estudo que retrata uma experiência de mudança social com um recorte territorial de uma comunidade (Romelândia) do Oeste Catarinense. Neste contexto houve uma profunda modificação das fontes de rendas provenientes das atividades agropecuárias, principalmente da substituição da suinocultura para a bovinocultura de leite nos anos 1990, seguindo a tendência para a dinamização da economia regional. Contudo, o problema do êxodo de

jovens do meio rural para os grandes centros ainda é uma realidade – ao sair para trabalhar em restaurantes e lanchonetes, por exemplo. Estas condições afetam a agricultura e a movimentação financeira do município, mesmo com exceções de casos em que jovens retornam para investir em suas propriedades rurais, por considerar um conjunto de fatores, como a escolha pela profissão e os laços familiares (RENK, DORIGON, BAGNARA, 2014).

Outra pesquisa realizada por Dorigon e Renk (2016) por meio de pesquisa documental e 30 entrevistas semi-estruturadas no município de Maravilha, Santa Catarina, abordam os novos significados do trabalho construídos pelos jovens na agricultura. Como pano de fundo a geração atual encontra um mercado rural em constante transformação, e os produtos coloniais– alimentos feitos artesanalmente, tais como: queijos, geleias, compotas, entre outros produtos de origem vegetal e animal – surgem como uma opção de renda no estabelecimento familiar. Desta forma, os/as jovens buscam a comercialização dos produtos e estão cada vez mais conectados adaptando-se às novas formas de relações comerciais. Assim como houve a criação e o aumento de redes de cooperação e agroindústrias familiares fora do circuito de integração cooperativo tradicional. Outro ponto importante é a maior participação e presença de mulheres e moças nestes espaços. Com efeito, o estudo mostra que a migração de jovens deixa de ser atrativa, a permanência e/ou retorno para o meio rural passa a ser uma escolha inovadora e exitosa, no qual os/as jovens diminuem as fronteiras entre o rural e o urbano inserindo-se no mercado de consumo (DORIGON; RENK, 2016).

Outra pesquisa importante realizada nos municípios da região central do Rio Grande do Sul realizada por Spanevello et.al. (2011) indica o problema da sucessão das propriedades justamente pela falta de sucessores. Os autores observam o esvaziamento nas comunidades rurais e dificuldades de formação de novas famílias (SPANEVERELLO et al., 2011).

Por último, destacam-se os resultados parciais de um estudo recente feito na Região do Oeste e Extremo-Oeste de Santa Catarina. O estudo aborda as expectativas e percepções de jovens rurais em contexto de curso técnico agrícola. Silva (2018) entrevistou aproximadamente 700 estudantes de escolas técnicas agrícolas. Os dados indicam que dentre os principais motivos que levam os jovens a sair do meio rural

estão: i) o trabalho pesado e sem folga (81%); ii) a falta de gosto, aptidão e/ou vontade do jovem para agropecuária (64%); iii) a dependência econômica dos pais (48%); iv) baixo reconhecimento e valorização da profissão de produtor rural (56%); v) dificuldade de diálogo, os pais não dão “espaço” para o filho opinar (53%); vi) baixa remuneração das atividades agropecuárias (41%); vii) poucas opções de lazer (39%); viii) deficiências nas condições de trabalho (35%); e ix) a quantidade de terra e/ou bens é insuficiente (34%).

Com relação à sucessão familiar, Silva (2018) mostra que 76% conhecem casos de sucessão familiar, 17% disseram não conhecer casos e apenas 6,3% afirmaram que conhecem casos de não-sucessão. Esta pesquisa também indica que o “grau de abertura” que os familiares dão para participar das decisões referentes à propriedade rural é significativa com aproximadamente 41% dos jovens, e pequena abertura (embora não seja constante) com 22%, enquanto que para 51% dos entrevistados responderam ter um “grau de abertura” dos familiares ao dar sua opinião nas tomadas de decisões sobre a empresa/propriedade rural familiar. Vale destacar que a dificuldade de acesso às tecnologias de comunicação seja um item relacionado a deficiências nas condições de trabalho. Apesar disso, o autor mostra que os jovens que habitam as áreas rurais estão cada vez mais conectados e valorizam o acesso a *internet*, mídias sociais, e desejam ter finais de semana livre para o lazer (SILVA, 2018).

## **1.5 JUVENTUDE E MUNDO RURAL NA AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Efetivamente, nos últimos 20 anos constituiu-se um campo político da juventude em disputa nos espaços de representação política, com uma inquestionável heterogeneidade da juventude. Dos quais: a juventude urbana, a juventude rural, do campo das águas e das florestas (indígenas e povos tradicionais) (CASTRO, 2016).

À vista disso, enfatiza-se a existência de duas perspectivas de agricultura e respectivos discursos com distintas expectativas de desenvolvimento rural: de um lado, o perfil de juventude de lideranças ligadas a movimentos sociais, na sua maioria ligada à perspectiva de desenvolvimento agroecológico e de retomada dos valores camponeses; de outro lado, o perfil de juventude de liderança cooperativa, vinculada a uma associação cooperativa que estimula a perspectiva de desenvolvimento rural

agroindustrial e dos mercados das *commodities*. Por isso, vale esclarecer que por se tratar de uma característica do universo investigado, na presente pesquisa existe um público jovem que não se acomoda nestas definições estanques: há desde o perfil de juventude rural cooperativa, como também um perfil de juventude rural em situação de transição na agricultura familiar e não necessariamente vinculada em algum movimento social ou instituição. Para uma análise mais detalhada, caberia investigar para a posteridade se estes perfis se integram em diferentes espaços e/ou situações relacionados à agricultura familiar.

O debate se estende para além da academia e faz clamor pela inclusão na agenda de políticas públicas no reconhecimento da juventude que está no meio rural como composta por sujeitos de direitos (WHEISHEIMER, 2005). Neste período, segundo Castro (2016), a categoria juventude rural ganha maior legitimidade tanto na academia como no âmbito governamental.

Os avanços realizados na agenda de políticas públicas mostra a participação do Estado na construção da categoria juventude. Nesse processo que confere visibilidade efetiva e dialógica à categoria juventude que está no meio rural como agente social, algumas mudanças estruturais e legais foram marcadores, como: i) a implantação da Lei nº 11.129 de 2005, com a criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), e, com isso constituiu-se o ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens); ii) a criação do Estatuto da Juventude, em 2013; e iii) o Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural lançado em 2016, embora o projeto não tenha sido efetivado.

Na composição de uma rede de políticas públicas para a juventude, à Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) foi atribuída a finalidade de promover pesquisas e diagnósticos sobre a juventude brasileira, elaborar, executar e fomentar programas de cooperação nacionais e internacionais, públicos e privados destinados ao público jovem. Para os efeitos da lei, consideradas jovens são as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade. O Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) vinculado a SNJ, formado por um colegiado de 60 conselheiros governamentais e da sociedade civil, tornou-se responsável por formular as diretrizes da ação governamental, assegurar que as Políticas Nacionais da Juventude sejam reconhecidas em seus direitos e capacidades cidadãs,

além de realizar estudos acerca da realidade socioeconômica do segmento juvenil (PERES; COSTA; SILVA, 2008).

No mesmo ano de 2005 foi lançado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) com o objetivo de reintegrar os/as jovens ao processo educacional. Foram conduzidos projetos pilotos até a implantação nacional em 2007. O “ProJovem Campo – saberes da terra” foi integrado ao programa, destinado aos/as jovens agricultores/as familiares, de 18 a 29 anos, que por diversos motivos não concluíram o ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, tendo em vista elevar os níveis de escolaridade, qualificação social e profissional (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008).

O segundo avanço registrado, em termos legais, foi a promulgação do Estatuto da Juventude em 2013, no qual o Estado reconhece o papel estratégico da juventude para o desenvolvimento do país. Dentre os direitos previstos: o direito à participação social e política e à representação juvenil (art.4), o direito à educação (art. 7), a profissionalização ao trabalho e a renda (art. 14), o direito à diversidade e à igualdade (art.17), direito à saúde (art.19), direito à cultura (art.21), o direito à comunicação e à liberdade de expressão (art.26), direito ao desporto e ao lazer (art.28), direito ao território e à mobilidade (art.31), direito à sustentabilidade e ao meio ambiente (art.34), direito à segurança pública e ao acesso à justiça (art.37) (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2019). É importante dizer que a construção de um campo de políticas públicas voltadas à juventude, como o estabelecimento de um Estatuto de Juventude não esteve isento de conflitos de geração e gênero nos espaços políticos, mesmo durante os Governos Lula-Dilma – mais abertos à participação política da sociedade civil. As conquistas estão relacionadas às lutas de reconhecimento efetivo, e à mobilização de jovens nos espaços rurais ligada aos movimentos sociais.

Na ocasião, as conferências de juventude foram relevantes para os debates e formulações de políticas públicas à juventude, as duas primeiras ocorreram em 2008 e 2011. Na terceira, em 2015 houve um amplo debate de construção das diretrizes do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, instituído sob o decreto nº8.736 de maio de 2016, como um instrumento de consolidação de um conjunto de políticas públicas direcionadas à juventude rural. O governo anunciava o objetivo de impulsionar e

fortalecer as atividades ligadas ao desenvolvimento da agricultura familiar dando ênfase à sustentabilidade do meio ambiente, tornando central a promoção da sucessão rural. Conforme documento orientador da 3ª conferência

A dimensão da sucessão para o rural brasileiro é chave, na medida em que o esvaziamento do campo acaba por dar prazo de validade ao modelo da agricultura familiar brasileira. Se não houver uma política voltada para o enfrentamento da vulnerabilidade da juventude rural e para a garantia de condições para que ela permaneça no campo, em pouco mais de um par de décadas o Brasil irá enfrentar sérios problemas de abastecimento alimentar e hídrico, dentre vários outros (MDA, 2015, p.12).

Entretanto, no mesmo ano, em agosto de 2016 houve o golpe legislativo, repercutindo um período de crise política e estagnação de políticas sociais que estavam em trâmite. Com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário– MDA – foi criada em substituição a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD – da Casa Civil da Presidência da República. Atualmente, sob o decreto de 2 janeiro de 2019, foram transferidas as competências da SEAD para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA–,que passa a ter em sua estrutura organizacional e nova nomenclatura a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF (MAPA, 2019).

Por seu lado, no âmbito do sistema cooperativo, vinculado à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB – foi criada o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP – em meados da primeira década dos anos 2000. O órgão constituído impulsionou os serviços de capacitação cooperativa nacional, com a missão estratégica de promover o cooperativismo, o aperfeiçoamento da gestão e o desenvolvimento das cooperativas brasileiras, promovendo ações estratégicas aplicadas em cada realidade das unidades estaduais. Atuando em três frentes: no monitoramento das cooperativas, na formação profissional e na promoção social dos cooperados e suas comunidades (SESCOOP, 2019).

Com isso, dentre os objetivos estabelecidos pelo sistema cooperativado através do SESCOOP, cumpre a inclusão de públicos historicamente marginalizados das decisões dos arranjos produtivos na organização da propriedade rural, como as mulheres e os/as jovens rurais –neste cenário, como citado, caracteriza o perfil de juventude rural ligado ao mercado cooperativo tradicional e do agronegócio. Inclusive, um dos cursos

analisados nesta dissertação tem o apoio do SESCOOP, o “Alfa Jovem” pela Cooperalfa.

De modo geral, as ações de direito à educação no e do campo foram conquistas expressivas de políticas públicas da juventude urbana, rural, indígena e de povos tradicionais. Embora na atualidade esteja em curso a luta pelo reconhecimento social e político. Cabe mencionar alguns programas destinados à juventude rural nacional – sem aprofundar em descrições e detalhes, mesmo com suas dificuldades e deficiências que resultaram em cortes nos últimos anos – dos quais: Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC Campo); o PRONAF Jovem de acesso ao crédito, o Programa Nacional Nossa Primeira Terra; de inclusão digital, entre outros (MDA, 2015).

## **CAPÍTULO 2 O CONTEXTO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL**

### **2.1 BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO – COOPERAÇÃO E EDUCAÇÃO**

A reação ao fenômeno moderno do progresso dos meios de produção e expansão dos mercados marca as origens do cooperativismo<sup>8</sup>. Na maioria dos países da Europa – como na Inglaterra, França e Alemanha –, as experiências cooperativas surgiram no contexto de lutas sociais (MLADENATZ, 2003).

Por ocasião das grandes transformações, principalmente a Revolução Industrial na Inglaterra e a Revolução Francesa na França do século XVIII e XIX, culminaram novas estruturas institucionais, mais especificamente, o liberalismo econômico e político. Tais mudanças foram impulsionadas por elementos econômicos, políticos e

---

<sup>8</sup>Cabe distinguir os significados de cooperação, cooperativa e cooperativismo: o primeiro, cooperação, pode ser definido como uma troca em que as partes se beneficiam (SENNET, 2015); o segundo, a concepção de cooperativa no mundo moderno se aproxima da noção de autogestão, quando se organiza de forma coletiva e sistemática com estatutos preestabelecidos, das regras do jogo de determinados grupos sociais (LIMA, 2004); por terceiro, o cooperativismo se refere a doutrina que visa uma reforma social e econômica por meio de cooperativas (PINHO, 2004).

religiosos os quais numa relação de interinfluência permitiram o deslocamento da mentalidade econômica tradicional para uma mentalidade racional a fins; ambiente que permitiu o estabelecimento da classe burguesa (SWEDBERG, 2005; WEBER, 2002). Neste cenário, o desenvolvimento industrial e comercial se expande pela retirada do Estado seja da proteção do trabalho, seja da proteção da terra, produzindo a crença na ideia do mercado auto-regulado como fundamento da sociedade (POLANYI, 2002).

Na Inglaterra, as conversões das terras em pastagens, e plantio de algodão para a emergente indústria têxtil constituem ameaça aos camponeses. Muitas famílias e agricultores sem terra foram forçados ao deslocamento para os centros de indústria de lã para trabalhar e garantir sua renda (POLANYI, 2002, HOBBSAWN, 1999).

Entre 1750 a 1850, no interior da ascensão da economia de mercado se articulava uma forma alternativa de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral. No período de consolidação do trabalho industrial surge o movimento cooperativo moderno. O intuito é reduzir os efeitos catastróficos na ordem social – por conta do excesso de trabalho nas fábricas em condições insalubres, dos salários reduzidos, num momento em que ainda não havia leis e garantias trabalhistas (MLADENATZ, 2003).

Considerando as construções teóricas que influenciaram o movimento cooperativista moderno na Inglaterra, destacam-se as ideias de Robert Owen, natural de Newton, que ficou conhecido como o pai do cooperativismo. Em 1785, em New Lanark, diante das condições de miséria da classe operária, e em função de sua posição de empresário de manufatura têxtil, Owen trouxe contribuições com medidas de reformas sociais. Inicialmente assegurando assistência material e cultural aos operários da indústria, atingindo resultados positivos dentro de sua empresa.

Posteriormente, Owen dedicou esforços para colocar em prática o projeto idealizado de “cooperativas integrais”, que consistia em propriedades coletivas para a produção e manutenção de seus próprios meios, no qual os membros morariam em comunidade, com autossuficiência econômica e política. O reformador social chegou a fundar uma colônia em New Harmony, nos EUA, e também conquistou adeptos em outros países. Contudo, as experiências prematuras, das associações econômicas de



consumo operando no sistema moeda-trabalho circularam de forma restrita e tiveram curta duração.

Sob a influência do programa oweniano, inaugura-se a primeira experiência exitosa de cooperativa de consumo, a partir da iniciativa de 28 tecelões reunidos para enfrentar as dificuldades do setor, no povoado de Rochdale em Manchester, a Rochdale Society of Equitable Pioneers, em 21 de dezembro de 1844(HOLYOAKE, 1933). Essa experiência que somou princípios cooperativos e regras práticas de organização e funcionamento se difundiu; os estatutos estabelecidos pelos probos (àqueles considerados de caráter íntegro, honrado e honesto) Pioneiros de Rochdale foram adotados e colocados em prática por milhares de sociedades cooperativas.

Ressaltam-se algumas características que trouxeram notoriedade aos Probos de Rochdale como referência do movimento cooperativo moderno: i) a venda à vista das mercadorias com preços do varejo de mercado aos associados, ii) a repartição do excedente proporcional às compras efetuadas por cada membro, e iii) a gestão democrática em que cada membro tem direito ao voto nas assembleias gerais (MLADENATZ, 2003).

Outra característica central no nosso entendimento é a pauta da educação, tratada como uma questão importante desde o estabelecimento dos estatutos dos tecelões de Rochdale. A instituição tinha como preocupação manter uma biblioteca com espaço de leituras de livre acesso às famílias associadas. O intuito era o de difusão de consciência cooperativa e social na formação dos sujeitos, compartilhamento de informações e conhecimento entre os membros (HOLYOAKE, 1933). Observa-se então que desde seus primórdios o movimento cooperativo mobiliza a formação de uma mentalidade específica.

Por sua vez, na França, o cooperativismo se estabelece no cenário de associação sindical de agricultores, a partir da instituição da Lei de Maio de 1884 sobre os sindicatos profissionais. Como mostra Mladenatz (2003), na prática, as cooperativas agrícolas surgiram conforme e no ritmo em que as operações foram tomando proporção maior sob a condição de se manterem subordinadas aos sindicatos agrícolas.

Em meados dos anos 1920, as cooperativas francesas de produção agrícola, de venda e de crédito, foram reconhecidas como autônomas. Assim, destaca-se a distinção entre uma associação sindical e uma associação cooperativa. Grosso modo, a primeira, possui caráter doutrinador, moral e político; enquanto a segunda, de caráter racional, de gestão e ação econômica (MLADENATZ, 2003).

Na história das ideias cooperativas, o francês Charles Fourier igualmente foi considerado um dos pais do cooperativismo. Ele propunha ultrapassar a questão social pós-Revolução Francesa pela constituição de uma colônia em comum. Esta colônia reuniria grupos de diversas classes sociais em um espaço denominado de “falanstério”, onde o trabalho seria predominantemente agrícola, entre outras atividades manuais e intelectuais e seriam distribuídos de forma harmoniosa entre os membros. Entretanto, os rendimentos gerados pelos membros eram repartidos de acordo com as aptidões de cada membro colocadas a serviço da produção, no lugar de um salário. Além disso, o capital da colônia seria oriundo da filantropia (MLADENATZ, 2003).

A Alemanha apresentou o sistema cooperativo de crédito ao mundo. Em 1850, a primeira sociedade de crédito foi fundada sob a condução de Schulze-Delitzsch; ele reuniu particularmente classes médias urbanas. Em 1867 foi promulgado o primeiro código cooperativo no parlamento prussiano. Schulze-Delitzsch exerceu grande influência, a partir da publicação de seus trabalhos tornaram-se comuns as associações cooperativas no país.

O sistema cooperativo rural de crédito teve como principal articulador o alemão Wilhelm Raiffeisen. Em Flammersfeld, reuniu 60 moradores em 1848 para fundar uma Sociedade beneficente. O intuito era ajudar aos agricultores necessitados. Já em 1854, eleito prefeito em outra cidade, Raiffeisen compôs um caixa de socorro que com o tempo se transformou numa sociedade de crédito e, gradativamente, alcançou outras localidades.

Outra experiência alemã foi empreendida por Wilhelm Haas em 1872, em Friedberg: uma cooperativa de consumo para abastecimento das necessidades dos agricultores. A partir de então há a ampliação do movimento cooperativo alemão: a partir das cooperativas isoladas que se reuniram para formar a “União das Cooperativas Agrícolas de Consumo” em Hesse; posteriormente, Wilhelm Haas presidiu a União das

Cooperativas do Sul e do Oeste da Alemanha. Mais tarde, as associações do tipo Haas se fundiram com as associações do tipo Raiffeisen, formando um sistema agrícola cooperativo alemão unificado (MLADENATZ, 2003).

Na Itália, Luigi Luzzati (1841-1927), político e professor universitário, foi responsável pela iniciativa da criação do cooperativismo de crédito, inspirado pelo modelo alemão de Schulze-Delitzsch. Por volta de 1864 e 1865, fundou em Milão e Lodi os primeiros bancos populares adaptados à realidade italiana da época, integrando as necessidades da população agrícola (MLADENATZ, 2003).

### **2.1.2 A Aliança Cooperativa Internacional (ACI)**

O crescimento expressivo do movimento cooperativo em vários países do mundo permitiu a criação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), uma instituição sem fins lucrativos. Na ocasião, reuniram-se representantes cooperativos de diversas localidades, no I Congresso Internacional organizado em 1895, em Paris com o objetivo de disseminar o cooperativismo e fomentar a geração de intercâmbios de experiências, técnicas, valores e princípios cooperativos. Desde então, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) assumiu a tarefa de consolidar vínculos com as organizações cooperativas do mundo todo (LOPES, 2012).

De acordo com a decisão da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), os princípios cooperativos concebidos pelos Pioneiros de Rochdale foram preservados. A primeira revisão ocorreu em 1937. No entanto, a segunda revisão foi mais profunda em 1966, num período de ascensão do cooperativismo e de ampliação das ramificações de setores, como: crédito agropecuário, habitação, pesca, dentre outros. Os seguintes princípios foram definidos: i) adesão voluntária e livre; ii) gestão e controle democrático; iii) participação econômica dos associados; iv) autonomia e independência; v) educação, formação e informação cooperativa; vi) intercooperação e vii) interesse pela comunidade (ACI, 1966 apud LOPES, 2012).

Destacam-se dois aspectos após a segunda revisão: em primeiro lugar o elemento da intercooperação, no restabelecimento da cooperação entre cooperativas, com a máxima do ‘agir local para alcançar global’ (LOPES, 2012). Tal princípio surge

como uma reação de contrapeso, decorrente da conjuntura de cooperativas pragmáticas que atendia aos mercados competitivos das empresas capitalistas (LEITE, 2009). Em segundo, o princípio da educação se restabelece como uma “atividade fundamental de qualquer cooperativa e estendida a não-cooperados – aos empregados da cooperativa e à comunidade na qual ela atua” (LOPES, 2012, p.71). Novamente, observa-se o cooperativismo mais do que a formação de um empreendimento: a formação de uma mentalidade.

Nos anos 1990, os princípios cooperativos que regulam o cooperativismo contemporâneo se consolidam na perspectiva do desenvolvimento sustentável; a dimensão ambiental ganha destaque – formulado desde o Relatório de Brundland (1987) e o RIO 92 (ACI, 2007). Conforme sintetiza Lopes (2012), o desenvolvimento sustentável das cooperativas prevê a atribuição de recursos para seus cooperados e comunidade, cuja renovação das práticas cooperativas é item fundamental. Destacando o fato de não causar prejuízos às próximas gerações, mobilizando a célebre expressão de Brundtland. Além disso, o envolvimento com as políticas públicas também é outra característica compreendida como essencial no cooperativismo contemporâneo.

Em um levantamento recente sobre a dimensão social e econômica do cooperativismo, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) estima que o modelo cooperativista alcance cerca de 1,2 bilhão de pessoas no mundo, o que equivale a dizer que uma em cada seis pessoas no mundo é associada a uma cooperativa. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), os dados quantitativos que apontam para o Brasil mostram que, nos últimos anos, aproximadamente 13,2 milhões de brasileiros são filiados a uma cooperativa, gerando em torno de 376 mil empregos formais no país (AGENDA INSTITUCIONAL DO COOPERATIVISMO, 2018). No Estado de Santa Catarina, conforme o balanço do setor cooperativo apresentado em 2010 pela Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) estima-se que aproximadamente 50% da população está vinculada a alguma cooperativa<sup>9</sup> (EASYCOOP, 2010).

---

<sup>9</sup>Ver mais em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2010/07/cooperativas-faturam-113-bi-e-reunem-50-da-populacao-de-santa-catarina/>.

## 2.2 COOPERATIVISMO NO BRASIL: UMA HISTÓRIA ANTIGA COM A MARCA DO UNIVERSO RURAL E DO SUL

Com base nos dados das cooperativas de 94 países, membros da ACI (2011), comparativamente, a nível mundial o Brasil tem potencialmente um índice de baixa cooperação, que corresponde a menos de 10% de cooperados da população (LOPES, 2012). Contudo, considerando o desempenho por setor, dos países que apresentam a inserção de no mínimo 30% dos setores que geram empregos decorrentes de suas atividades, o Brasil se destaca com 40% de participação do setor agrícola<sup>10</sup>.

Na sequência abordaremos aspectos históricos do movimento cooperativo brasileiro, tomando a perspectiva do cooperativismo agropecuário em relação ao desenvolvimento rural, subdividindo em cinco momentos: i) as primeiras experiências registradas até o início do século XX; ii) dos anos 1930 a 1960, no desenvolvimento e consolidação cooperativa no país o qual acompanha o movimento de consolidação do Estado Nacional; iii) entre 1964 a 1980, o processo de centralização do cooperativismo, seguida da reestruturação política e das práticas cooperativas; iv) dos anos 1990, com referência às transformações estruturais, tecnológicas e sociais as quais acompanham o processo de globalização; e v) dos anos 2000 em diante, pelas mudanças de modelos de desenvolvimento rural, e ações estratégicas pelo cooperativismo contemporâneo.

No contexto brasileiro as primeiras experiências as quais indicavam alguma forma de cooperação ocorreram no período entre 1530 e 1890, foram ligadas aos movimentos messiânicos, e posteriormente com a abolição da escravatura. O processo de modernização e os primeiros movimentos de economia de mercado se assentaram a partir de uma tentativa de equilíbrio político entre liberais e conservadores da monarquia. Com a construção de estradas de ferro o Brasil começou a se industrializar. Contudo, somente no início do período republicano emergem formas de cooperativismo moderno no país (PINHO, 2004).

Desse modo, com o início da República, em 1891, a legislação republicana passa a apoiar e sustentar a liberdade de associação pela Constituição de 1891 (art.72,

---

<sup>10</sup>Com referência aos dados dos maiores índices de inserção nacional econômica – ao menos de 30% –, no que se refere ao segmento agrícola, advêm de países como: da Finlândia (90%), Uruguai (90%), Holanda (80%), Indonésia (90%), Quênia (90%), Suíça (80%) e França (75%) (LOPES, 2012).

parágrafo 8.), embora não houvesse ainda uma lei específica para cooperativas. (PINHO, 2004).

Pinho (2004) ressalta experiências de modelos de cooperativas de crédito as quais vieram junto com imigrantes italianos e alemães e se instalaram no meio rural, estimulados pela política de ocupação das áreas do Sul do Brasil. No início do século XX, algumas experiências pontuais foram registradas. A exemplo da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, fundada em 27 de outubro de 1889, influenciados pelo modelo dos Pioneiros de Rochdale. Outras cooperativas de consumo foram instituídas nos perímetros urbanos em expansão, como: São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, dentre outros (PINHO, 2004). Por volta de 1900, há ampla divulgação cooperativista, liderada pelo padre Theodor Amstad, juntamente com outros líderes, especialmente agricultores familiares nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul<sup>11</sup>.

O ano de 1904 é a data de fundação da primeira cooperativa de Crédito do tipo Raiffeisen, pelo Padre Theodor Amstad. A cooperativa é instalada em Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul envolvendo colonos alemães da região. Posteriormente, em 1906, Amstad fundou a Cooperativa de Crédito do tipo Luzzatti, em Lageado (RS). Com isso, convém notar que a Região Sul constitui o cerne do estabelecimento de cooperativas dos ramos de cooperativismo de crédito e a associação de produtores rurais (PINHO, 2004).

No período entre 1918 a 1929, a criação de bancos cooperativos, do modelo Raiffeisen e do modelo Luzzati, foram criados tanto em espaços rurais quanto em espaços urbanos brasileiros. Do mesmo modo, em outras Regiões, como Sudeste, Nordeste e Norte, ampliavam-se as cooperativas de produtores rurais, de consumo e escolares, com o auxílio do governo da República Velha na divulgação do cooperativismo no país.

Por volta dos anos 1930, durante a Era Vargas configura-se uma fase de desenvolvimento e consolidação do cooperativismo acompanhando os processos de consolidação do Estado brasileiro. Há neste período um processo de concentração do

---

<sup>11</sup>No Rio Grande do Sul, os agricultores fundaram a Associação de Agricultores do Rio Grande do Sul, em 1889.

Estado (OLIVEN, 2002). A partir da década de 1930 o Brasil vive um momento em que o aparelho de Estado se torna mais centralizado e o poder cada vez mais se desloca do âmbito regional para o nacional. A partir de 1930 se estabeleceu no Brasil uma tendência que concebe o Estado como um agente importante para o desenvolvimento econômico nacional. O país enfrenta as consequências da crise econômica de 1929 e da II Guerra Mundial. O nacionalismo ganha ímpeto e o Estado afirma-se; esta tendência é acentuada com a criação do Estado Novo no período 1937-1945. Modificações profundas ocorrem a partir do período 1930 a 1945. Com o fim da guerra termina o Estado Novo e é eleita uma Assembleia Nacional Constituinte com a tarefa de pensar um novo modelo de organização administrativa e política.

A primeira Lei Cooperativa sob o decreto 22.339, em dezembro de 1932, estabelecia diretrizes, expressamente de caráter rochdaleano, para o funcionamento de sociedades cooperativas. Ainda, no período do governo Vargas, o Brasil teve duas Constituições: na primeira, em 1934, foi criado o cooperativismo do tipo sindicalista, na figura de consórcios profissionais cooperativos; na segunda, em 1946, a Constituição Federal previa a garantia e a liberdade de associação (art.141, parágrafos 12 e 13), profissional ou sindical, bem como direito de greve (PINHO, 2004).

A partir de 1964 com a tomada de poder pelos militares há uma crescente centralização política, econômica e administrativa por meio da integração do mercado nacional, da implantação de redes de estradas, de telefonia, de comunicação de massa, da concentração de tributos no âmbito federal e do controle das forças militares estaduais pelo exército (OLIVEN, 2002:32-33). Igualmente medidas autoritárias estabeleceram reformas para o sistema bancário e cooperativista. A partir da promulgação da Lei 4.595, em 1964, extinguiu-se quase todas as cooperativas de crédito – de tipo Raiffeisen e de tipo Luzzati – dos estados brasileiros, provocando uma forte centralização estatal. Em decorrência do endurecimento de medidas pela ditadura militar, o sistema cooperativo é vigiado pelo Estado e a conjuntura econômica e política do país contribuíram para o fechamento de cooperativas. Somente duas décadas mais tarde e no quadro da redemocratização serão retomadas as cooperativas de crédito rural e urbano (PINHO, 2004).

Com relação aos órgãos competentes vinculados ao Estado, devido às divergências internas, os cooperativistas dividiam-se entre a União das Associações

Cooperativas (UNASCO), em São Paulo, e a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP), no Rio de Janeiro, ambas criadas nos anos 1950. No início da ditadura militar em 1964, e dentro do movimento de centralização acima mencionado, ocorre a unificação da representatividade do movimento cooperativista, solicitada pelo Ministério da Agricultura, levando à constituição da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em 1969. Esta instituição será representante dos interesses do cooperativismo nacional (OCB, 2020).

De fato, a implantação do sistema OCB ocorreu a partir da promulgação da Lei 5.764, em 1971, com a regulamentação do Sistema Cooperativo, visando a OCB como único órgão representativo em termos legais, estruturais e instrumentais. Para efetivação, foram criadas as OCEs (Organização Cooperativa Estadual) em cada Estado. Tal ementa de política nacional do cooperativismo simbolizou um marco jurídico para a época, sendo considerado um divisor de águas para o movimento cooperativista brasileiro, repercutindo nas trajetórias e nas posições dos agentes sociais e individuais nas práticas cooperativas (GEIDEL, 2016)<sup>12</sup>.

Cabe destacar a particularidade do cooperativismo brasileiro, conforme Búrigo (2010), de que “o compromisso do cooperativismo com as demandas sociais é um tema controverso” (BÚRIGO, 2010, p. 54). Este autor lembra que o cooperativismo nacional não surgiu em reação aos problemas sociais e econômicos, como na Europa, sua origem está atrelada às elites dominantes. Logo, a falta de identificação do cooperativismo nacional com as demandas sociais ganhou um desenho particular, nas dimensões institucionais, políticas, sociais e culturais (BURIGO, 2010).

Em suma, o cooperativismo agropecuário seguia a tendência predominante do discurso de modernização agrícola. Principalmente, de 1970 a 1980, o progresso na agricultura foi mobilizado como justificativa para a adoção da chamada “revolução verde” – no uso de insumos, agroquímicos e variedades selecionadas, entre outros instrumentos, como tratores e colhedoras (GUANZIROLI, 2001). Conforme Veiga (2001), a “revolução verde”, trouxe avanços no desenvolvimento, numa alternativa estratégica que atendeu a uma demanda competitiva do mercado em larga escala do

---

<sup>12</sup>Conforme o Sistema OCB, a organização e regulamentação das unidades estaduais permitiram às cooperativas uma maior expansão econômica e enquadramento ao modelo empresarial do agronegócio. Para ver mais: <https://www.ocb.org.br/historia-do-sistema-ocb>



agronegócio<sup>13</sup>, excluindo pequenos produtores rurais. Por isto ela foi nomeada como ‘modernização dolorosa’ (GUANZIROLI, 2001).

O modelo de produtividade acompanhou o processo de globalização e culminou numa reorganização do processo de trabalho no setor rural de forma análoga à escala industrial. Diante das tecnologias poupadoras de trabalho em meio a abundância de mão-de-obra e força de trabalho, a alternativa estratégica foi a intensificação dos processos de integração da agricultura, formando os “complexos agroindustriais”. Assim, houve um “rearranjo” (PAULILO, 1990, p.53) das antigas redes de comercialização, sobretudo na região Sul do Brasil, produzindo uma complexa relação – de consensos e dissensos – entre produtores da agricultura familiar e agroindústrias.

Na realidade brasileira, as cooperativas tradicionais passam a trabalhar com mais flexibilidade nas relações de trabalho, permitindo a redução de custos e aumentando a competitividade das empresas de características autogestionárias (LIMA, 2006)<sup>14</sup>. Dessa forma, o processo de modernização da agricultura brasileira impulsionou o aumento de cooperativas agrícolas e do sistema de integração, desenvolvendo uma racionalidade semelhante a do setor industrial (ABRAMOVAY, 2012). Desse modo, dos primeiros passos do movimento cooperativista que propunha uma ação racional a valores, focalizada no apoio dos pequenos agricultores, as últimas décadas apontam como no meio rural, o cooperativismo entra numa relação de reforço com a lógica dos mercados competitivos e, como veremos nos próximos capítulos, os processos de formação voltados aos jovens rurais tão bem como a extensão rural (MAZON, 2016) assumem esta tarefa: formar empreendedores.

Ao final dos anos 1980, o Estado brasileiro passa por um período de recessão econômica e de retomada gradual do regime democrático. Mesmo com a descentralização e menor interferência do Estado em associações, o movimento cooperativo se modernizava sob outros moldes, num contexto de reestruturação econômica e produtiva a nível nacional/local e global.

---

<sup>13</sup>Em síntese, agronegócio (também chamado de agrobusiness) é todo conjunto de pecuária envolvendo apenas o viés econômico(VEIGA, 2013).

<sup>14</sup>Fato que reacendeu uma agenda de pesquisa sobre o tema para estudiosos na sociologia do trabalho: sobre o dilema entre cooperativas pragmáticas/ falsas versus cooperativas verdadeiras.

De modo específico, a Constituição de 1988, introduziu inovações no sistema cooperativista, tais como: a não interferência estatal, pelo artigo 5º, inciso XVIII; a garantia de criação de associações e de sociedades cooperativas e estabelecia o apoio do Estado no estímulo ao cooperativismo (artigo 174, parágrafo 2º). Igualmente confere condições de operacionalidade e estruturação das cooperativas de crédito<sup>15</sup> (art. 192, VIII). A regulamentação do cooperativismo nacional não viveu significativas alterações, mesmo depois da Constituição Federal de 1988; permanece a representação unificada do Cooperativismo pelo sistema OCB. Este sistema significa entraves para novos setores de cooperação, como é o caso da economia solidária (CUNHA, 2013).

Na década de 1990, as transformações na dinâmica do setor rural trouxeram resultados profícuos na conversão de agricultores de base familiar ao plano de desenvolvimento rural, com inovações tecnológicas e científicas, bem como os incentivos creditícios para a integração no sistema agropecuário. Neste cenário ressalta-se também a retomada de ação de grupos sociais anteriormente excluídos do espectro político – como movimentos sociais, organizações não-governamentais, associações e cooperativas – na construção do debate para uma nova concepção de desenvolvimento rural no horizonte (SCHNEIDER, 2010). Como tratado no primeiro capítulo da literatura em questão.

Voltando a ação do Estado<sup>16</sup> como agente fundamental na constituição de novos mercados, interessa-nos abordar as políticas públicas. Num contexto de emergência de políticas públicas para o setor agropecuário no país, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), em 1996. O PRONAF representou, e assim permanece, o principal programa de fortalecimento e garantia da agricultura familiar. Como sugere Mazon (2016), Mazon e Guivant (2013) e Búrigo (2006), tais iniciativas em parceria com as cooperativas de crédito permitiram a aproximação das cooperativas com os agricultores, permitindo o estímulo de uma mentalidade voltada para o mercado. Logo, entendendo que o

---

<sup>15</sup>O setor cooperativo de crédito viria a se fortalecer alguns anos depois, em meados de 1996, com a criação de dois bancos cooperativos, o Sicredi e o Sicoob.

<sup>16</sup>Na configuração das novas bases para a formação efetiva desses segmentos dos mercados modernos, os membros familiares das unidades produtivas agropecuárias assumiram, igualmente, a agência no conjunto diversificado de estratégias de existência social, econômica, política e cultural, no decurso das mudanças históricas na agricultura. Assim, considera-se que o Estado contribuiu para o estabelecimento e consolidação dos moldes modernos da agricultura de base familiar, sem necessariamente assumir a função determinante e unilateral (WANDERLEY, 2011; BOSETTI, 2013).

programa de financiamento existe até os dias de hoje, a atuação do PRONAF e das cooperativas de crédito rural<sup>17</sup> garantem recursos e poder, bem como aumenta a perspectiva de permanência das novas gerações na agricultura familiar (BÚRIGO, 2006).

Contudo, conforme Grisa e Schneider (2015), tendo em vista o referencial político neoliberal, nos fins dos anos 1990, constatou-se que algumas regras e normas estabelecidas pelo PRONAF reproduziam desigualdades expressivas, pois nem todos os/as agricultores/as familiares se enquadravam nas exigências pré-estabelecidas. Essa situação foi contornada com a criação do ‘Pronafinho’, uma medida do governo para contemplar a parcela da população em situação de pobreza nas áreas rurais, que resultou como solução paliativa.

De acordo com Cassol e Schneider (2014), estas medidas criadas pelo Estado permitiram condições favoráveis de fortalecimento institucional, econômico e até mesmo ideológico, da agricultura familiar. Entretanto, dentro dos encadeamentos empíricos de políticas públicas, prevaleceram as medidas estratégicas de um grupo dominante, que possui o monopólio das propriedades de terras. Com efeito, o vínculo com o Estado contribuiu à conservação dos interesses de grupos sociais da elite rural brasileira. Como veremos no próximo capítulo, este vínculo se constrói através de uma linguagem particular, um discurso que alcança os jovens no meio rural numa categorização que une e separa através dos critérios de classificação da realidade (BOURDIEU, 2004a).

Por sua vez, o agricultor de base familiar consolidado que mantinha seu estabelecimento de empresa rural, fora capaz de gerar uma renda líquida maior que o custo de oportunidade de seu trabalho. Em contraste aos agricultores familiares em processo de transição – que se adaptavam com dificuldades financeiras na atividade agrícola – e aqueles em exclusão. Estes últimos, na sua maioria, das camadas sociais em condição de pobreza, vivenciaram uma “modernização dolorosa”; o efeito foi o êxodo

---

<sup>17</sup>Pois, “a legislação brasileira obriga as cooperativas [de crédito] solidárias a firmar convênio com um agente financeiro público para ter acesso às verbas oficiais” (BÚRIGO, 2006, p.341).

rural prematuro deslocando grande contingente de pessoas para o perímetro urbano-industrial em busca de oportunidades de emprego<sup>18</sup> (GUANZIROLI, 2001).

O uso da categoria “agricultura familiar”, torna-se objeto de disputas políticas e simbólicas, dentro e fora da academia. Conforme Heredia *et al* (2010) as disputas cognitivas e simbólicas neste campo separam os grupos sociais no rural brasileiro em dois pólos opostos: de um lado, o agronegócio voltado à exportação, por outro, a agricultura de base familiar, de característica multifacetada e heterogênea.

Na esteira de reconhecimento e valorização das lutas políticas e sociais, o termo “camponês” é cunhado e retomado por algumas entidades representativas de agricultores de base familiar com uma pauta em defesa de um projeto alternativo de valorização do rural como espaço de vida. Nessa conjuntura, se reuniam os movimentos sociais, como: a Via Campesina; o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), dentre outros (PICOLOTTO; MEDEIROS, 2017). Assim como, outras entidades em torno da pauta de sustentabilidade e da pauta “agroecologia” enquanto valores e princípios políticos em comum, de posição crítica diante das crises alimentares causadas por alimentos contaminados, entre outros problemas (NIEDERLE, 2018).

Nos anos 2000, seguindo o contexto de pluralidades de direitos e de diversidades culturais, se ampliavam os espaços de discussão tendo em vista, por um lado, a constituição da perspectiva de desenvolvimento rural sustentável e de valorização da agricultura de base familiar, da mesma maneira que se expandia, por outro lado, o mercado de agronegócio, enquanto um desdobramento do período anterior.

Cabe destacar, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa Fome Zero<sup>19</sup>, operacionalizado em 2003, integrou diversas ações que previa a promoção de emprego e renda mínima, principalmente em áreas rurais. Alguns anos depois o

---

<sup>18</sup>Tal fato, conforme Guanziroli (2001), decorreu como resquício do período anterior, durante o governo militar - nos anos 1960 a 1980-, baseada numa premissa de política reformista sob o respaldo da legislação, as elites agrárias modificaram as relações tradicionais entre fazendeiros e trabalhadores residentes, expulsando-os para contratar, em seu lugar, trabalhadores temporários.

<sup>19</sup>O Programa Fome Zero “está organizado em quatro eixos: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social. O projeto propunha aumentar a produção local de alimentos e ao mesmo tempo estimular a agricultura familiar, tradicional fornecedora de alimentos básicos para a população pobre (...)” (DEL GROSSI, 2010, p.306).

programa Fome Zero foi incorporado ao programa Bolsa Família. Como mostrou Del Grossi (2010), houve uma delimitação da população em condição de insegurança alimentar, concentrando-se, sobretudo, na região do semiárido nordestino<sup>20</sup>.

No processo de mudança para a via de desenvolvimento de incorporação da noção de sustentabilidade, conforme Schneider (2010), dois pontos são consenso: i) a capacidade de diagnóstico na atual fase do capitalismo de inserção e domínio relativo sobre os mercados, na gestão e planejamento da propriedade; e ii) a formulação de análises de agricultura familiar em regiões de economia rural mais dinâmicas e de tecnologias modernas (SCHNEIDER, 2010).

Identificamos nas pesquisas levantadas na revisão bibliográfica desta dissertação o foco nesta vertente agroalimentar para o desenvolvimento rural nos estudos norteadores na descrição do cenário cooperativista de Santa Catarina e Oeste Catarinense, sobretudo, das últimas décadas. Abordamos o tema na próxima seção.

### **2.3 O ESTADO DE SANTA CATARINA E REGIÃO OESTE: DA EXTENSÃO RURAL E DO COOPERATIVISMO**

Conforme registrado, a população catarinense vem aumentando expressivamente desde o primeiro censo, em 1872, com 159.802 pessoas. Em 1920, atingiu a marca 668.743 pessoas; e nos Censos a partir de 1970 em diante o número de pessoas saltou de 1.266.709 para aproximadamente 5.247.913 de habitantes em 2010, nos perímetros urbanos. Comparativamente a população que vive no meio rural, desde o período de 1960 mantêm-se relativamente estável, com um aumento em 1970, e diminuição gradativa ao longo dos anos, como mostra na Tabela 1.

---

<sup>20</sup>Como indicou Del Grossi, a pobreza no Brasil reduziu de 44 milhões para 29,6 milhões de pessoas: “Entre 2003 e 2009 mais de 20 milhões de pessoas saíram da pobreza, sendo a intensidade na redução das taxas mais acentuada nas áreas rurais, onde 5 milhões de pessoas deixaram a pobreza” (DEL GROSSI, 2010, p.314).

**Tabela 1. População nos Censos Demográficos, segundo a Federação de Santa Catarina**

Ano Censo IBGE	Rural	Urbano
1960	1.451.562	695.347
1970	1.663.702	1.266.709
1980	1.486.302	2.201.350
1991	1.332.648	3.205.600
2000	1.137.601	4.211.979
2010	1.000.523	5.247.913

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Marcado pela coexistência populacional de múltiplas origens, formado por diversos costumes culturais e atividades econômicas, o estado de Santa Catarina integra o cooperativismo nas práticas sociais antes mesmo das instituições cooperativas modernas (SANTOS, 2004; FORNECK, 2017).

Como é o caso do movimento messiânico, já mencionado, que apresentava ideais de cooperativismo comunitário integral (PINHO, 2004), entre 1910 a 1916, no planalto norte. De cunho religioso e pacífico, o movimento era liderado pelo monge João Maria e tinha como seguidores os sertanejos, posseiros e outros expropriados da terra, razão pela qual se reuniram num ato de resistência na região contestada. Os episódios de conflitos sociais e políticos pela posse das terras que fazia fronteira entre Paraná e Santa Catarina ficaram conhecidos como a Guerra do Contestado (MACHADO, 2001).

Em meados do século XX, na região a oeste do Planalto Catarinense o movimento cooperativo teve maior expressão, por conta da migração de italianos e alemães, que chegaram com suas famílias em terras produtivas para trabalhar com pecuária e agricultura na plantação de uma diversidade de alimentos. Conseqüentemente, esta inserção dos novos grupos sociais resultou no afastamento dos indígenas e dos caboclos (ou brasileiros) que já povoavam o local (RENK, 2006).

Em território dos vales litorâneos, nas proximidades da Grande Florianópolis, concentrava-se maior comercialização de mercadorias e economia pesqueira/baleeira.

Mais ao Sul do Estado, colonizadores oriundos da Alemanha e Itália também se estabeleciam com o intuito de produção de excedente mercantil, parte da tradição dos países de origem. De modo que os agricultores que comercializavam sua produção dependiam de uma relação com o comerciante para garantir o escoamento da matéria-prima— como a banha, o toucinho e a carne de porco (PAULILO, 1990).

Resumidamente, o cenário geográfico e humano se diferencia em Santa Catarina. Mais tarde, com a organização dos territórios administrativos constituiu-se a subdivisão em seis Regiões, das quais: i) Grande Florianópolis; ii) Sul Catarinense; iii) Vale do Itajaí; iv) Serrana; v) Norte Catarinense e vi) Oeste Catarinense(SANTOS, 2004).

Na segunda metade do século XX, o processo de modernização do cooperativismo catarinense se intensifica a partir das redefinições do próprio Estado. Fundamentada na perspectiva de desenvolvimento e crescimento econômico, correspondendo à demanda de produção dos mercados nacionais e internacionais. Politicamente, durante a vigência da ditadura militar, de 1964 a 1982, o planejamento sistemático de industrialização, de financiamento de cooperativas agrícolas no estado seguia o fluxo das diretrizes nacionais. Igualmente, por outro lado, as políticas sociais e de direitos sociais foram reduzidas drasticamente, resultando em dificuldades constantes para a população em condições sociais e financeiras menos privilegiadas (WANDERLEY, 2011).

Na época, considerando o estabelecimento de indústrias, comércios e de serviços, o Estado de Santa Catarina se sobressai com posição predominante no desempenho econômico através da atividade agropecuária em relação aos outros estados brasileiros. O acesso facilitado ao crédito rural contribuiu para a implementação da modernização rural catarinense, especialmente investimentos em melhorias na produção, com mecanização, no uso de sementes melhoradas geneticamente e agroquímicos (MARCONDES, 2016).

Seguindo o projeto de modernização da agricultura, o setor rural aumenta a produtividade e apresenta uma nova dinâmica. Neste contexto, embora seja visível a expansão da fronteira agrícola, gradativamente, o rearranjo produtivo e do espaço rural evidenciou consequências decorrentes do modelo concentrador de renda. Tais como, a

concentração de terra e de renda agrícola; o aumento das desigualdades e marginalização de pequenos produtores rurais; controle do processo produtivo pelos grandes complexos agroindustriais como já mencionado. Embora as repercussões negativas fossem menos profundas em relação a outras regiões brasileiras (MARCONDES, 2016).

Estes fatores analisados pela Epagri (2019), em comparação com os Censos Agropecuários anteriores de Santa Catarina, indicam mudanças em relação ao perfil dos produtores rurais e dos estabelecimentos agropecuários estruturais e sociais. Com uma tendência dos últimos trinta anos de redução dos estabelecimentos agropecuários. Apesar disso, houve um aumento da quantidade da produção de alimentos e matérias primas, o que significa um aumento da produtividade em áreas menores (EPAGRI, 2019).

Ainda conforme os dados apresentados, a pluriatividade representa um dos fatores de mudança dos estabelecimentos agropecuários, com o crescente aumento de outras fontes de renda não providas de atividades agropecuárias diretas, de rendas obtidas fora do estabelecimento. Essa tendência de crescimento de outras rendas aumenta a condição de pluriatividade dos produtores, e também dos recursos advindos de aposentadorias e pensões – este último, de 47.003 no Censo 2006 passou para 82.353 no Censo de 2017 –, o que reforça a avaliação acerca do envelhecimento dos produtores rurais (EPAGRI, 2019).

Para complementar, o ambiente institucional exerceu um papel importante em meio a esta nova ruralidade em termos de gestão e de regulação formais. Embora as instituições reduzissem as incertezas e riscos com relação à economia de mercado e a redução de custos de transação, a forma como este processo ocorre transforma o estatuto da dominação, sendo menos orientado por decisões de comando e controle, e mais por compromissos institucionais (FAVARETO, 2007; SCHNEIDER, 2010). De outra forma, por relações contratuais de dominação de tipo racional legal ou burocrática (WEBER, 2012) – como citado, respaldado pelo Estado, seguindo o plano de desenvolvimento rural ligados ao agronegócio de enfoque empresarial rural. Discutiremos esta questão da relação com o contexto institucional, a partir do estudo de caso no capítulo 3.



Com relação ao ensino de educação técnica e superior, na década de 1960, a partir da instalação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) se inicia o florescimento de um investimento sistemático com a produção do conhecimento e pesquisa científica em Santa Catarina. Com os recursos estaduais, implementou-se a Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina – UDESC. As possibilidades de acesso ao ensino superior e a pesquisa científica igualmente ampliam-se com a instalação de instituições no interior do Estado, como a Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC (NECKEL; KUCHLER, et. al., 2010). Enfim, o ensino superior e a formação especializada em áreas diversas no estado modificam a possibilidade de futuro dos jovens que vivem nos meios urbano e rural.

Na última década, a criação da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), sob a Lei nº 12.029, de setembro de 2009, uma instituição superior pública e popular, representou um marco no sentido de ampliação do ensino e pesquisa para a população em áreas rurais e/ou com a maior parte da renda vindas da atividade agrícola, abrangendo mais de 400 municípios da Mesorregião Fronteira do Mercosul – Oeste de Santa Catarina, Sudoeste do Paraná e Noroeste do Rio Grande do Sul.<sup>21</sup>

#### **2.4 EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA – EPAGRI**

A primeira organização de pesquisa agropecuária em Santa Catarina data de 1895; ano da criação da Estação Agronômica e Veterinária em Rio dos Cedros, no qual as pesquisas eram conduzidas para o cultivo de fumo, produto de grande relevância para os mercados da época (EPAGRI, 2015).

Na década de 1950, no espaço rural se expande a pesquisa agropecuária e a produção de conhecimentos técnicos. A partir do movimento de instalação do modelo de extensão rural importado e adaptado da *Extension Service* norte-americana, com um sistema de práticas e princípios de ações estratégicas para o desenvolvimento da agricultura. A parceria foi proposta com ajuda técnica e financeira para instalação do Serviço de Extensão Rural no Brasil feita pelo filantropo da *American International Association*, Nelson Rockefeller (então, vice-presidente dos EUA). Sob o interesse e a

---

<sup>21</sup>Fonte: [https://www.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/a\\_instituicao/apresentacao](https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/apresentacao)

narrativa do governo norte-americano de obstaculizar a expansão do comunismo nas Américas (OLINGER, 2020).

Durante o governo militar, os acordos MEC-USAID<sup>22</sup>, de reforma do ensino brasileiro baseado no tripé ensino-pesquisa-extensão rural seguia o padrão definido pelos Estados Unidos da América (EUA). Na esteira de emergência de instituições da agricultura e escolas agrícolas o modelo estadunidense importava para o Brasil o modelo de empreendedor rural (MAZON, 2016). Tais medidas de extensão rural pretendiam elevar o nível de produtividade da agricultura familiar brasileira e fornecer conhecimento moderno, com um discurso fundamentado na constituição de um novo sujeito. Seguia-se a predisposição de dissolução de políticas paternalistas comumente do Brasil, predominantemente nas áreas rurais.

Nesta perspectiva, o conceito de extensão rural é entendido como um processo, educativo e comunicacional, no sentido de transmitir conhecimentos técnicos e tecnologias para o público rural, em especial às famílias rurais. Em sentido amplo a extensão rural enquanto instituição ou organização desempenha um papel importante no desenvolvimento rural de propriedades pequenas e propriedades intermediárias na produção para o mercado agropecuário. No âmbito de política pública a extensão rural vincula-se aos dispositivos legislativos traçados pelos governos (federal, estaduais e municipais) e executados por organizações públicas e/ou privadas (PEIXOTO, 2008).

O serviço de extensão rural difere da assistência técnica por tratar apenas problemas específicos e imediatos estabelecendo uma relação de acentuada dependência com o produtor. Por seu lado, a extensão rural possui caráter educativo e dialógico, estímulo e criação de lideranças e atividades coletivas na/s comunidade/s, desempenhando o trabalho de forma integrada com outras instituições públicas, organizações não governamentais, e cooperativas, sem dispensar de toda a assistência técnica. Para isso, a extensão rural faz uso de métodos pedagógicos construídos e tradicionalmente reproduzidos por instituições responsáveis, de forma individual – em visita técnica, de contato presencial na propriedade do/a agricultor/a familiar –, de forma grupal – em palestras, encontros, conferências e demonstrações de práticas e de resultados de experimentos, dia de campo, etc. – e/ou de forma comunitária/de massa –

---

<sup>22</sup>MEC (Ministério da Educação do Brasil) e USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional).

em exposições, feiras, semana rural especial, concursos, e outros eventos (PEIXOTO, 2008).

Com a implantação do modelo de assistência técnica e extensão rural norte-americano, os extensionistas, enquanto intermediários entre os interesses dos agricultores e as políticas agropecuárias, foram encarregados de convencer os/as agricultores/as familiares de que o processo de mecanização era irreversível. A única alternativa seria adotar o sistema fornecido pelo pacote da Revolução Verde, já citado; do contrário, estariam atrasados (SILVA, 2002).

O Escritório Técnico de Agricultura (ETA) no Rio de Janeiro, criado em 1956, foi responsável pela implantação do modelo de Extensão Rural na realidade brasileira<sup>23</sup> – nos moldes da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), que foi a primeira experiência da metodologia clássica de *Extension Service*, no estado de Minas Gerais, em 1948 (MAZON, 2016).

Em Santa Catarina, a ACARESC foi criada em 1957 para a finalidade de executar o serviço de Extensão rural no estado, integrando o Sistema Brasileiro de Extensão Rural coordenado pela ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural) (OLINGER, 2020).

Durante o governo militar, em 1975, a ABCAR é sucedida pela implantação da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), devido ao novo sistema que determinava a criação das empresas de assistência técnica e extensão rural estaduais, as EMATERs. Dessa forma, a ACARESC incorporou a EMATER-SC em 1977, com a condição de continuar existindo a ACARESC:

Na prática, a ACARESC continuou executando todos os serviços pertinentes à extensão rural, inclusive com o pessoal a ela vinculado, enquanto a EMATER, mediante convênio contratava-lhe os serviços e repassava-lhe os recursos, ambas as empresas com a mesma diretoria. O único funcionário contratado pela EMATER era o contador, que assinava os balanços enviados à EMBRATER, em Brasília (SANTOS, 2001, p.97)

Por sua vez, a pesquisa agropecuária é vivificada em Santa Catarina, com a fundação da EMPASC (Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária), em 1976. Incumbida de produzir conhecimentos e tecnologias de interesse da agricultura

---

<sup>23</sup>Conforme Olinger (2020) houve uma participação de dirigentes representantes de Santa Catarina nas negociações de instalação da Extensão rural no país.

catarinense, a entidade seguia o plano político nacional de contribuir com a modernização agropecuária do país.

Nos anos 1990, devido às transformações políticas e sociais no contexto brasileiro pós-ditadura militar, o setor agropecuário experimenta um processo de fusão das instituições de pesquisa-extensão no país. Especificamente, no Estado de Santa Catarina, os estudos indicam a tendência de descentralização política e de municipalização dos serviços públicos dirigidos à agricultura (OLINGER, 1996).

Desse modo, resultado da fusão pesquisa-extensão foi criada a EPAGRI (Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina), reconhecida como órgão oficial da extensão rural e pesquisa agropecuária. Neste processo foram incorporadas a EMPASC com a EMATER/SC (antiga ACARESC), a princípio como uma sociedade mista. Além disso, a nova empresa assumia a responsabilidade sob as políticas de desenvolvimento e aperfeiçoamento da produção apícola e pesqueira<sup>24</sup>.

Nesse contexto, a expansão dos mercados biotecnológicos, pela Revolução Genética foi fundamental na indústria alimentar (MAZON; GUIVANT, 2013). Conforme Mazon (2016), a incorporação do acordo TRIPS, “revoluciona a produção de sementes no sentido de apropriação privada no setor de inovação tecnológica como alavanca do comércio de *commodities* agrícolas” (MAZON, 2016, p.12).

Na época de sua implantação a EPAGRI, com sede administrativa em Florianópolis, passou a atuar por meio das estruturas físicas denominadas de Centros de Tecnologia Agrícola (CTA's) distribuídos em dez regiões do Estado, considerando atender diretamente as peculiaridades econômicas, sociais e climáticas de cada região. Dentre os objetivos estabelecidos a partir do estatuto social elaborado, estão: i) executar a políticas estadual de geração e difusão de tecnologia agropecuária e pesqueira, e de assistência técnica e extensão rural; e ii) promover o desenvolvimento autossustentado da agropecuária no Estado (SANTOS, 2001).

---

<sup>24</sup>As etapas de incorporações que resultaram na Epagri: a ACARPESC (Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de SC) foi incorporada a ACARESC; esta última à EMATER/SC; e a EMATER à EMPASC. Sendo extinto o IASC (Instituto de Apicultura do Estado de SC). Com relação à constituição da EPAGRI, Santos (2001) apresenta uma análise do período da tomada de decisão da nova empresa, através de fundamentação teórica e metodológica, indicando que a questão do processo de fusão pesquisa-extensão se caracterizou por dissensos no que se relacionam as estratégias organizacionais.

Atualmente, a EPAGRI conta com 293 Escritórios locais/municipais, 16 Gerências Regionais, localizadas nos seguintes municípios: Campos Novos, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Joinville, Lages, Palmitos, Rio do Sul, São Joaquim, São Miguel do Oeste, Tubarão, Videira e Xanxerê. Ela gerencia 13 Centros de Treinamentos: CETRAG (Centro de Treinamento de Agrônômica), CETRAR (Araranguá), CETRECAMPOS (Campos Novos), CETREC (Chapecó), CETRE (Florianópolis), CETREI (Itajaí), CETREVILLE (Joinville), CETREJO (São Joaquim), CETRESMO (São Miguel do Oeste), CETUBA (Tubarão), CETREVI (Videira) e CETREDIA (Concórdia), e com 9 Estações Experimentais distribuídas nas gerências regionais do Estado, assim como, mantêm um Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar (CEPAF), em Chapecó. Inclusive, são nestes centros de treinamentos que ocorrem os cursos de formação da Epagri, e entre eles o curso pelo Programa Ação Jovem Rural, destinado aos/as jovens rurais do estado.

Foram incorporados à EPAGRI: o CIRAM (Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina) em 1997; o CEDAP (Centro de Desenvolvimento em Aquicultura e Pesca) em 2003; ea CEPA (Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola) em 2005.

A EPAGRI é considerada como a principal agência pública e mista de pesquisa e extensão rural catarinense, cujas ações favorecem as cooperativas, e empresas que atendem na produção da agricultura, na melhoria e desenvolvimento de práticas e tecnologias para setor agropecuário (EPAGRI, 2020).

#### **2.4.1 A FORMAÇÃO DOS CLUBES 4S (1960-1980)**

Como parte do processo de modernização da agricultura no Brasil e do pacote da Revolução Verde, foram criados os clubes informais, com o intuito de abranger a juventude que vivia no meio rural da época; havia uma expectativa de que estariam mais propensos a aderir ao pacote tecnológico estadunidense. Além disso, vale dizer que, por ter sido uma iniciativa de extensão rural pioneira, os cursos analisados no capítulo 3 desta pesquisa tiveram inspiração no modelo 4S de educação informal no meio rural. Com relação às semelhanças, é possível considerar os aspectos do compartilhamento de conhecimentos técnicos, científicos, sociais e econômicos. Mantém-se a característica de encontro de jovens em que assumem a tarefa de se

atualizarem na realização das atividades agropecuárias no empreendimento familiar, de acordo com as demandas de seu tempo.

Assim como, estes processos de educação se estendiam para encontros informais de sociabilidade fora dos ambientes das reuniões/encontros, nos eventos da comunidade e da Igreja (nesta região, predominantemente igreja católica). No caso dos dias atuais, além dos encontros regulares de confraternização entre os formandos, a aproximação também ocorre via internet, com a criação de grupos no *whatsapp*, lista de *e-mails* e interação pelas redes sociais.

O programa de Clubes 4-S integrou o planejamento de ações do serviço de Extensão Rural implantado no Brasil. Como parte do modelo norte americano, o programa 4H (*Head, Heart, Hands, Health*) foi importado e serviu de inspiração na criação dos chamados Clubes 4-S (Saber, Sentir, Servir, Saúde). Tratava-se de uma educação e formação informal para agricultores familiares, especialmente aos/as jovens rurais, de 14 a 25 anos, visando transmitir e difundir conhecimentos tecnicistas e adequação às novas tecnologias – do pacote da Revolução Verde. O curso contribuiu como um mecanismo estratégico para difundir a nova concepção de agricultura moderna em território nacional (SILVA, 2002).

No estado de Santa Catarina, como vimos, a Extensão Rural havia iniciado em 1957, com a criação da ACARESC (Associação de Crédito e Extensão Rural), sendo implantado o programa Clube 4-S no Oeste de Santa Catarina, em Chapecó, entre 1970 a 1985<sup>25</sup>.

Com a proposta dos clubes, acreditava-se que os jovens eram mais propensos à adesão desta nova proposta de desenvolvimento rural de modernização da agricultura voltada ao mercado. Para a aplicação do curso, os/as extensionistas rurais trabalhavam como intermediários/as entre os interesses dos agricultores e das políticas públicas (MAZON, 2016). Com uma linguagem simplificada dos processos, expressando menos autoridade professoral, a imagem do extensionista rural era vista como alguém que pudesse ensinar agricultura.

---

<sup>25</sup>A primeira experiência dos Clubes 4S no Brasil foi registrada em 1952, na cidade de Rio Pomba, de Minas Gerais.

Na época, o trabalho com a juventude no meio rural era realizado por meio de reuniões mensais – ou de acordo com a necessidade do grupo – e atividades sociais, como demonstrações de lavoura, exposições, palestras, excursões, festas na comunidade. Nos encontros, em espaços cedidos pela comunidade e/ou na propriedade familiar de algum/a jovem, os cursistas tinham a oportunidade de aprender na prática a agricultura através das atividades nos projetos individuais – nas lavouras individuais da propriedade familiar – nos projetos em grupos – nas lavouras coletivas de demonstração – e ações em prol da comunidade rural – por exemplo: colocar placas de sinalização nas comunidades do interior, arrumar os canteiros, etc. (SILVA, 2002).

Algumas das atividades eram apreciadas com o grupo misto, visando a integração de pais e filhos, com temas mais gerais de interesse da família. No entanto, no conjunto das práticas sociais realizadas pelos grupos, compostos por moças e rapazes, os conhecimentos compartilhados mantinham uma estrutura de divisão sexual do trabalho. Os meninos eram orientados pelo extensionista rural, no manuseio da lavoura entre outras atividades consideradas masculinas. Enquanto as meninas aprendiam com a extensionista social (ou economista doméstica) conhecimentos de horticultura, culinária e serviços domésticos, entendidas como atividades femininas (SILVA, 2002). Desse modo, as estruturas tradicionais de distinção de gênero foram conservadas, no qual as atividades produtivas são atribuídas aos homens e as atividades reprodutivas/domésticas às mulheres, reproduzindo a dominação masculina (BOURDIEU, 2009; PAULILO, 2016).

Conforme Olinger (2020), a máxima de “não dê o peixe, ensine a pescar”, nos Clubes 4-S da extensão rural catarinense, indica a importância no fornecimento de insumo intelectual (de capital cultural) em substituição do insumo material (OLINGER, 2020). Porém, não só, o intuito é estimular a ideia de que ninguém deve depender do Estado, cada um deve depender apenas de si mesmo. Os materiais elaborados para os Clubes 4-S consistiam em Manuais para “Aprender a usar métodos racionais em Agricultura, Pecuária e Economia Doméstica”, pautados no conhecimento racional bastante estimado no período. Os manuais tiveram modificações de conteúdo ao longo do tempo sem perder de vista o fundamento metodológico da Extensão Rural, de orientar e uniformizar os trabalhos com a juventude que este autor nomeia como rural (SILVA, 2002).

Neste contexto, estratégias de controle sobre o corpo e a propriedade rural do/da jovem agricultor/a estavam ligadas ao projeto 4S. Tais como: a imposição de práticas de higienização do corpo, estabelecendo padrões de higiene; a limpeza adequada para a propriedade; produção de uma horta familiar; para uma alimentação mais saudável; e o controle da sexualidade nos espaços de sociabilidade/reuniões, neste caso, através do discurso religioso católico. Sobretudo, a questão da disciplina do corpo na formação de novos hábitos se estendia, igualmente, para a disciplina no trabalho e no desempenho produtivo nos moldes do capitalismo (SILVA, 2002). Voltando a análise weberiana: uma disciplina metódica de controle do corpo e do trabalho, porém não voltada aos critérios de salvação individual, mas contemplando interesses de multinacionais na aquisição de seus insumos e tecnologias.

No ensino extra-escolar do programa 4-S o discurso de constituição de um novo sujeito buscava legitimar-se com a concepção de que o jovem devia combater o conhecimento tradicional herdado dos pais ao aderir o conhecimento racional e moderno ao longo de sua vida produtiva. Pondera Silva (2002)

Para a Extensão Rural, a educação do jovem pelos pais não vinha ao encontro das necessidades do estágio em que a agricultura adentrou. O choque cultural entre aquilo que o saber costumeiro contém e os valores que se pretendeu introduzir precisou ser amenizado. [...] o discurso recebeu o atributo de inquestionabilidade, garantida por sua função pedagógica (SILVA, 2002, p.50-53).

A prerrogativa de formação do sujeito que sabe, sente, serve e tem saúde, se respalda no discurso do conhecimento racional pela extensão rural. Levando em conta os slogans da época, enunciando “a juventude deseja mudar e está disposta a provar coisas novas” ou “os jovens têm à sua frente anos produtivos”, sugere um imaginário social coletivo que demanda o comprometimento dos/das jovens ao mesmo tempo em que os convida à obediência. Tornando o curso um diferencial atrativo aos/as jovens a ideia de acesso ao conhecimento científico, ao saber legitimado pelo modelo de modernização da agricultura no combate ao “atraso”. Enfim, as atividades ofertadas pelos clubes 4-S objetivaram ultrapassar o assessoramento técnico, proporcionando mudanças sociais, econômicas e culturais (SILVA, 2002). Porém ao mesmo tempo silenciavam e/ou não havia qualquer questionamento político deste processo.

O que nos traz a sociologia econômica de Weber, a respeito da noção de sobreposição do comportamento racional com objetivo exclusivamente econômico,



também orientado em relação aos outros. Em certa medida ao incluir a dimensão social, sua análise considera além do componente da ação racional com fins econômicos, o qual abrange interesses materiais e interesses ideais (como hábitos, emoções e valores). Do mesmo modo como o conceito de dominação é muito presente (SWEDBERG, 2005).

Os clubes 4-S organizados pela ACARESC auxiliavam o trabalho de formação e educação cooperativa, a exemplo da Cooperalfa, com uma visão alinhada de política e de mercado na formação de um novo jovem no meio rural, ao mesmo tempo em que promoviam um consenso em torno da ideia de cooperativa. Contudo, em fins dos anos 1980 os clubes 4-S passaram por um período de crise e chegaram ao fim. Logo, iniciou-se um processo de balanço e autocrítica da Extensão Rural que recebia severas críticas ao modelo 4-S importado com vistas a uma adaptação apolítica a realidade brasileira. Em vista disso, os movimentos de esquerda católica (oriundo da Teologia da Libertação) da época faziam oposição e apoiavam o aumento da organização de agricultores familiares diante da crise. Como reação, a Extensão rural passou por uma reelaboração do discurso com uma revisão de métodos mais sustentáveis na agricultura, como por exemplo, o uso de agrotóxicos (SILVA, 2002).

## **2.5 A EXPERIÊNCIA DO OESTE CATARINENSE**

Na descrição da Região Oeste Catarinense partimos de duas características centrais: a primeira, a agricultura de base familiar, constitui o principal modo de organização e divisão social do trabalho na atividade agropecuária da Região; e a segunda, a produção agropecuária familiar que se desenvolve em torno do sistema cooperativo e agroindustrial.

Em síntese, a noção de agricultura familiar expressa que a “gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento” (ABRAMOVAY, 1998). Nesse ambiente social se desenvolvem as disposições e competências para contribuir nas atividades agrícolas do empreendimento rural, comumente incorporadas no seio familiar desde muito cedo no período da juventude.

Vale ressaltar que o debate pelo reconhecimento da categoria “agricultura familiar” surge enquanto um fenômeno social a partir dos anos 1990, concomitante ao processo de modernização da agricultura. Dentro do conjunto de transformações históricas e sociais profundas em que o espaço rural experimentava, os agentes sociais envolvidos obtiveram força dentro e fora da academia. A busca pelo estabelecimento da categoria sociopolítica visava a intervenção do Estado para diminuir as assimetrias na distribuição das políticas públicas. Nesta direção, os efeitos foram importantes às famílias rurais em vários âmbitos, em escala nacional, estadual e regional, expandindo o campo político, as políticas públicas e os debates de valorização e pelo fortalecimento da agricultura de base familiar (PICOLOTTO; MEDEIROS, 2017).

Em estudo da lógica de funcionamento interno de produção familiar, Chayanov (2017) aponta a existência de uma forma de produção específica frente ao avanço capitalista. Na perspectiva chayanoviana a produção da unidade familiar se estabelece diante de bases economicamente diversas, de comportamento econômico diferente da lógica de funcionamento de uma empresa capitalista em que o trabalho assalariado é estimado exclusivamente pela relação e circulação do capital. Nesta configuração de economia rural familiar o autor conceitua a tendência de concentração vertical na economia rural como alternativa contemporânea na criação de cooperativas de camponeses/agricultores (CHAYANOV, 2017).

Assim, as unidades de produção familiar, antes dispersas e funcionando individualmente, ao vincular-se ao mercado em escala industrial, em que pese vantagens na obtenção de crédito e descontos para maquinários, sementes e insumos agrícolas, estes novos arranjos de concentração vertical tornam-se subordinados ao controle comercial, principalmente ao mercado das *commodities* (CHAYANOV, 2017).

No caso da Região Oeste de Santa Catarina, a reestruturação das formas organizativas através da cooperativização para a classe de camponeses/trabalhadores rurais transformou a dinâmica econômica e social territorial e da população do campo. Neste contexto, a peculiaridade de adaptação dos agentes sociais envolvidos no processo de verticalização pela via da modernização da agricultura empresarial, respaldado pelo poder público – como vimos anteriormente – potencializou o aparecimento de agroindústrias (WANDERLEY, 2011).

Na fase inicial, assumindo características próprias em sua formação histórica e social, houve a articulação entre a agroindústria frigorífica e a agricultura familiar no processamento de carnes de suínos e aves. Depois, na década de 1980, após uma crise da agroindústria tradicional que atingiu a economia regional, o modelo de integração de ciclo completo predominou por alguns anos, até ser substituído pelo modelo de parceria<sup>26</sup>, tornando-se o sistema dominante desde os anos 2000 (COLETTI, 2009).

Dadas as circunstâncias de pluriatividade do agricultor catarinense já abordada, cabe enunciar a expansão da atividade leiteira no Oeste Catarinense, principalmente no período em que os agricultores foram excluídos do modelo de integração (MARCONDES, 2016). Os dados mostram que a cadeia produtiva da atividade leiteira, que antes havia pouco interesse pelo agricultor, consiste na principal fonte de geração de renda para 70% dos agricultores familiares na Região (SEBRAE, 2020). Fenômeno que se repete no norte do país (LIMA NETO E CARNEIRO, 2019).

Na atualidade a Região está entre as melhores posições em termos de desenvolvimento rural e competitividade do setor agropecuário de Santa Catarina. Dentre as cooperativas que contribuíram no estabelecimento de organização cooperativa de agricultores da Região e do mercado agronegócio, destacamos a Aurora (Cooperativa Central Aurora) e a Cooperalfa (Cooperativa Agroindustrial Alfa)<sup>27</sup> – esta última será retomada adiante.

## 2.6 COOPERATIVA COOPERALFA

O processo de desenvolvimento pela via da modernização agrícola estimulou a criação de instituições na interlocução entre Estado, mercado e sociedade civil. Concomitante a isso, a criação de cooperativas agrícolas tornou-se fundamental no

---

<sup>26</sup>Sobre o modelo parceria “as responsabilidades de cada uma das partes ficam estabelecidas: os agricultores entram com as instalações, os equipamentos e a mão de obra e as agroindústrias frigoríficas fornecem os animais, os insumos, os medicamentos e a assistência técnica. A remuneração que os agricultores recebem depende de sua produtividade [sendo a remuneração calculada pelas empresas]” (CORAZZA, RADIN, 2018, p.19).

<sup>27</sup>Nos municípios onde o movimento econômico das cooperativas é expressivo há maiores índices de associação e participação, como em Quilombo, com 63%; Jardinópolis, com 81%, União do Oeste, com 73%, e Formosa do Sul, 58% (FORNECK; MATTE, 2017).

incremento de assistência técnica e extensão rural proveniente do setor privado em Santa Catarina (OLINGER, 2020).

Nos anos 1970, segundo Mazon e Guivant (2013) as cooperativas

surgem como solução para os problemas do escoamento da produção agrícola e como suporte para que o agricultor pudesse fazer a aquisição de insumos agrícolas não só a preços justos, mas de maneira adequada, a fim de evitar aquilo que o conhecimento agrônomo visualiza como “má” aplicação e desperdícios, qual seja, uma produção racionalizada e voltada para o mercado (MAZON; GUIVANT, 2013, p. 67).

Desde aquela época, a Cooperativa Cooperalfa passou por várias transformações até tornar-se referência do setor cooperativo agropecuário na Região Oeste de Santa Catarina da atualidade. Em seu início, esteve vinculada ao fomento de políticas de produção tritícola, a partir da criação da antiga Cooperativa Tritícola do Oeste Ltda., na qual, devido às dificuldades enfrentadas em relação ao clima e a diminuição das políticas da produção de trigo, teve uma efêmera duração de 1957 a 1967 (FORNECK, 2015).

Na sequência, com o apoio do Estado, via ACARESC, do Banco do Brasil, da Sociedade Amigos de Chapecó e do Sindicato Rural, entre eles estavam os articuladores da cooperativa, no dia 29 de outubro de 1967 contando com a assinatura de 39 agricultores – de capital social local expressivo, com “fama de bons agricultores” (FORNECK, 2015, p.127) – fundaram a CooperChapecó. Como pondera Forneck (2015),

o que ocorreu na Cooperalfa foi uma “cooperação econômica” entre os membros, apoiada pelo Estado, diferente dos ideários do cooperativismo de Rochdale que nasceu do seio de um grupo de trabalhadores (FORNECK, 2015, p.132).

Em 1974, a fusão entre as cooperativas Cooperxaxiense – do município de Xaxim - com a CooperChapeco, representou o fortalecimento do cooperativismo na região do Oeste de Santa Catarina, e deu origem a nova nomenclatura: a Cooperativa Regional Alfa Ltda. Esta fusão, além de solucionar os problemas de escoamento e comercialização da produção de grãos e suínos, aves e leiteira (dentre outras atividades), oportunizou aos agricultores familiares de pequena e média produção rural maior valorização e retribuição do trabalho (COOPERALFA, 2020).

Com o passar dos anos a estrutura da cooperativa se ampliou para os municípios do entorno da Região. O investimento na construção de armazéns e de silos – desde a inauguração do primeiro silo em Quilombo, em 1977 – representou maior capacidade de armazenamento e expansão da área de atuação. Hoje, conta com aproximadamente 54 pontos de recebimento de grãos, com abrangência em Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul<sup>28</sup> (COOPERALFA, 2020).

A trajetória da Cooperalfa perpassa o período de modernização da agricultura que inicia no Brasil por volta dos anos 1960, e se modifica ao longo do tempo, que resulta na produção do agronegócio, na construção social de um discurso empresarial no cooperativismo. Segundo Forneck (2015), de modo histórico, pode ser dividida em três fases: a primeira, de armazenamento e eliminação de intermediário (1967-1977); a segunda, de industrialização e modernização (1978-1997); e a terceira, de gestão empresarial e eficiência econômica (1998-2020).

Particularmente, nossa pesquisa contempla a terceira fase, dos anos 2000 em diante. Nesta fase, dois fatores são cruciais, ainda de acordo com a historiadora: primeiro, a troca da presidência da Cooperalfa; e segundo, a visão tecnicista acentuada da cooperativa, focada na profissionalização do negócio, e, conseqüentemente, um maior distanciamento social do associado (FORNECK, 2015).

De 1967 a 1997 o mesmo presidente foi mantido, Aury Luiz Bodanese (1934-2003), figura que portava um capital social e simbólico (BOURDIEU, 1989) de prestígio. Durante o período, a direção ficou marcada pela centralização do poder de decisão, seguindo um modelo de gestão tradicional patriarcal na cooperativa<sup>29</sup>. Tal característica está presente no histórico das cooperativas do Oeste Catarinense (outras como: a Coamo e Coopercampos) no qual figuras carismáticas permanecem por décadas na direção sem alternância de poder (MAZON; GUIVANT, 2013).

Neste sentido, a troca da presidência, no ano de 1997, foi considerado um divisor de águas na gestão da Cooperalfa, por Mário Lanznaster (1940-2020) trouxe uma visão de negócios que marca a segunda fase da cooperativa. Em 2009, o conselho administrativo é presidido por Romeo Bet, dando continuidade à visão empresarial dos

---

<sup>28</sup>Fonte disponível em: <http://www.cooperalfa.com.br/silos-cooperalfa>. Acesso em: 21/06/2020.

<sup>29</sup> Trata-se de uma característica estrutural, sem juízo de valor, o que não diminui a expressiva importância dos avanços econômicos, sociais e culturais registrados pela influência da Cooperalfa.

negócios conforme a última gestão eleita até 2021, junto ao conselho administrativo composto historicamente por homens.

No início do século XXI, predominam a perspectiva do agronegócio e a lógica do mercado das *commodities*. Assim, a questão da gestão organizacional da cooperativa seguiu o ritmo de reorganização do mercado de trabalho no sentido de profissionalização do negócio, seguindo a tendência da narrativa de empreendedorismo rural (MAZON, 2016). Na configuração de novas formas de orientação econômica o neoliberalismo entra em cena de modo mais acentuado na realidade brasileira.

### **2.7.1 COOPERALFA E O OESTE CATARINENSE**

No momento presente, a Cooperalfa incorpora mais de 200 municípios, além da matriz em Chapecó, possui mais de 70 filiais, e contribui no impacto econômico local. Esta cooperativa expressa um modelo de desenvolvimento de preferência ao agronegócio, conforme os segmentos de fomento e comercialização de produtos como: milho, soja, trigo, feijão, leite, suínos e avicultura; produção de sementes, rações e suplementos; rede de supermercados, lojas agropecuárias e postos combustíveis, etc. Contando com a assinatura de aproximadamente 20.569 associados, a Cooperalfa mantém a posição de maior cooperativa agropecuária do estado de Santa Catarina (REVISTA COOPERALFA, 2020).

Para termos uma perspectiva aproximada do indicativo de quadro social de jovens da cooperativa, construímos a tabela abaixo com dados do período de 2005 a 2019. Convém pontuar que a proporção de associados/as jovens pode variar em relação aos dados oficiais, devido a característica da figura do pai ser central para a organização da agricultura familiar. Assim, pode ocorrer casos de jovens que trabalham no empreendimento da família e não possuem registro como associado da cooperativa – assim como o público de mulheres. Essa categorização do público identificando a faixa etária na descrição do quadro social foi uma medida iniciada no ano de 2005 nos relatórios de gestão anual da cooperativa.

**Tabela 4 – Indicativo do Quadro social da Cooperativa do Nº de associados com faixa etária abaixo de 30 anos, de 2005 a 2019**

Ano/período	Nº de associados com faixa etária abaixo de 30 anos	Total de associados/as no ano/período	Ano/período	Nº de associados com faixa etária abaixo de 30 anos	Total de associados/as no ano/período
2005	1836 (12,5%)	14.632	2013	1084(6,6%)	16.368
2006	1162(7,8%)	14.791	2014	1055(6,4%)	16.633
2007	1363(9,5%)	14.418	2015	1071(6,3%)	16.985
2008	1083(7,4%)	14.703	2016	1072(6,2%)	17.265
2009	1016 (7,0%)	14.765	2017	1164(6,2%)	18.755
2010	1022(6,7%)	15.171	2018	1179(6,0%)	19.567
2011	833(5,4%)	15.423	2019	1218(6,0%)	20.193
2012	855(5,4%)	15.864	2020	-	-

Fonte: Relatórios de Gestão Cooperativa Cooperalfa, de 2005 a 2019.

### **2.7.2 DISPOSITIVOS DE COMUNICAÇÃO E AÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO COOPERATIVA**

Dentro do conjunto de estratégias cooperativistas, as práticas educacionais começaram a ser articuladas em meados de 1977, com a criação do Departamento de Comunicação e Educação da Cooperalfa. Neste período foram criados Comitês Educativos com a orientação da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), considerando-se os baixos níveis de participação do associado. O intuito era o de aumentar a adesão à cooperativa.

Para a implantação dos comitês educativos, a cooperativa investigou as experiências do Rio Grande do Sul e do Paraná. Igualmente o material desenvolvido pela coordenação do cooperativismo da ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina) foi mobilizado.

Os comitês serviam como um elo entre a direção e os associados: extensionistas e comunicadores da cooperativa acolhiam os associados com potencial de liderança “natural” de uma comunidade<sup>30</sup>, o critério de escolha era o domínio na palavra, parte do capital cultural (BOURDIEU, 1979) do agricultor associado. Deste modo, o modelo do processo educacional cooperativo tinha o intuito de formar lideranças nos locais de abrangência da cooperativa ao mesmo tempo em que essas lideranças igualmente defendiam o ponto de vista da cooperativa. Os comitês regionais educativos tinham entre 10 a 25 membros; eles se comprometiam a uma agenda de encontros mensais ou a cada dois meses. Uma vez que os líderes eram escolhidos para os Comitês, tornavam-se membros alinhados com os interesses da cooperativa e multiplicavam os conhecimentos e informações adquiridos nos encontros, entre os vizinhos e na comunidade local (FORNECK, 2015).

Os trabalhos de educação cooperativa desenvolvidos tiveram apoio da ACARESC à Cooperalfa através de seus extensionistas rurais e extensionistas sociais, igualmente em parceria com os Clubes 4-S, fundamentado principalmente para o público jovem da época – como já mencionado. Apesar do trabalho com esses clubes serem “bem vistos” pela cooperativa, a formação dos comitês educativos teve maior consistência, por se tratar de um programa próprio de educação do/a associado/a (*idem*, 2015).

Dentre as medidas tomadas destacam-se, as ações de conscientização do associado de comprometimento com a cooperativa (de que ele era o “dono do próprio negócio”), e as estratégias de mobilização para participação nas nomeadas pré- assembleias promovidas nas filiais como espaços adequados para que os agricultores/as expressassem suas demandas às lideranças comunitárias. Estas lideranças eram responsáveis por encaminhar à direção da cooperativa nas assembleias gerais anuais que aconteceriam posteriormente (*idem*, 2015).

Neste período inicial do processo de educação cooperativa o público alvo eram todos os associados sem distinção de sexo ou idade. No entanto, na prática, devido às condições estruturais e culturais tradicionais de dominação masculina (BOURDIEU,

---

<sup>30</sup>Mostra Forneck (2015): “Segundo Frazon, responsável pelo Departamento Técnico, os associados escolhiam sempre como líder os que mais falavam. Normalmente aquele associado que falava mais, que criticava mais, reclamava mais, era eleito (2012)” (p.287).



2010) as atividades de formação de líderes eram configuradas para os agricultores adultos e homens, não havia menção a jovens e mulheres. Portanto, mesmo que oficialmente aberta a todos/as, na estrutura de organização familiar estava implícito que as lideranças eram compostas, geralmente, por homens, até fins dos anos 1990. Este modelo contrasta com o curso de formação de jovens da última década (2010 a 2020) – como veremos no capítulo 3, no qual o incentivo à participação de mulheres e moças transformou-se ao longo do tempo, embora permaneçam desafios a esta inclusão.

### **2.7.3 MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A PRODUÇÃO DE CONSENSO**

Outros recursos foram empregados pela Assessoria de Comunicação e Educação da cooperativa, em vista do fortalecimento do cooperativismo e no aumento da participação do associado promovendo sua participação como obediência às normativas da cooperativa. Como exemplos: o programa de rádio, com o Informativo Cooperalfa; e o Jornal Cooperalfa (atualmente no formato Revista impresso e online). Mais recentemente, foram criadas novas plataformas nas mídias sociais, como: o canal de youtube O Cooperalfa<sup>31</sup>, o podcast Argumento, o site Cooperalfa - mantido com notícias, reportagens e informações gerais para associados, atualizadas constantemente.

Embora estes sejam espaços comumente frequentados por jovens e com assuntos relacionados a juventude como estilo de vida, dicas de educação, alimentação, entre outros – estes veículos contam com a participação esporádica de jovens em reportagens específicas sobre o curso de formação e/ou quando ao apresentar a empresa rural da família como um caso de sucesso e de exemplo à cooperativa. Na sua maioria, na Revista O Cooperalfa os temas correspondem a assuntos econômicos da cooperativa, das safras de cada produção e os cuidados com monitoramento e técnicas aplicadas em determinadas propriedades que apresenta significativa produção, tudo isso intercalado com anúncios de empresas de insumos agrícolas, ração para animais, melhoramento genético e outros produtos relacionados ao cotidiano na agricultura. No podcast, os assuntos comumente publicados na Revista e no Informativo transmitidos pelo rádio, como entrevistas diversas de interesse da cooperativa associados/as são publicadas de forma mais aprofundada. Já no site, integra todas as plataformas disponíveis,

---

<sup>31</sup><https://www.youtube.com/cooperalfa>

informações sobre os segmentos de atuação, parcerias e produtos da cooperativa, cotação de mercado e da Alfa e previsão do tempo atualizado diariamente, e as notícias mais recentes em destaque.

O programa de rádio, na transmissão do programa Informativo Cooperalfa, tem enorme peso na vida rural onde as pessoas não tem acesso, muitas vezes, a outro meio de comunicação que não seja um pequeno rádio. O rádio é considerado como meio de comunicação de maior alcance e eficácia na relação com o associado. Assim os que viviam nos espaços rurais mais longínquos mantinham o rádio como sua principal fonte de informação (FORNECK, 2015). O programa Informativo no rádio de aproximadamente 10 minutos diários permanece ainda nos dias de hoje, no mesmo horário, em torno do meio dia, momento no qual a família se reúne para o almoço.

Entre a década de 1970 e fins de 1980 a Cooperalfa contribuía com jornais de divulgação da produção agropecuária catarinense<sup>32</sup>. Por volta de 1988, entra em circulação o Jornal Cooperalfa, como meio de divulgação e informação dos assuntos exclusivos da cooperativa e dos associados; quando falamos de assuntos queremos dizer assuntos que digam respeito ao mundo rural e produção agrícola.

Nas capas do Jornal/Revista O Cooperalfa mostra-se a figura dos associados com sua família, de crianças e jovens quando a edição tem reportagem especial sobre sucessão familiar, dos dirigentes e técnicos agrícolas, imagens da lavoura como plano de fundo do mês, de eventos comemorativos como o aniversário da Alfa, o Campo Demonstrativo Alfa (CDA), as assembleias com líderes e assim por diante; a imprensa conta com jornalistas rurais, colunas e editoriais ocasionalmente escritas por seus colaboradores especialistas em alguma área – como da psicologia, nutrição, consultoria de palestras, economia, pedagogia, etc.; quando na realização de eventos maiores e/ou pontuais contrata os serviços de uma agência de publicidade para o marketing. Pouco se remete às singularidades da juventude rural, como hábitos, arte e lazer, exceto sobre a visão do trabalho na agricultura, estratégias de sucessão familiar e participação em viagens com a finalização do curso Alfa Jovem.

Com o tempo, a circulação do jornal alcançava quase a totalidade de associados. Até 2015, eram 12 mil impressões para quase 17 mil associados. Atualmente, além da

---

<sup>32</sup>Como o Jornal da Produção; o Jornal do Agricultor; e o Elo Cooperativo (Forneck, 2015).

tiragem impressa distribuída nas filiais aos/as associados/as, as edições ficam disponíveis no site da Cooperalfa.

Por fim, cabe ressaltar a importância da extensão rural especialmente da instituição, para a efetivação dos processos sociais de educação cooperativa e educação técnica, citados acima. Assim como dispunha (e dispõe) de serviços de assistência técnica aos associados – seja a nível individual, a nível coletivo, e a nível maior ainda, comunitário e regional.

#### **2.7.4 CEMAC – CENTRO DE MEMÓRIA ALFA/MAXICRÉDITO**

Em 2010, a Cooperalfa e o Sicoob Maxi/Crédito fundaram o Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito. Ambas as instituições mantenedoras provindas do cooperativismo por agricultores familiares da Região Oeste. Assim, a iniciativa tinha como objetivo preservar a história (econômica, social e cultural) dos seus associados, colaboradores e do cooperativismo agropecuário de Santa Catarina (CEMAC, 2020).

O acervo do espaço é formado por uma coleção de bens materiais e imateriais do cooperativismo e da atuação da agropecuária no Estado. No material divulgado consta que as coleções somam em torno de 200 mil imagens (físicas, digitais e slides), acervo de jornais com mais de 17 mil páginas, cerca de 200 entrevistas registradas através do mapeamento do processo histórico cultural das cooperativas, audiovisuais, e objetos com quadros e troféus, entre outros.

Os programas que compõem o CEMAC são: salvaguarda de acervos, na catalogação e conservação dos documentos; pesquisa e comunicação, na recuperação histórica e cultural das cooperativas com acesso livre para toda a comunidade, e organização de exposições temáticas, ações educativas e eventos culturais diversos com o público de associados, colaboradores e estudantes; fomento a projetos e ações culturais nas comunidades de atuação da Cooperalfa e Sicoob Maxi/Crédito (CEMAC, 2020).

De modo geral, as temáticas exibidas nos materiais exaltam a história da cooperativa Cooperalfa e do Sicoob Maxi Crédito através das narrativas das famílias (história oral) e suas trajetórias que se movimentam e foram/são impactadas com a

constituição e história das próprias organizações citadas. Para a historiadora responsável pelo acervo do CEMAC, Elisandra Forneck, trata-se de um novo olhar sobre o conceito de museu:

Museu não é dissociado da vida, um espaço a mais apenas para acúmulo de objetos velhos, ou um gabinete de curiosidades. Se o passado é visto como encerrado, ele passa a ser melancólico, e o espaço museológico se torna apenas “um espetáculo”, digamos ainda muito superficial. O novo conceito de museu é trabalhado como um espaço dinâmico, onde há uma real ligação entre passado e presente. Portanto, é um processo sempre em construção (Jornal O Cooperalfa, janeiro de 2012).

### **2.7.5 O CDA (CAMPO DEMONSTRATIVO ALFA)**

Com relação aos encontros de grande dimensão, enfatizamos o CDA (Campo Demonstrativo Alfa). É importante ressaltar que esta forma de organização de dia de campo é uma herança do pacote tecnológico da Revolução Verde; quando os agricultores eram convidados para um dia de demonstração de novas tecnologias dentro de um pacote tecnológico imposto de fora para dentro, conforme já ressaltado. Observa-se igualmente que esta linha de continuidade igualmente se mantém quando o assunto são as sementes e tecnologia empregadas: a presença de empresas multinacionais e nacionais que patrocinam estes eventos para e com as cooperativas e mantém a mesma forma de dominação – sementes com tecnologia patenteada pelas quais os agricultores devem pagar os royalties as multinacionais (MAZON; GUIVANT, 2013). De atuação significativa para a Cooperalfa, o CDA tornou-se o principal evento técnico bi-anual<sup>33</sup> da cooperativa Cooperalfa, realizado em Chapecó – desde 1996 - e em Bela Vista do Toldo – a partir de 2006 -, no qual o produtor associado recebe orientações diversas sobre como melhorar a produtividade no campo.

Cada encontro realizado propõe uma temática atualizada, em vista de renovar e ampliar conhecimentos, com duração de até três dias, reúne técnicos agrícolas e profissionais especializados, visitantes, autoridades políticas, agricultores(as) familiares, e as pessoas em idade de formação nomeadas como juventude rural. Uma vez que reúne o maior número de associados, o evento abrange e representa uma grande dimensão social e econômica para a atividade agropecuária catarinense.

---

<sup>33</sup>Outros campos demonstrativos de menores proporções são promovidos pela cooperativa, de acordo com a necessidade específica dos/as agricultores/as associados/as (Fonte: Revista O Cooperalfa).

Na prática, no CDA, o setor de assistência técnica desempenha o papel de mostrar o que há de novo em técnicas e tecnologias, e cabe ao agricultor(a) depois experimentar o que mais se adequa a sua realidade, numa relação de troca de experiências e conhecimento entre técnicos especializados e agricultores(as). Ademais, nos estandes durante a exposição são vendidos os produtos agrícolas, máquinas, como também é facilitado o acesso ao crédito rural<sup>34</sup>, e outros serviços em geral.

Conforme dados disponíveis na publicação da Cooperalfa *Cooperação como Herança*, as lavouras demonstrativas surgiram por volta dos anos 1980, “para realizar e validar testes e pesquisas, mostrando na prática os resultados” (2017, p.125). Somente no início dos anos 1990, após dois anos de concurso Alfa Agrocere de produtividade, de 1994 e 1995 promovido pela cooperativa em parceria com uma empresa fornecedora de sementes de milho criou-se o CDA com uma proposta inovadora em relação aos anos anteriores (FORNECK, MATTE, 2017).

Nesse sentido, a Cooperalfa mudou de estratégia, devido à visibilidade do concurso, em 1996. Outras empresas mostraram interesse em participar, e após a aquisição de uma sede própria - na Linha Tomazelli, em Chapecó - parte do terreno adquirido foi partilhado equitativamente entre empresas interessadas em um plantio demonstrativo para o período do CDA. Desta forma a empresa fornecedora pôde expor o desempenho do produto ao agricultor associado. Neste sentido é relevante observar como a cooperativa igualmente exerce um papel de mediadora com multinacionais (MAZON; GUIVANT, 2013) e outras empresas interessadas. Assim, ao mesmo tempo em que atendia a uma demanda de orientação técnica ao produtor, as empresas especializadas no campo passaram a ter estandes ao lado do espaço de sua lavoura para exposição (FORNECK, MATTE, 2017).

Desde então, o CDA tem se consolidado como elemento estimulador de aderência a novas culturas agrícolas, tanto temporárias como permanentes e, conseqüentemente, houve o aumento de outras atividades no campo, como a pecuária, a leiteira, plantio de grãos diversos, fruticultura, a suinocultura, etc. Portanto, desde o primeiro CDA (Campo Demonstrativo Alfa) a cooperativa preocupa-se em envolver o(a) associado(a) agricultor(a) familiar, ao mesmo tempo em que mostra as mudanças e inovações tecnológicas, oferecendo condições e opções de crescimento na unidade de

---

<sup>34</sup>SICOOB, banco cooperativo parceiro da Cooperalfa.

produção. Somam-se a isso espaços de lazer e sociabilidade, de modo a obter maior adesão participativa do associado. Então, é possível observar como estes espaços são igualmente espaços de ação pedagógica no sentido promover o consenso entre agricultores de que esta tecnologia de melhoramento (nacional e internacional) – e que supõe o pagamento de *royalties*, era uma opção no início da Revolução Verde e alcança os dias de hoje através de eventos como o CDA, mais pesquisas sobre o tema são bem-vindas.

Ao longo dos anos, nos espaços construídos de socialização e atualização das tecnologias oferecidas pela cooperativa no CDA as estratégias institucionais de participação dos/as associados foram se transformando. Nos últimos anos, para além dos assuntos de negócios, o elemento social tornou-se uma questão regularmente discutida, como o relacionamento familiar na agricultura, sendo abordada em palestras, nos espaços de lazer e nas rodas de conversa no evento anual do CDA. Porém, é importante ressaltar sobre estes tópicos que poucos assuntos que dizem respeito à sociabilidade juvenil (já mencionado), como experiências culturais, música ou arte estão presentes. Isso demonstra que os interesses e discussões de cunho econômico se sobressaem aos assuntos sociais e culturais.

## **CAPÍTULO 3 - MERCADO E JUVENTUDE NO MEIO RURAL: SINGULARIDADES DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA**

### **3.1 INICIATIVAS EDUCACIONAIS DA JUVENTUDE NO MEIO RURAL (2010- 2020)**

As circunstâncias de crescente envelhecimento do campo trouxeram impasses sociais da sucessão geracional na realidade da agricultura familiar na Região Oeste Catarinense (SILVESTRO et. al., 2001). Diante deste cenário, foram desenvolvidas ações estratégicas para a juventude nomeada como juventude rural por diversas instituições competentes no âmbito tanto público como privado. Essa dissertação envolve duas experiências de cursos para jovens rurais, provenientes de contextos institucionais distintos. Uma das experiências é coordenada pela Epagri, órgão público do estado de Santa Catarina, com recursos próprios e do Banco Mundial; de outro lado,

do sistema cooperativo pela cooperativa Cooperalfa com recursos próprios e com o apoio da SESCOOP. As ações institucionais educacionais referem-se a espaços construídos de cursos de formação de lideranças. O conteúdo programático envolve desde conhecimentos técnicos até ferramentas de gestão adaptados à juventude que vive no meio rural. O material e curso são destinados àqueles que demonstram interesse e potencial em se profissionalizar como agricultor/a e/ou empresários/as rurais.

Colocando em perspectiva sociológica, esta análise possui o objetivo de compreender a dimensão discursiva das ações institucionais envolvidas pensadas como ações pedagógicas. Estas ferramentas trazem a proposta de manutenção dos jovens no mundo rural, diante da preocupação com estratégias de sucessão geracional, já mencionadas no início da dissertação. Conforme análises explicitadas adiante, observamos como estes processos educacionais contribuem na construção de significados em comum a uma matriz socializadora dos/das jovens no mercado de trabalho e que pretendem garantir a continuidade de um modelo de desenvolvimento rural de inclinação ao agronegócio.

Para uma interpretação da juventude no meio rural, parte-se do reconhecimento que existe um perfil de jovem recrutado a realizar os cursos de formação de lideranças não-formal regular. Desse modo, a participação no curso de formação da Epagri, pode ocorrer através da mediação feita pelas extensionistas sociais e pelos técnicos extensionistas rurais que mantêm contato com as famílias de agricultores no trabalho de campo de sua regional, contando com uma turma anual – em cada Unidade de Gestão Técnica (UGT) – de até 30 jovens ou mais. Geralmente é oferecida a oportunidade aos jovens que tenham interesse em dar continuidade a profissão de agricultor/a dos pais – em muitas realidades os/as jovens rurais não recebem incentivos, nem possuem expectativa nos estudos, com condições sociais e econômicas menos privilegiadas se em comparação ao outro curso. Sintetizando, o aceite ou recusa de um aluno ou aluna pode variar em cada situação. É necessário que os pais cubram os custos do deslocamento para o Centro de Treinamento da Epagri (CETREC), o que pode significar um rearranjo interno da organização do trabalho familiar, entre outras condições para que o/a jovem esteja liberado de suas tarefas e disponha de tempo para os estudos.

Por sua vez, para participar do curso oferecido pela cooperativa, de acordo com a coordenação do curso, informações no site e Revista Cooperalfa, a inscrição pode ser

efetuada na filial da Cooperalfa. Como o curso é oferecido pela cooperativa, o principal critério de preferência é que seja filho/a de associado/a e exerça alguma atividade rural. Desse modo, cria-se uma lista de espera no qual a equipe responsável organiza as turmas previstas para a abertura do curso, abrindo até três turmas por ano em diferentes municípios no perímetro de atuação da cooperativa. O convite pode ser realizado pelo gerente da filial ou pelo técnico agrícola da cooperativa ao exercer a mediação com a juventude rural. Ao optar pela realização do curso, o/a jovem fica responsável pelo transporte, como também pode aguardar a abertura de uma turma nas proximidades de sua respectiva filial. Assim, pressupõe-se que todos/as os/as participantes exercem alguma atividade agropecuária no estabelecimento familiar, com renda proveniente da agricultura e pecuária, destinando parte de sua produção à cooperativa – o que indica que o estabelecimento agropecuário segue diretrizes e exigências técnicas do sistema cooperativo e faz uso de algum tipo de tecnologia na propriedade – já que são associados e/ou são filhos e filhas de pais associados (COOPERALFA, 2020).

### **3.2 “AÇÃO JOVEM RURAL” – ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS NA FORMAÇÃO DE JOVENS LÍDERES, GESTORES E EMPREENDEDORES RURAIS**

As políticas públicas tiveram um papel central no cenário da agricultura brasileira como mencionado no capítulo 1. O acesso ao conhecimento racionalizado pela capacitação e educação, assim como, a obtenção de crédito rural para melhoramento da propriedade e produção agrícola, foram alternativas oferecidas à população rural pelo Estado e agências financiadoras competentes para aumentar a competitividade da agricultura em Santa Catarina.

Neste sentido, destacam-se alguns projetos executados pela Epagri em parceria com os recursos do Banco Mundial/BIRD. O primeiro, de 1991 a 1999, o Microbacias<sup>1</sup>, teve como foco a recuperação, conservação e manejo dos recursos naturais em Microbacias Hidrográficas. Os avanços alcançados dizem respeito às medidas de conservação do solo, de proteção da água, recuperação de estradas, entre outras. Contudo, devido a situação de baixa qualidade de vida nas áreas de intervenção somada às condições precárias de habitação, falta de acesso a serviços e renda



insuficiente, um novo Microbacias foi elaborado com o intuito de alívio da pobreza do meio rural (TORMEN, 2018).

O segundo projeto, o Prapem/Microbacias2, de 2002 a 2009, contou com recursos para a promoção e alívio da pobreza rural através do apoio ao pequeno produtor rural. Este recurso contemplava agricultores com renda de até 2 salários mínimos ou empregados rurais ou populações indígenas. O projeto beneficiou aproximadamente 105 mil famílias nas Microbacias Hidrográficas (cerca de 880) em todo estado de Santa Catarina. Exclusivamente, 32% dos investimentos foram destinados à recuperação dos recursos naturais e meio ambiente. As ações visavam o desenvolvimento econômico, ambiental e social de forma sustentável. Igualmente, o projeto estimulava maior organização comunitária e surgimento de lideranças, planejamento estratégico participativo e melhoria da autoestima das famílias (TORMEN, 2018).

No Microbacias2 foram desenvolvidas ações relacionadas à questão de gênero e geração, com a participação de técnicos e extensionistas rurais, lideranças comunitárias e jovens (moças e rapazes). O projeto previa reuniões de discussão e reflexão sobre os conceitos e percepções sobre o tema, nos chamados “grupos de animação” localizados na Região Oeste e Planalto Catarinense. Alguns aspectos, como a baixa rentabilidade na lavoura para os rapazes, e o desestímulo à permanência no meio rural, especialmente das moças, foram reconhecidos dentre as condições da agricultura os quais influenciam a saída do campo pela maioria dos/das jovens (AGUIAR; STROPASOLAS, 2010).

O terceiro projeto, o Programa SC Rural, realizado entre 2010 a 2017, foi criado para dar continuidade às políticas públicas da Microbacias1 e Prapem/Microbacias 2. Contudo, com a finalidade de atuação mais ampliada, incluindo apoio a atividades que fortalecessem a estruturação das cadeias produtivas e o aumento da competitividade das organizações da agricultura familiar frente aos mercados. Por exemplo: nas práticas de recuperação e conservação do solo, na melhoria dos sistemas produtivos do leite, no sistema de produção de hortaliças, frutas, entre outros.

Mediante recursos do Programa SC Rural<sup>35</sup>, dentre as atividades realizadas foi constituído o Curso de Formação em Liderança, Gestão e Empreendedorismo destinado à jovens do campo e do mar. O apoio financeiro do Programa SC Rural contemplou o período 2012 a 2016. Contudo, é importante frisar que a ação com jovens foi idealizada e construída por um grupo de profissionais extensionistas da Epagri desde 2010, a partir da proposta apresentada de “Ação Institucional da Epagri com Jovens Rurais”, visando

contribuir na construção de perspectivas de interesse dos jovens, ampliando as possibilidades de sua permanência como protagonistas e empreendedores do processo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental das comunidades rurais de Santa Catarina, fortalecendo a agricultura familiar de forma sistêmica numa ação institucional em permanente atualização (GERBER, 2016, p.13-14).

Os desafios e princípios norteadores do curso estabelecidos para envolvimento do público jovem rural foram considerados como iniciativa inédita, segundo Steinwandter (2016). Até aquela ocasião os projetos e programas pela extensão rural de Santa Catarina desenvolvidos específicos à juventude rural foram pontuais e descontínuos – como é o caso dos clubes 4-S (STEINWANDTER, 2016).

Neste contexto, o curso de capacitação para jovens rurais foi operacionalizado a partir de 2012 e até o ano de 2013 todos os Centros de Treinamento da Epagri estavam preparados e com os cursos em andamento<sup>36</sup>. De acordo com as fontes consultadas, para sua execução foram articuladas estratégias de ação e princípios norteadores<sup>37</sup> que exigiam o comprometimento e alinhamento do quadro de técnicos, pesquisadores e

---

<sup>35</sup>“O programa SC Rural foi uma iniciativa do Governo de Santa Catarina, com financiamento do Banco Mundial (BIRD). O programa, que visa consolidar a política pública para o desenvolvimento do meio rural catarinense, investiu US\$189 milhões, sendo US\$90 milhões financiados pelo BIRD e US\$99 milhões do Governo do Estado. Foi executado de 2010 a 2017, obtendo do Banco Mundial o status de projeto de referência na América Latina. O SC Rural apoiou planos e projetos que envolveram agricultores e jovens organizados em grupos, associações e cooperativas. Teve como objetivo aumentar a competitividade das organizações da agricultura familiar por meio da estruturação e fortalecimento das suas cadeias produtivas” (INFOAGRO, 2020).

<sup>36</sup>Em 2015 foi executada a primeira turma de jovens pescadores no Centro de Treinamento em Itajaí, a partir da demanda dessa região (GERBER, 2016).

<sup>37</sup>Alguns princípios são: 1) a relevância do público jovem no contexto e processo de desenvolvimento rural sustentável, no presente e no futuro das unidades familiares; 2) o direito dos jovens à permanência no meio rural como uma boa escolha para construir suas vidas (...); 3) o diálogo intergeracional como estratégia de sucessão da unidade familiar; 4) a pluriatividade como estratégia de geração de emprego, melhoria da renda e preservação da diversidade ecológica e cultural; 5) a formação em liderança e empreendedorismo (...); 6) o resgate e respeito dos conhecimentos dos agricultores como base para construção de políticas de apoio e assessoria aos jovens; 6) o trabalho articulado em rede com outras instituições e com efetiva participação das entidades representativas dos jovens e da agricultura familiar (GERBER, 2016, p.14) .

diretoria da Epagri, para refletir os resultados esperados. Assim, o processo de implantação constituía uma novidade tanto para os/as extensionistas, como para os/as jovens no sentido prático. Conforme um dos extensionistas do curso

Não tínhamos a real dimensão das características desses grupos. Então, ao mesmo tempo em que os conhecíamos, também tentávamos adequar os conteúdos e as linguagens utilizadas. Apesar de existir similaridades entre os jovens rurais de Santa Catarina, também foi possível constatar que existe uma rica diversidade em cada grupo, em cada jovem... Cada um, com suas dificuldades e potencialidades, tornava o processo mais desafiador e enriquecedor. (...) Além da parte técnica é preciso compreender as necessidades de vida no ambiente onde estão estes/as jovens. A vida deles/as não gira somente em torno do trabalho; almejam qualidade de vida de forma plena (TRAMONTIM, 2016, p.31)

Com isso, a máxima da extensão rural de “aprender a fazer, fazendo” foi destacada para todos os envolvidos no processo de implantação da ação para jovens rurais (e do mar) da Epagri. A metodologia da alternância consiste em metodologia de ensino que intercala conteúdos da teoria e da prática na própria propriedade familiar rural. Tal concepção se apresentava segundo o discurso dos técnicos como promessa de uma alternativa diferenciada, sobretudo para a educação da juventude do/no campo<sup>38</sup>. Aliada a isso a pedagogia da cooperação também abrange o processo de capacitação/formação do curso (GERBER, 2016).

Dessa maneira, os/as jovens, de faixa etária entre 17 a 29 anos permanecem três dias e meio aproximadamente no Centro de Treinamento, com atividades nos três períodos (manhã, tarde e noite). Manhãs e tardes são dedicadas às atividades teóricas e práticas de campo, e a noite as tarefas diversas, como a elaboração de projetos e troca de ideias e experiências entre os/as colegas, palestras educativas, oficinas culturais – como dinâmicas de grupo e momentos de lazer (GERBER, 2016). No restante dos dias do mês retornam à propriedade da família e à comunidade gradativamente, com essa vivência ao longo de oito a dez semanas, dependendo da dinâmica definida em cada unidade de capacitação. O que se esperava deste curso é que pudesse contribuir

com o processo de formação de jovens rurais como protagonistas do desenvolvimento sustentável com cidadania no campo, promovendo liderança,

---

<sup>38</sup>Originalmente, a pedagogia da alternância foi criada pelos camponeses franceses, as Maisons Familiares Rurales, em meados de 1930. À época, o objetivo era evitar que os filhos gastassem a maior parte do dia no caminho de ida e volta para a escola, ou que tivessem de ser enviados aos centros urbanos para estudar. Esta prática foi trazida ao Brasil nos fins dos anos 1960, no Espírito Santo. Mais tarde, nos anos de 1980, surgiram as denominadas Casas Familiares Rurais. (SILVA, SAHR, 2017).

empreendedorismo, espírito solidário e iniciativas inovadoras que, numa perspectiva ecocultural, agregam valores a produtos, serviços e espaços (GERBER, 2016, p.15)

O programa Ação Jovem Rural integra o programa Capital Humano e Social, responsável pelo conjunto de ações relacionadas ao incremento da produtividade das propriedades de agricultura familiar e desenvolvimento agrícola de Santa Catarina. Sendo desenvolvidos quatro eixos fundamentais nos conteúdos programáticos a cada ano: i) Humano e Social, dedicado a temas como liderança e empreendedorismo, inclusão digital, práticas integradoras e autoconhecimento; ii) Tecnológico, voltado às oportunidades de emprego e renda e à produção agrícola e não-agrícola; iii) Gerencial e iv) Ambiental, centrados na gestão de negócios e do meio ambiente. Além disso, o curso de formação não-formal continuada destaca a inclusão tanto de moças como de rapazes, que constituem o público da juventude no meio rural (EPAGRI, 2014; GERBER, 2016).

Neste programa, a coordenação estadual permanece na sede central da Epagri em Florianópolis, a estrutura técnica da Epagri fica distribuída em 10 Unidades de Gestão Técnica (UGT), com um alcance de ação de aproximadamente 293 municípios de Santa Catarina. Sendo estas (UGTs) ligadas a 13 Centros de Treinamento da Epagri, espaços nos quais são formadas aproximadamente 13 turmas anuais de educação continuada de jovens. Em cada unidade executora do programa, a ação com o público ocorre de acordo com as particularidades de cada região, que é bastante diversificada: no Oeste prevalece a produção leiteira e alimentar (frangos e suínos); no Sul, o segmento de vestuário e cerâmico; no Vale do Itajaí, a atividade pesqueira, concentra também a indústria têxtil, tecnologias e turismo rural; o Planalto Serrano predomina a indústria de papel, celulose, madeira e cultivares de frutas; e na Grande Florianópolis, além da atividade pesqueira, o forte econômico é o turismo<sup>39</sup>(Governo de Santa Catarina, 2020). No caso da pesquisa, interessa-nos a UGT1 da Região de Chapecó.

A Unidade de Gestão Territorial (UGT) 1 fica localizada em Marechal Bormann, Distrito que pertence a Chapecó. O espaço/local com aproximadamente 20 hectares, conta com: estacionamento amplo, administração e recepção, cozinha e salão de refeição, dormitórios, banheiros feminino e masculino, espaço amplo de lazer com jogos

---

<sup>39</sup>Fonte disponível em:

<https://www.sc.gov.br/conhecasc/economia#:~:text=O%20Oeste%20concentra%20atividades%20de,vestu%C3%A1rio%2C%20naval%20e%20de%20tecnologia>.

(tênis de mesa, etc.), sala com lareira, acesso livre *awi-fi* e sala de aula. Além de todo o espaço externo, com: horta, árvores frutíferas, plantas medicinais entre outros.

Desde a criação do curso de Liderança, Gestão e Empreendedorismo para jovens do meio rural, estima-se que em 10 anos nos 13 Centros de Treinamentos em todo o Estado pelo menos dois mil jovens foram formados. Essa formação aconteceu entre 2012 e 2016 com apoio de recursos do programa SC Rural. A partir de 2017 o curso ofertado pela Epagri passa a atuar com recursos próprios e do governo do Estado (CIDASC, 2019).

Com base nas narrativas, a maioria compactua com a ideia que se pretende e espera com a continuidade do programa tornar a iniciativa uma política pública permanente para pessoas jovens moradoras de áreas rurais nomeadas como jovens rurais catarinenses. De todo o modo uma fala da diretora da Epagri mostra o quanto o órgão não se sente apto para abarcar todas as necessidades deste público alvo:

É notória a necessidade de elaboração de políticas que garantam aos jovens acesso à saúde, à educação de boa qualidade, à terra, ao crédito, à tecnologia e à assistência técnica, assim como à infraestrutura para lazer e cultura. Essas necessidades extrapolam as atribuições da Epagri, exigindo o envolvimento de outras instituições, como escolas, igrejas, prefeituras, cooperativas, governo estadual e federal, além das organizações de agricultores (...) (STEINWANDTER, 2016, p.39).

### **3.3 “ALFA JOVEM”– JOVENS LIDERANÇAS**

Conforme já mencionado no capítulo 2, a história do cooperativismo está associada aos processos educativos desde seus primórdios. ‘Educação, formação e informação’ constituem princípios norteadores na dinâmica da associação cooperativa, pois viabiliza a consolidação dos demais princípios instituídos<sup>40</sup>. Segundo Ferreira (2015) a educação cooperativista contribui em várias instâncias, dentre as quais, a conscientização do que representa o sistema cooperativista, proporcionando um melhor uso do conhecimento das atividades, procedimentos e investimentos (FERREIRA, 2015, p. 15).

---

<sup>40</sup>Os princípios do cooperativismo são: 1) Adesão voluntária e livre; 2) Gestão democrática; 3) Participação econômica dos membros; 4) Autonomia e independência; 5) Educação, Formação e Informação; 6) Interooperação e 7) Interesse pela comunidade.

Fonte Disponível em: [www.ocb.org.br/cooperativismo/principios.asp](http://www.ocb.org.br/cooperativismo/principios.asp).

Nas décadas de 1970 a 1990, como observado no capítulo 2, a Cooperalfa seguia a recomendação de constituição dos comitês educativos às cooperativas do Brasil. Seguindo as diretrizes do sistema cooperativista nacional, após a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), complementava a parceria com a execução dos Clubes 4-S da época. Além disso, faz uso de mecanismos discursivos veiculados pelos meios de comunicação, como rádio e jornal próprio da cooperativa. Mais recentemente, TV, canal de youtube e *podcast*<sup>41</sup>. Estes recursos são utilizados para informar, conscientizar, compartilhar conhecimentos, articular práticas de socialização, e constituem elementos estratégicos de práticas educativas a fim de promover uma maior participação e adesão dos/das associados/as na cooperativa. Como já mencionado no capítulo anterior, embora haja preocupação com a conscientização, não vimos nenhum jovem participando da elaboração dos materiais de youtube e podcast.

Apresentamos aqui alguns exemplos de conteúdos nestes meios de comunicação relacionados o/a jovem que vive no meio rural. No canal de youtube, há um conjunto de vídeos da cota capital e contempla diálogos entre pai e filho; neta e avô; irmã e irmão, parceria entre vizinhos, por exemplo. Encontra-se os vídeos do evento CDA, onde se nota a forte presença das famílias associadas e seus filhos/as; estão publicadas também as formaturas das turmas do Alfa Jovem, reportagens especiais, dentre outras temáticas. O *Podcast* Argumento aposta em novos formatos, em época de pandemia, no qual os episódios são mais longos do que o Rádio Informativo, na realização de entrevistas com profissionais do mundo rural e seus associados e dirigentes. Nos episódios 10 e 11 abrange casos de sucessão familiar de duas famílias cooperativas de Xaxim; e os episódios 19 e 20 mostram duas realidades de famílias de Coronel Freitas que trabalham com a produção de suínos.

O início dos anos 2000 trouxe mudanças no plano econômico, social e ambiental. Mudanças essas impulsionadas pelo paradigma da sustentabilidade. No contexto nacional a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), pela Medida Provisória nº 1.715, de setembro de 1998. Integrado ao sistema Cooperativista Nacional (OCB) o SESCOOP visa contribuir para o desenvolvimento sustentável do cooperativismo em recursos e serviços oferecidos às

---

<sup>41</sup>Canal Cooperalfa: <https://www.youtube.com/channel/UCTiedPHrXPJ3FhqnozHOfJQ>; e o Podcast Argumento, disponível nas plataformas de serviços de áudio, como o Spotify.

cooperativas, ramificadas em unidades estaduais, no caso de Santa Catarina, permanece vinculada a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC, 2020).

O quadro social de associados/as da Cooperalfa registra a sua presença nos eventos realizados pela OCESEC/SESCOOP. Dentre os quais se destaca os Encontros de Jovens Agricultores Cooperativistas Catarinenses (EJACC), desde 1998. Ele é a cada ano promovido por alguma cooperativa catarinense vinculada a OCESEC. Assim como, os Encontros Estaduais de Mulheres Cooperativistas, que desde 2002 ocorre anualmente em Florianópolis (SESCOOP, 2019).

Conforme dados publicados no Relatório de Gestão da Cooperalfa (2006), as questões de gênero e geração foram incluídas na pauta da gestão social da cooperativa citada de uma maneira diferenciada. A partir de 2006, com recursos próprios e parceria do SESCOOP e SENAR foram organizados Encontros de Núcleos Femininos, com as associadas e filhas de associados/as, buscando criar espaços de discussão, com uma visão de reconhecimento do papel da mulher e de aprendizados sobre cooperativismo, tanto na administração da propriedade rural, como no equilíbrio do relacionamento familiar<sup>42</sup> (RELATÓRIO DE GESTÃO COOPERALFA, 2006). Embora a presença das mulheres seja reconhecida, não há mulheres na direção da cooperativa e poucas mulheres dirigem os empreendimentos rurais, portanto poucas delas votam. Este não é tema desta pesquisa, mas é assunto para pesquisas futuras.

Igualmente, com recursos próprios e do SESCOOP, em 2007, foram realizados seminários de Encontros de Jovens Rurais Cooperativistas Cooperalfa. O objetivo declarado no documento era o de conscientizar o papel do/da jovem na sucessão da propriedade rural e incentivar a sua permanência no campo na atuação junto a cooperativa e ao mercado do agronegócio (RELATÓRIO GESTÃO COOPERALFA, 2007).

Outro evento, o Campo Demonstrativo Alfa (CDA), como vimos, contribui na aproximação e diálogo dos agentes sociais e extensionistas da cooperativa com o público jovem associado/a e filhos/as de associados/as. Algumas edições do CDA foram organizadas com o intuito de atrair jovens do meio rural, com estratégias de envolvimento destes e da família. Exemplo disso foi a 13ª edição com o tema “Jovem,

---

<sup>42</sup>Com o investimento de quase 63 mil reais, foram realizados 17 encontros distribuídos nas filiais da cooperativa e totalizando a participação de aproximadamente 7.743 mulheres (Relatório Gestão, 2006).

dá certo quando você acredita”. Nestes espaços de socialização promovem-se ações com o intuito de conscientização sobre sucessão familiar, relações familiares entre pais e filhos, para além das palestras sobre a gestão do empreendimento familiar, etc. Os jovens são incentivados a participação nas atividades do evento, não necessariamente na elaboração destas atividades.

Por meio dos seminários e eventos citados surgiu a necessidade de transformação na dinâmica de trabalho da agricultura familiar, em busca de envolver o conjunto da família nos processos de gestão da empresa e propriedade rural. Nestas ocasiões, conforme a coordenação de comunicação da cooperativa, as mulheres cooperativistas expuseram suas inquietações como mães (aqui de novo a reafirmação de mulheres como ocupantes do espaço da reprodução) e como agricultoras com a atual geração de jovens. Assim como, uma parcela da juventude cooperativista teve a oportunidade de expressar suas expectativas enquanto jovens no meio rural. Porém, pouco aparece a questão de atividades de lazer e culturais que digam respeito ao universo juvenil, o uso da internet e mídias sociais.

Neste período, são desenvolvidas ações em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), as primeiras experiências de um programa específico voltado para a juventude, com o objetivo de despertar seu interesse pelo cooperativismo, criar vínculos e participar na cooperativa, seguindo as premissas de sustentabilidade do sistema nacional cooperativista (OCB). Para corresponder a estas necessidades, as unidades estaduais – a OCESC/SESCOOP de Santa Catarina – teriam o papel de divulgar o programa às cooperativas cadastradas na OCB e realizar um levantamento das respectivas demandas nas cooperativas. Assim, algumas cooperativas do estado, nas quais, a Cooper, Cooper A1, Auriverde, Cooperitaipu e a Cooperalfase organizaram e fizeram parte do programa de caráter experimental e tiveram o acompanhamento do SESCOOP nas ações de estruturação e execução (SESCOOP, 2019).

Em 2009 foi realizado um levantamento das demandas e necessidades do público jovem cooperativista<sup>43</sup> da Cooperalfa, e em 2010 aconteceu a implantação do

---

<sup>43</sup>Responderam ao questionário da pesquisa, mais de 2.500 jovens de toda a área de atuação da cooperativa. Conforme a coordenadora Maritânia “Nas respostas ficou evidente que não havia muito critério na decisão de sair ou permanecer no campo. Os que permaneciam, muitas vezes não viam a



programa de formação de Jovens Lideranças Cooperativistas, chamado FOJOLICO, contando com 57 % dos recursos do SESCOOP e o restante investidos pela cooperativa. Adequando-se às diretrizes do programa a cooperativa objetivava formar novas lideranças, desenvolvendo suas habilidades de gestão, com uma visão ampla e estratégica do cooperativismo, de modo a incentivar/a jovem rural a exercer influência nos processos decisórios e na sucessão familiar, nos espaços da cooperativa e na propriedade familiar rural (RELATÓRIO DE GESTÃO COOPERALFA, 2009). Esses pontos são trabalhados no curso, em cada conteúdo abordado pode ser relacionado de modo diferenciado, principalmente nas disciplinas de Liderança e Empreendedorismo e de Gestão de negócios.

Na primeira edição de lançamento do FOJOLICO, participaram 72 jovens do processo seletivo para as 30 vagas do curso, no qual foram aprovados aqueles que tivessem os requisitos exigidos pelo programa na época, com faixa etária entre 16 a 24 anos, destinado aos/as jovens associados/as ou com pais associados (JORNAL O COOPERALFA, 2011). Conforme o Relatório de Gestão de 2010, na primeira turma do FOJOLICO 2010/2011 formaram-se 18 jovens, pertencentes a Chapecó e as filiais próximas, tendo em vista a facilidade de deslocamento até o local das aulas, na sede matriz da Cooperalfa.

De acordo com as fontes documentais, a segunda edição 2012/2013 teve a participação das filiais de Guaraciaba, São Miguel do Oeste, São José do Cedro, Guarujá do Sul, Anchieta e Paraíso, com a formatura de 25 jovens em julho de 2013 (JORNAL O COOPERALFA, AGOSTO, 2013). A terceira edição 2013/2014 ofertou duas turmas: uma em Águas Frias e outra em Quilombo incluindo jovens das filiais próximas destes municípios. Ao final a formatura contou com 48 jovens (JORNAL O COOPERALFA, NOVEMBRO 2014).

No ano de 2013, o FOJOLICO passou por reformulações e mudou o nome para JOVEM COOP. Segundo entrevista com agentes da Cooperalfa, o programa construído passou por ajustes de metodologia, com uma linguagem mais acessível e coerente à realidade da Cooperalfa. As mudanças foram pensadas junto aos coordenadores e educadores do programa tão bem como novas dinâmicas. De acordo com a

---

atividade rural como uma profissão. Por outro lado, na maioria dos casos, a escolha de migrar para a cidade era reflexo dos conflitos geracionais” (Revista Cooperalfa, junho de 2017, p.20).

coordenação, a mudança foi no sentido de maior envolvimento da teoria e a prática, na escolha de monitores que tivessem mais vivência com o meio rural e gerasse conexão com os cursistas participantes, tornando mais atrativo e flexível o conteúdo do curso e igualmente visando despertar o espírito de liderança e cooperativo nas atividades agropecuárias (JORNAL O COOPERALFA, MAIO/AGOSTO 2013).

As ações de execução do novo formato iniciaram no segundo semestre de 2014, no JOVEM COOP 2014/2015, com turmas nas filiais de Porto União e Canoinhas, em julho de 2015 participaram da formatura 35 jovens (JORNAL O COOPERALFA, setembro 2015). No mesmo período outras três turmas foram criadas no Oeste: em Planalto Alegre, São Domingos e São Miguel do Oeste (destas turmas não há estatísticas disponíveis) (JORNAL O COOPERALFA, fevereiro 2015).

Entre 2014 e 2015, a equipe de Educação e Comunicação da Cooperalfa, proporcionou continuidade ao curso de Formação de Jovens Lideranças Cooperativistas, de educação não-formal regular com o público jovem. O programa JOVEM COOP em parceria com o SESCOOP ganha uma nova identidade visual, recebendo a “cara da Cooperalfa” e a nomenclatura de “ALFAJOVEM” (JORNAL O COOPERALFA, junho 2015). Na oportunidade, no segundo semestre de 2015 iniciaram três novas turmas nas filiais de Marema, Guarujá do Sul e Anchieta do ALFAJOVEM 2015/2016, com uma carga horária flexível; um ano depois a formatura contava com 74 jovens. No segundo semestre de 2016, o ALFAJOVEM 2016/2017 abriu duas turmas nas filiais de Xanxerê e São José do Cedro (Jornal, agosto 2016),totalizando em julho de 2017 a formatura de 30 jovens (JORNAL O COOPERALFA, agosto 2016;*idem*, agosto, 2017). Interessante destacar que na maioria das edições do jornal, os/as ‘jovens’ aparecem invisibilizados apenas como números – exceto matérias pontuais, geralmente relacionadas à questão da sucessão geracional na propriedade familiar e as que tratam do curso Alfa Jovem. Não há informações ou detalhes sobre a dinâmica dos cursos ou mesmo qual teria sido a sequência de eventos na vida dos jovens após os cursos.

No ano de comemoração dos 50 anos da Cooperalfa, em 2017, foram criadas três novas turmas em São Lourenço do Oeste, Mafra e Irineópolis, totalizando mais de 150 jovens associados/as e/ou filhos/as de associados/as, na edição do ALFA JOVEM 2017/2018. A formatura de junho de 2018 contava com 87 jovens formados (REVISTA O COOPERALFA, junho, 2017;*idem*, julho, 2018).

A edição da ALFA JOVEM 2018/2019, novas turmas nas filiais de Palma Sola, Águas de Chapecó e Xaxim, com um total de 95 formandos. Já no ALFAJOVEM 2019/2020, turmas novas em Coronel Freitas, Bela Vista do Toldo e Itaiópolis, com a participação de aproximadamente 105 jovens (REVISTA O COOPERALFA, fevereiro de 2019).

Na oportunidade, participei de um dos encontros de Gestão Rural com a turma de Coronel Freitas, sendo bem recebida por todos ali presentes. Pela manhã, como era o último encontro desta matéria os jovens responderam um relatório de questões sobre a atividade, uma breve revisão dos conteúdos anteriores e a exposição da ferramenta dos 5S<sup>44</sup>. Esta prática – baseada nos princípios do higienismo conforme já mencionado – estimula melhorias e inovação no empreendimento rural. Uma das atividades organizada em pequenos grupos convidava os jovens para a discussão sobre os possíveis melhoramentos de resultado na propriedade. A turma se mostrou interessada e participativa, depois um dos jovens apresentou as atividades exercidas na propriedade da família e demonstrou satisfação na profissão de agricultor. Antes do meio dia o gerente da filial e outros técnicos da Cooperalfa conversaram um pouco com os/as jovens. À tarde foi organizada uma visita de campo à propriedade das famílias de três cursistas, filhos de irmãos sócios da empresa rural – vencedores do prêmio nacional da Sebrae, o MPE (Prêmio de Competitividade para Micro e Pequenas Empresas) em dezembro de 2015, na categoria agronegócio<sup>45</sup> –, que mantêm uma produção pluriativa e com a renda principal da atividade leiteira.

Com base nas fontes divulgadas nos Relatórios de Gestão da Cooperalfa e no Jornal/Revista O Cooperalfa, entre 2010 a 2019, observa-se que existem casos de evasão no curso, comparando a quantidade de jovens que iniciam e formandos. No entanto, a falta de dados impede qualquer conclusão a respeito das percepções e motivos de rompimento com o curso. Assim, apoiada na fundamentação de pesquisa do capítulo 1, podemos levantar possibilidades conjecturais, desde a falta de interesse, a falta de conteúdos relacionados aos temas os quais mobilizam os jovens em outros espaços que

---

<sup>44</sup> Esta prática surgiu no Japão pós segunda guerra mundial, representa 5 palavras japonesas com a letra S, que significam: Seiri (Senso de Utilização); Seiton (Senso de Ordenação); Senso de Limpeza; Seiketsu (Senso de Saúde) e Shitsuke (Senso de Autodisciplina) (Fonte Disponível em: <https://5s.com.br/2/o-que-e-5s.php>).

<sup>45</sup> Para mais informações: Revista O Cooperalfa, fevereiro de 2016, p.8 e 9.

não o rural até a impossibilidade de saídas da propriedade rural por conta da atividade agrícola.

### **3.4 MERCADO E JUVENTUDE NO MEIO RURAL: A RECONVERSÃO ATRAVÉS DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO**

Na presente discussão, a questão geracional é colocada em perspectiva sociológica no sentido de como se mobilizam os discursos em torno do público jovem no meio rural, com base na análise de duas iniciativas institucionais destinados aos/as jovens em contexto rurais na Região Oeste Catarinense: o programa “Ação Jovem Rural”, pelo Estado, criado em 2010 e operacionalizado a partir de 2012, através da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), que abrange todo o meio rural do estado, independente de ser associado ou não a uma cooperativa (GERBER, 2016); e o programa “Alfa Jovem”, criado em 2010 – antes nomeado como FOJOLICO, entre 2010 e 2013 – em parceria com o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), por uma cooperativa agroindustrial, a Cooperalfa, aos filhos/as dos/as associados/as (O COOPERALFA, 2014).

Em particular, realizamos a análise dos discursos mobilizados no material de apoio disponível das iniciativas institucionais citadas, nos meios de comunicações específicos que tratam da juventude rural, encontrados em fontes hemerográficas e audiovisuais publicadas nas redes sociais e internet – tais como: o canal de youtube da Epagri; canal de youtube da cooperalfa; Revista O Cooperalfa analisados no período de 2010 a 2020; Rádio Alfa Informativo; o Podcast da Alfa Argumento (2020); publicação do livro intitulado *Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri 2012-2016* (EPAGRI, 2016), entre outras publicações de livros e artigos científicos da Epagri; e o livro comemorativo de 50 anos da Cooperalfa, *Cooperação como Herança* (FORNECK; MATTE, 2017). Além disso, foram analisados os conteúdos programáticos de cada curso oferecido.

Os cursos de formação foram criados a menos de uma década e configuram iniciativas relevantes em sua metodologia teórica e prática. A construção destes cursos partiu de uma demanda de formação profissional visando a oferta de ferramentas de

gestão inovadoras destinadas ao público jovem situados na faixa etária entre 17 a 29 anos. A saber: i) Programa Alfa Jovem da Cooperalfa, o curso de Formação de Lideranças Cooperativistas – 240hs, aproximadamente ao longo de um ano, encontros a cada 15 dias; e ii) Programa Ação Jovem Rural da Epagri, o curso de Formação em Liderança, gestão empreendedorismo – 220hs, aproximadamente 8 meses, formato alternância, encontros uma vez ao mês durante 3 dias. Embora possuam dinâmicas similares estes dois cursos são entendidos como iniciativas diferentes e autônomas na configuração das propostas curriculares educacionais.

### **3.4.1 ELEMENTOS DE SIMILARIDADE**

Para uma interpretação da metodologia adotada entre os cursos supracitados, importante ressaltar alguns elementos de aproximação e/ou similaridade: i) primeiro, as ações institucionais têm a proposta de curso de formação de lideranças empreendedoras de jovens rurais, e demonstram abertura de adaptação dos cronogramas conforme a necessidade e interesse de cada turma. No caso da Região Oeste, predomina o interesse na atividade leiteira, dentre outras; ii) segundo, as propostas curriculares integram alguns conteúdos que são correlatos; iii) terceiro, proporcionam viagens técnicas para conhecer outras experiências consideradas bem sucedidas na prática; iv) todas as aulas e atividades são realizadas em grupo, assim, os rapazes e as moças são igualmente capacitados para os conhecimentos e ferramentas de gestão compartilhados; e v) quinto, a exigência de apresentação de um projeto de conclusão do curso realizado em grupo – desde um plano de negócio até um projeto de pesquisa de cunho social.

Primeiramente, ambos os cursos possuem uma linguagem de visão empresarial. Na perspectiva dos estudos sociológicos contemporâneos, estas mudanças evocadas pelo mercado trouxeram transformações relacionadas à reestruturação produtiva. Essa reestruturação implica crescente flexibilização e individualização das relações de trabalho. Em suma, a predominância das narrativas que justificam o novo “espírito do capitalismo” nas relações e nas organizações (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Essa individualização aparece materializada na ideia de capital humano, já mencionado, como conteúdo presente em ambos os cursos.

Os efeitos da globalização têm sido um marco para as gerações atuais, a diminuição das fronteiras entre as nações e expansão do mercado das *commodities*, nesse caso do agronegócio. O uso de tecnologias, desde o controle da produção, o melhoramento da produtividade até a comercialização, com o auxílio de aplicativos e equipamentos especializados, tem contribuído para a competitividade do setor agropecuário.

O segundo elemento, por se tratar de cursos destinados ao público jovem na área rural Santa Catarina e, principalmente do recorte da pesquisa da Região Oeste, de modo geral, existem questões de interesse e conhecimento agropecuário. Encontramos alguns temas equivalentes nos respectivos cronogramas dos projetos ou conteúdos programáticos que sinalizam uma demanda em comum para este público jovem, como é o caso da característica da forte presença do cooperativismo na agricultura familiar.

Desse modo, as disciplinas similares são de desenvolvimento pessoal e interpessoal, oratória e relacionamento familiar. Com uma abordagem tanto de forma individual como subjetiva, no qual o/a jovem é incentivado a desenvolver habilidades de melhoria na comunicação e nos relacionamentos interpessoais, quanto de forma coletiva e mais ampla, na realização de atividades entre os colegas da turma e também com a participação dos pais pelo menos em um dos encontros com atividades dinâmicas num ambiente de trocas e confraternização familiares (com o intuito de encorajar estes ensinamentos para sua vida). Outras disciplinas de conteúdos similares foram: gestão administrativa e financeira, planejamento da propriedade, cooperativismo, e conhecimentos básicos de legislação rural e ambiental. À sua maneira, cada curso explora os temas citados de modo específico, dando maior ou menor ênfase nas horas aula empregada. Por exemplo, a temática de cooperativismo possui mais horas de aula pelo curso Alfa Jovem, devido a característica de jovens em contexto cooperativado – filhos de pais associados, com potencial de tornarem-se membros da cooperativa e/ou já são associados. Vale dizer, que o curso ofertado pela Epagri também acolhe jovens cursistas que sejam sócios de uma cooperativa, não necessariamente a Cooperalfa. Contudo, devido a sua dimensão, a Cooperalfa mantém uma parceria na realização de algumas atividades de abertura e palestras com o curso da Epagri.

O terceiro elemento diz respeito ao objetivo de combinar a teoria e a prática, a partir de viagens técnicas em locais pré-selecionados pelos extensionistas e

considerados como modelo para agregar conhecimento ao grupo. Visando ensinar e fazer aprender com a experiência de outros profissionais da área, ocasionalmente ‘colocando a mão na massa’ (expressão usada pelos extensionistas para falar sobre o curso) na fabricação de produtos coloniais. O intuito é o de inspirar e instigar questões e reflexões sobre o mundo rural e alternativas possíveis. Exemplo das atividades: visitas em propriedades modelo, feiras agropecuárias e municipais, cooperativas e serviços do mercado rural que envolva a memória e os interesses da agricultura familiar.

O quarto elemento serve apenas para destacar que o tratamento e os conteúdos compartilhados são estabelecidos de modo equivalente entre moças e rapazes. Diferentemente do período anterior – do modelo dos clubes 4-S – a capacitação não separa os conhecimentos para moças *versus* rapazes. No modelo anterior como já mencionado, as mulheres eram orientadas às atividades de costura, culinárias, horticultura e tarefas de casa em geral, enquanto os homens aprendiam as atividades produtivas com a lavoura, conhecimentos técnicos e os negócios da propriedade.

Por fim, os dois cursos se assemelham na exigência de um projeto de conclusão de curso. Atividade que pode ser desenvolvida em grupo ou de maneira individual. Na sua maioria os projetos são realizados em grupo e a escolha dos temas de trabalho ocorre de acordo com as afinidades e interesses dos integrantes. Os trabalhos desenvolvidos durante o curso são desde algum problema na propriedade e/ou comunidade, pesquisas sobre situações sociais e econômicas com realização de entrevistas, temáticas e atividades de interesse comercial, como bovinocultura de leite, turismo rural, entre outras.

Na Epagri, a coordenadora da UGT1, Cianarita, declara em entrevista que o “Projeto de vida”, ou “Projeto de Desenvolvimento da Propriedade” recebia/recebe assistência técnica dos profissionais da Epagri, que acompanham o projeto durante o curso dando contribuições sempre em prol do projeto deles, para torná-los mais sustentáveis, no sentido ambiental, econômico e social. Ainda, no início, de 2012 a 2016, com o apoio da SC Rural havia uma classificação dos projetos os/as jovens recebiam recursos financeiros, ainda que os melhores colocados recebessem os recursos sem tendo que desembolsar “apenas 20%” dos custos totais”, no qual eles aplicavam no melhoramento da propriedade. A partir de 2017 adotou-se uma estratégia diferente para contemplar o maior número de participantes no curso. Os projetos desenvolvidos pelos

alunos/cursistas têm à disposição o financiamento a partir do FDR (Fundo de Desenvolvimento Rural), pelo Governo do Estado, com oferta de crédito facilitado, podendo financiar até um valor de R\$25 mil reais, com um período de até 5 anos para devolução do recurso. Dessa forma, todos teriam a possibilidade de colocar seu plano de vida/negócio em prática (FIGUEIRÓ, 2019).

No curso Alfa Jovem a apresentação dos trabalhos finais é acompanhada pelos dirigentes e técnicos da cooperativa, coordenação de comunicação e educação e alguns professores da turma. Na oportunidade, os/as jovens do meio rural são incentivados a dialogar com seus pais de maneira a colocar os planos de negócio em prática.

É possível ver uma aproximação dos cursos na ausência de uma discussão política: o curso foca elementos técnicos da produção agrícola e da forma cooperativada de organização, porém nada menciona sobre a participação política dos jovens nestes espaços.

### **3.4.2. DISTINÇÃO E AS HIERARQUIAS DA REALIDADE – A CULTURA QUE UNE E SEPARA**

No que se refere aos elementos de distinção nos cursos, começamos pelo aspecto curricular destaca-se que: i) embora os conteúdos programáticos contemplem temas semelhantes, vale salientar que a ênfase nas ferramentas de gestão e a diversificação de conteúdos abordados são diferentes; ii) a questão geracional em termos relacionais se aproximam na atuação, contudo, quanto ao apelo à sucessão familiar possuem singularidades; iii) no contexto cooperativo, sobretudo, ocorre um movimento de realocação da autoridade paterna para a autoridade organizacional do mercado, estimulada em termos legais. Vamos explicitar cada uma delas a seguir.

Primeiro, com relação ao curso ofertado pela Epagri, ele oferece mais alternativas de conteúdos abordados sobre inclusão produtiva e sustentabilidade – com temas variados como: fruticultura, apicultura, alimentação saudável e segurança alimentar, bovinocultura, produção de grãos, erva-mate, paisagismo, produtos orgânicos, dentre outros. Neste curso a equipe de técnicos agropecuários se dispõe a contribuir na assistência técnica e extensão rural para projetos sustentáveis, entre outras



opções com potencial inovador, competitivo e de menor impacto ambiental. A pedagogia da alternância é outra medida adotada com destaque pela instituição, com um espaço apropriado – na UGT 1, o CETREC (Centro de Treinamento da Epagri). Há uma equipe de extensionistas neste local responsável por receber os/as alunos/as e desenvolver as atividades propostas em cada turno nos três dias de encontro mensal, ao longo de 8 meses. Além disso, as despesas de ida e volta de transporte, saída em viagens técnicas, alimentação, espaços de dormitórios, materiais utilizados nas aulas práticas, são custeados pela Epagri (GERBER, 2016).

Quanto à Cooperalfa o curso de formação se distingue especialmente pela ênfase na filosofia e doutrina cooperativista e nas ferramentas de gerenciamento e controle do negócio, estruturados em torno de uma linguagem especificamente empresarial, tais como: gestão rural, gestão de projetos, gestão de recursos financeiros, e gestão de si mesmo (inteligência emocional, autodesenvolvimento). Importante lembrar que o público atendido pela cooperativa já possui estabelecimentos familiares estáveis e com predisposição a melhorias e continuidade na atividade agropecuária. Ademais, cabe destacar a existência de uma identidade de grupo, de reconhecimento e valorização da profissão de agricultor familiar, resgatada no discurso de compromisso do empreendimento com a cooperativa, na identificação com a ideia de ser um indivíduo cooperativo. Além dos discursos alinhados e de afinidades em comum, isso se reflete também na padronização no uso de uniformes, materiais e mochilas com a identidade visual do curso (Alfa Jovem), que demonstram um ordenamento e tratamento horizontal interno entre os participantes. Inclusive, o local, os materiais e a alimentação nos dias de encontro do curso, a cada quinze dias, são custeados pela própria cooperativa.

Via de regra, com relação ao primeiro ponto, a dinâmica de processos educacionais que ofertam ferramentas de gestão para a juventude rural pode ser entendida como uma estratégia da organização interna, tanto do estado quanto da cooperativa, na tentativa de suavizar os efeitos da competição com outras empresas do mercado, ficando dentro de seu nicho e evitando a guerra aberta. Pois, da mesma forma em que novos mercados se desenvolvem, produzem mundos estáveis, estas estruturas sociais (mercado) na sociedade são inevitavelmente transformadas (FLIGSTEIN, 2001).

Nesta direção, notamos que as iniciativas citadas mantêm o interesse em comum de fortalecimento da agropecuária catarinense. Na medida em que constroem discursos

unificadores, como o ponto de vista de empreendedores, formam-se arranjos políticos e sociais no mercado, refletindo a capacidade de dominação e controle do poder de determinados grupos (FLIGSTEIN, 2007). Assim, através destes cursos de formação, ao dispor de ferramentas e recursos eficazes, estas organizações institucionais influenciam nas escolhas de permanência ou saída do meio rural destes/as jovens. O principal elemento de influência está na escolha de permanecer no empreendimento rural familiar.

O segundo aspecto diz respeito às abordagens particulares sobre sucessão familiar. Destaca-se o interesse organizacional pela manutenção e continuidade dos respectivos arranjos institucionais. Desse modo, a cooperativa evoca através da memória e da história da instituição os valores que foram construídos e devem ser herdados tradicionalmente pela geração que sucede. Podemos lembrar aqui dos efeitos poéticos mobilizados pela propaganda de casas no mercado de casas próprias citado por Bourdieu<sup>46</sup>: aqui também há uma mobilização emocional em torno da família, a exemplo disso, as fotos de famílias abraçadas no campo, no meio de suas plantações é uma constante no Jornal/Revista O Cooperalfa; mobilização de imagens e textos da parceria na profissão de agricultor entre pai e filho (Revista O Cooperalfa, junho, 2011; 2017), outra capa com um casal de idosos ao lado a frase “Família unida, sociedade estruturada”, com um editorial que fazia apelo à sucessão familiar, trazendo a ideia de que a “cooperativa começa na família” (Jornal O Cooperalfa, junho, 2010). São constantes a mobilização discursiva e imagética nestes meios de comunicação relacionando o/a jovem que vive no meio rural com sua permanência como algo natural, que faz parte da ordem das coisas (Bourdieu, 2005). No canal de youtube, há um conjunto de vídeos da cota capital e contempla diálogos entre pai e filho; neta e avô; irmã e irmão, parceria entre vizinhos. Igualmente, vídeos publicados do evento CDA, onde se nota a forte presença das famílias associadas e seus filhos/as; estão publicadas também as formaturas das turmas do Alfa Jovem, reportagens especiais, dentre outras temáticas. O Podcast Argumento aposta em novos formatos, em época de pandemia, no qual os episódios são mais longos do que o Rádio Informativo, na realização de entrevistas com profissionais do mundo rural e seus associados e dirigentes. Os episódios 10 e 11 apresentam casos de sucessão familiar de duas famílias cooperativas

---

<sup>46</sup>Bourdieu(2013) afirma que o Estado mobilizava um apelo simbólico com relação à casa como lar ao associar a ideia de família atrelada ao imóvel próprio.

de Xaxim; e nos episódios 19 e 20 trazem outras duas realidades de famílias de Coronel Freitas que trabalham com a produção de suínos. Raras são as postagens sobre a opinião dos jovens ou sobre seus dilemas.

Neste sentido, a postura adotada pela cooperativa para transmitir e perpetuar uma forma de gestão do sistema cooperativo possui a característica de uma instituição total (GOFFMAN, 2008). Ao transpor o conceito de instituição total para a realidade estudada, entende-se como um grande número de indivíduos que compartilham da condição ou *status* social de agricultores familiares associados e integrados e que levam uma vida formalmente administrada pelas regras da cooperativa.

Se pensarmos essa tendência em termos de mercado, a instituição cooperativa se posiciona como uma relação social econômica heterônoma para fora e mantém regulamentos e estabelece limites de participação aos seus associados, garantida pelo comportamento das próprias pessoas, e sendo destinado a um dirigente e um quadro administrativo encarregados do poder de representação (WEBER, 2012). Contudo, por se tratar de uma relação econômica racional os/as agricultores familiares possuem relativa autonomia ao tomar decisões em sua propriedade como empresa familiar, podendo estabelecer relações comerciais com outras formas produtivas ou cooperativas.

Ao interpretar a sociologia econômica de Weber, Swedberg (2005) aponta que este mecanismo geral pode ser definido da seguinte maneira:

Quando os participantes esperam que a admissão de outros leve à melhoria de sua situação, terão interesse em manter relações abertas; mas quando acham que podem melhorar sua situação por meio de táticas monopolistas, favorecerão uma relação fechada (SWEDBERG, 2005, p. 61).

Por isso, a inclusão e a participação de jovens do meio rural ganha relevância pela promessa de poder reproduzir o modelo cooperativo.

Nas publicações da última década, o apelo aos valores da família é evidenciado fortemente nas imagens que demonstram diferenças entre gerações, como mãe e filho, pai e filho, vó e neto, casais jovens com filhos pequenos, em cenário rural ao mesmo tempo em que destaca uma sacralização da família. Exemplo disso, a capa do livro comemorativo de 50 anos da Cooperalfa, *Cooperativa como Herança* (2017), é uma avó e um neto abraçados e sorrindo e um campo de soja ao fundo. Assim como, casos de sucesso de sucessão familiar em propriedades associados às histórias descritas na revista

Cooperalfa, de modo geral, retratam diversas realidades e reorganização na estrutura das famílias associadas e da própria cooperativa.

O enunciado de um dos agentes da cooperativa responsável pelo curso Alfa Jovem mostra a importância do papel da denominada gestão moderna associada a sucessão familiar:

Dessa forma teremos empresários rurais e a sucessão familiar, tanto da propriedade como da cooperativa, garantidos e perenes no tempo (Revista O Cooperalfa, maio, 2018).

A intenção de construção social de um novo perfil de jovens e a transformação da agricultura que está em curso surgem mobilizadas nos discursos dos agentes da cooperativa associando pessoas jovens como naturais sucessoras dos empreendimentos rurais. Esse discurso aponta para uma violência simbólica que ao mesmo tempo silencia os/as jovens e os/as adequa a uma posição previamente estabelecida (BOURDIEU, 2008).

O terceiro ponto de reflexão conecta-se ao anterior. Uma iniciativa estatal a qual mobiliza uma resolução da situação de modo jurídico legal. Trata-se do movimento de realocação da autoridade paterna para a autoridade organizacional do mercado, em outros termos, de transformar a propriedade comumente registrada pela pessoa física (CPF) paterna e/ou masculina, em pessoa jurídica com uma razão social.

Este novo modelo proposto pela Secretaria da Agricultura e Pesca de Santa Catarina transforma a relação dos agricultores familiares com o mercado. Trata-se de uma acomodação jurídica aos agricultores familiares ligados às cadeias agroindustriais no intuito de sua adequação às demandas deste mercado. O modelo foi importado da Austrália. Conforme Airton Spies, Secretário Adjunto de Agricultura e Pesca de SC da época, durante seus estudos de doutorado na Austrália e Nova Zelândia, a prática de transformar a propriedade rural numa pessoa jurídica é bem sucedida. A proposta é a de que as novas gerações de agricultores façam o mesmo, visando o rearranjo societário das propriedades. No momento atual a autoridade legal está ligada ao Cadastro de Pessoa Física (CPF) do seu proprietário, de modo geral, o dono é o pai da família, que representa os outros membros da família, como a esposa e filhos/as, na cooperativa e nos negócios da propriedade. O modelo proposto transforma a organização legal da propriedade rural em pessoa jurídica, assim entende-se que os membros da família,

como a esposa e os/as filhos/as possam alcançar a condição de sócios da propriedade, ao alterar para MER (Micro Empresa Rural) e dependendo da renda bruta optar pela ERPP (Empresa Rural de Pequeno Porte) (Revista O Cooperalfa, dezembro, 2017).

Dessa forma, o discurso sustentado é de que este modelo pode reduzir os custos de produção, assim como representa uma oportunidade inovadora de sucessão familiar aos jovens no espaço rural. Com esta alternativa existe a possibilidade de tornarem-se sócios da propriedade familiar, e/ou mesmo sem possuir terras podem desenvolver um projeto no campo e/ou prestar serviços rurais à comunidade. Conforme o discurso apresentado pela cooperativa, transformar propriedades em micro empresas permite que todos os membros da família possam ser sócios, facilitando o processo sucessório (Jornal O Cooperalfa, março, 2011).

Sociologicamente, cabe pensar para além da economia, a perspectiva cultural e social. A nova medida poderia romper com relações que sempre existiram na vida agrícola que é o caráter familiar e a centralidade na figura paterna. Dessa maneira, a autoridade paternalista é substituída pela autoridade organizacional e legal do mercado, promovendo uma ruptura com a tradição.

No contexto amplo do mercado agropecuário o discurso empreendedor incentiva cada vez mais transformar a propriedade em uma empresa. Com efeito, a racionalidade neoliberal passa a atuar por dispositivos de eficácia econômica e na direção de condutas, sob o discurso homogeneizante em torno da figura da empresa e do sujeito empresarial que permeia todas as esferas da vida. Assim, o modelo de empresa cria uma visão de mundo ampla estendida a todas as esferas da vida e articulando uma definição de sujeito

pela maneira como ele quer ser “bem-sucedido”, assim como pelo modo como deve ser “guiado”, “estimulado”, “formado”, “empoderado” para cumprir seus “objetivos”. [...] a grande novidade reside na modelagem que torna os indivíduos aptos a suportar as novas condições que lhe são impostas, enquanto por seu próprio comportamento contribuem para tornar essas condições cada vez mais duras e mais perenes (DARDOT; LAVAL, 2016, p.328-329).

Nesse contexto, ocorre a naturalização do risco ao submeterem-se às oscilações do mercado. A gestão das condutas se torna cada vez mais importante visando o aperfeiçoamento numa aprendizagem contínua, os indivíduos devem ser empreendedores de si mesmo e realizar um trabalho interior constante (DARDOT; LAVAL, 2016). Tendo como exemplo, as disciplinas oferecidas por ambos os cursos para a juventude rural as quais contemplam desde ferramentas de gestão de negociação

e técnicas agrícolas, até o tema de inteligência emocional e controle das emoções com a intenção de estimular habilidades de liderança nas relações sociais, tanto interpessoais quanto familiares.

### **3.4.3 PROFISSIONALIZAÇÃO E INCLUSÃO DO PÚBLICO JOVEM**

Conforme vimos, as mudanças estruturais e econômicas no meio rural derivam a partir de um conjunto relacional de ações objetivas e práticas subjetivas. Nessa dissertação refletimos sobre a dimensão organizacional e sua relação na construção do que vem a ser a nomeada juventude rural e os espaços privilegiados os quais constituem narrativas e agenciamentos para este público.

Principalmente na última década, a perspectiva do processo de profissionalização, demanda uma valorização do conhecimento, tecnologia e da formação educacional (FREIDSON, 1998). Com efeito, o fornecimento de estudos torna-se uma das estratégias paternas de manutenção da sucessão familiar da agricultura (SPANVELLO et.al., 2020). Tal característica é o que diferencia esta geração da anterior, sendo muitas vezes motivo de tensão entre pais e filhos: a importância dada aos estudos. Por sua vez, podemos constatar que ambas as instituições estudadas que ofertam o curso para jovens no meio rural, orientam aos pais a perceberem a formação educacional como um investimento ao invés de perda de tempo; mostrando o papel da educação não formal na produção de novos consensos.

É possível constatar a materialidade desta valorização do conhecimento através do aumento da escolaridade das novas gerações: nos últimos anos aumenta o número de formados no ensino médio e no ensino superior. Embora, como mencionado, os níveis de baixa escolaridade ainda persistam no campo (IBGE, 2019; EPAGRI, 2019).

Cada vez mais ocorre uma dinâmica social de integração entre as lógicas de trabalho e de educação. Conforme a análise sociológica feita por Dubar (1999) destaca-se o modelo de competências e de organização do trabalho, o qual funciona como um conjunto de saberes que foram construídos socialmente e reconhecidos como indispensáveis à produção de um bem ou de um serviço. Assim,

(...) As competências ostentadas seriam parte de uma retórica profissional destinada a convencer da existência de uma necessidade à qual apenas os "profissionais" poderiam suprir, uma vez que foram oficialmente habilitados para tanto (DUBAR, 1999, s/n).

Levando em conta os processos educacionais para jovens no meio rural em questão, estes operam numa visão pragmática sobre a profissão de agricultor/a, mobilizando novas modalidades estratégicas significativas à recente geração, englobando tanto o mercado de trabalho como o da educação e da formação – esta que é por toda vida (DARDOT; LAVAL, 2016). Neste contexto, a inclusão produtiva e a inclusão digital destacam-se como elementos importantes nos cursos citados.

Em síntese, diante do aumento da demanda por criação de alternativas de produção de mercado, a inclusão produtiva rural pode ser entendida como a combinação de ações: no acesso à informação, conhecimento e formação educacional destinada à juventude que vive no meio rural – o que não significa que esta juventude apresente alguma diferença em relação aos jovens que vivem no espaço urbano. Este é um elemento a ser destacado pela sua invisibilidade: uma vez que o material destinado aos jovens que vivem no meio rural mobilizam a expressão jovem rural e juventude rural sem que isso tenha qualquer justificativa em termos de diferença desta população com outras. Poderia ser aventado que este discurso tem mais o efeito de moldar o/a jovem ao meio rural do que expressar suas singularidades. Aliás, as singularidades do que é próprio dessa etapa da vida que se nomeia como juventude está apagada das políticas públicas e das ações da cooperativa; foi possível vislumbrar parte deste dilema na análise do material dos cursos e das postagens de youtube ou mesmo do jornal da cooperativa: a expressão jovem rural mais apaga do que mostra quem é o/a jovem – o que ele/ela gosta de fazer, quais suas músicas preferidas, seus filmes, os canais de youtube que mais gosta. Os processos de formação mais do que destacar, apagam as diferentes manifestações de juventude que não seja a produção econômica na propriedade rural.

Igualmente o acesso a recursos financeiros através de créditos e/ou de políticas públicas do governo<sup>47</sup>. Cada iniciativa de ensino atua a sua maneira, se distinguindo

---

<sup>47</sup>Programas como: o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

pelas práticas discursivas e institucionais, com menor ou maior ênfase na reprodução social de jovens lideranças de empreendedores rurais, no envolvimento de novas práticas econômicas e ferramentas de gestão.

Exemplificando, o curso pela Epagri oferta uma pluralidade de atividades agropecuárias, orientações para aplicar as políticas públicas em seus empreendimentos, entre outras coisas, abrangendo as possibilidades de atuação e autonomia profissional do/a jovem no mercado rural. Por seu lado, o curso coordenado pela cooperativa, o Alfa Jovem, direciona e intensifica as atividades relacionadas ao cooperativismo e as atividades de produção já em andamento pelas famílias associadas e/ou chances de uma ampliação da produção considerando as opções dadas pela cooperativa, como uma garantia na viabilidade dos negócios.

Esta racionalidade neoliberal de empresa segue-se de efeitos subjetivos nas relações, comportamentos no mercado e nas relações políticas. Assim como, necessita que o indivíduo e sua empresa rural se tornem uma entidade em competição. Na realidade, o indivíduo é totalmente responsabilizado pela construção de sua carreira, tanto no sucesso como no fracasso (DARDOT; LAVAL, 2016).

No que concerne a inclusão digital, com o aumento expressivo das tecnologias digitais no século XXI o seu uso tornou-se inevitável. Inclusive nos perímetros rurais, especialmente pelos/as jovens, nos quais a maioria já possui e/ou tem necessidade de um aparelho celular e de um computador/notebook – seja para o controle e gestão da propriedade familiar rural, seja para estudar e se comunicar com sua rede de relacionamentos (clientes, comunidade, outros membros da família e amigos/as).

Dentre outras transformações ocorridas nas últimas décadas, como as mudanças no âmbito do trabalho e a reestruturação produtiva, podemos considerar as tecnologias e mídias digitais como um elemento marcante da nova geração, da faixa etária entre 14 a 29 anos. Em comparação às gerações anteriores, Novaes (2007) aponta a necessidade de “estar conectado” às redes de relacionamentos, como uma das principais diferenças, (ao lado de “medo de morrer”, e o “medo de sobrar”). A juventude que vive no meio rural está cada vez mais conectada.



Inclusive, este fator de conexão com a internet contribuiu para a realização de algumas atividades online planejadas tanto pela Epagri, como pela Cooperalfa, com cursistas das turmas vigentes e anteriores, sem abertura de novas turmas. Como alternativa, durante o período de 2020 e 2021, as aulas presenciais e práticas tiveram que ser suspensas temporariamente, devido à situação mundial de pandemia.

Para citar uma experiência, o Programa de Inclusão Digital Beija-Flor, promovido pelo governo do Estado de Santa Catarina no âmbito da Secretaria da Agricultura e da Pesca, tem esse intuito de levar o acesso à tecnologia da informação e da comunicação principalmente à população rural e pesqueira do estado. Sendo a Epagri uma das empresas vinculadas que executa e apoia esta iniciativa servindo de sede para as atividades de inclusão digital. Este programa de inclusão digital foi viabilizado com o apoio do SC Rural de 2010 a 2016, no investimento em equipamentos, capacitação e incentivo de acesso ao Kit Informática (EPAGRI, 2015).

Com o fim dos recursos pelo SC Rural, a Epagri passou a operar com o apoio do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e Secretaria da Agricultura e da Pesca que viabiliza via o FDR (Fundo de Desenvolvimento Rural) o financiamento de recursos para a aquisição do Kit Informática (na compra de computadores ou notebooks) – tal como mencionado, esse apoio se estende para a efetivação do Projeto de Vida realizado durante o curso Ação Jovem Rural, aos/as jovens interessados/as em investir em seu projeto da propriedade rural (GERBER, 2019).

Em relação à inclusão digital no âmbito da cooperativa, a partir das fontes de entrevistas e materiais consultados é possível afirmar que o uso das tecnologias digitais no controle de atividades na propriedade rural familiar está presente, sobretudo pelos/as jovens que demonstram mais abertura e manuseio com facilidade no auxílio dos mais velhos no uso de computadores e celulares. Como no uso de aplicativos via acesso à internet para o melhoramento da produtividade. Para exemplificar, durante o CDA de 2019 a Cooperalfa apresentou aos/as seus associados/as o aplicativo ‘Mais Leite’ (chamado de Muunique), uma ferramenta de gestão para os/as produtores de bovinocultura de leite, mostrando os benefícios e a praticidade que esta tecnologia proporciona na produção de leite, relatando os casos de agricultores familiares que adotaram o sistema em suas propriedades.

Assim, o fenômeno da profissionalização da agricultura tem sido algo marcante vivenciado pela nova geração que vive no meio rural. Os e as jovens que vivem no meio rural encontram uma maior flexibilidade do trabalho com o uso de ferramentas de gestão; esta mesma geração encontra desafios na atividade agropecuária, dentre outras coisas, devido à necessidade de atualizar-se constantemente para acompanhar as mudanças do mercado, por meio de informação, conhecimento, formação e capacitação que demanda a profissionalização dos/as agricultores/as familiares.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As práticas educacionais em cooperativas agrícolas fazem parte de seu histórico desde sua constituição. Após uma forte centralização estatal de cooperativas durante o período da ditadura militar, as cooperativas de crédito rural foram retomadas apenas na década de 1980. Diferente do cooperativismo europeu, o brasileiro surgiu distante das demandas sociais o que lhe dá uma marca singular: ele surge para atender a modernização agrícola e os dispositivos de mercado.

No campo empírico estudado as práticas educacionais iniciam-se em 1977 com a criação do Departamento de Comunicação e Educação com vistas a aumentar a adesão à cooperativa. A cooperativa acolhia as lideranças da comunidade para que estas pessoas se tornassem a voz da cooperativa. Voltando a Bourdieu e Passeron (2008) a ação educativa que vem com a promessa de liberdade e autonomia pode ser expressão de cerceamento de liberdade daqueles e daquelas que estão em estágio ou passando por processos de escolarização que coincidem com a definição do que seja uma juventude.

Com o passar do tempo, as ações educativas podem estreitar, ou não, as possibilidades das gerações mais jovens permanecerem no meio rural, gerações essas que passam a questionar o modo como cooperativas se organizam e as relações de poder aí encerradas. Uma iniciativa importante de abertura está no fato do curso de formação aceitar homens e mulheres para a mesma atividade, reconhecendo a questão de gênero. Outro passo importante é o movimento no sentido de sugerir o empresariamento da propriedade no lugar do CPF do pai como forma de dividir o poder e os membros da

família tornarem-se sócios proprietários – embora ainda existam percalços e aspectos legais a serem discutidos nas relações de mercado com a cooperativa.

Por outro lado, os desejos e atividades típicas da juventude estão silenciadas nos processos de formações e nas mídias sociais analisadas da cooperativa. Jornais, revistas e *podcasts* são eficientes em exaltar os valores da cooperativa, porém, não expressam quem são os jovens nomeados como rurais. Aqui, conforme Bourdieu (2008), a cultura que une, separa e invisibiliza os jovens num processo de violência simbólica. Então voltando aos dados estatísticos, a saída de pessoas jovens do mundo rural além de ser pensada em termos de limitações econômicas, precisa ser tratada também em termos de limitações simbólicas: instrumentos de comunicação e conhecimento como os processos de educação informal ao invés de promover o consenso limitam nos jovens sua capacidade de decidir, questionar e se expressar culturalmente. Sendo de nosso interesse aprofundar a pesquisa em outro momento, sobre a visão de mundo e percepção dos/das jovens.

A partir das fontes e material utilizado, foi possível reconhecer que há uma tensão geracional na medida em que o dilema da sucessão familiar passa a ser uma questão de negociação e/ou de conflito entre as práticas tradicionais *versus* inovadoras, devido aos esquemas de percepção diferentes entre pais e filhos/as com relação a profissão de agricultor/a e o mercado agropecuário.

No contexto institucional – de iniciativa pública e mista, a Epagri, e de iniciativa associativa e privada, a Cooperativa Cooperalfa – existe um movimento de construção social de discursos e práticas de visão empreendedora na agricultura familiar, que já estava em curso, e na última década (2010-2020) passou a incluir estrategicamente a juventude rural, através da oferta de cursos de formação e de profissionalização da agricultura.

Com relação ao ensino dos cursos “Ação Jovem Rural” e “Alfa Jovem”, estes se apresentam como aprendizados complementares à profissão de agricultor/a, sem substituir o ensino escolar, nem o curso superior, tendo a característica de especialização e técnica na formação de lideranças de jovens rurais voltada para o mercado.

Neste contexto, tanto a cooperativa quanto a extensão rural do estado, assumem um papel de intermediação ao propor novos agenciamentos e ferramentas de gestão que constituem parte da metodologia do curso, que incluem conhecimentos técnicos, operacionais, de controle financeiro e desenvolvimento pessoal – que integra questões como relacionamento familiar, oratória e inteligência emocional. Desta maneira, existe um conjunto de diferenças sociais, econômicas e político-culturais que aparecem nas práticas discursivas e exercem poder simbólico no processo de socialização destes/as jovens, que mesmo não reconhecido declaradamente, existe uma divisão do perfil do público em questão. Assim, se observa os critérios de distinção sobre o universo rural nos processos educacionais citados, que ao mesmo tempo em que unifica separa a juventude com formas de inserção e posições sociais diferentes no mercado (BOURDIEU, 2008).

As ferramentas de gestão incluem forte apelo à permanência dos jovens no meio rural como foi observado nos cursos, nos materiais de divulgação e iniciativas nas mídias sociais, o que estrategicamente coincide com o interesse da continuidade e manutenção do próprio sistema cooperativo e do mercado agropecuário catarinense. Desse modo, compreende-se que a maneira como ocorre a mobilização discursiva destas instâncias que promovem o curso de formação e qualificação da juventude no meio rural, naturaliza a ideia de um/a jovem ou uma juventude rural que não parece ter uma característica muito definida ou diferente de qualquer outro/a jovem. Ao contrário disto as características, gostos, desejos, estilos de vida destes/destas jovens estão apagados ou silenciados dos processos de educação informal. Este apagamento pode ser uma das explicações da saída dos jovens do meio rural ou se aplica o conceito de heterogeneidade deste público que vive no meio rural cada vez mais conectado que têm pouco interesse em delimitar/discernir suas singularidades com outras juventudes? Mais pesquisas nesta área e explorando visão de mundo e percepção destes jovens são bem vindas.

Nesta direção, ocorre uma transferência da questão da autoridade paternalista, como vimos uma característica marcante da agricultura familiar nas gerações anteriores, para a autoridade organizacional (burocrática e pragmática). De modo simplificado, esta visão predomina sob uma construção social de uma nova ordem contemporânea, no qual

a razão do sistema econômico e político vigente compreende tudo como uma empresa, até mesmo os indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2016).

Em outros tempos havia a condição de adaptação às novas estruturas de mercado para o modelo de modernização da agricultura. Na atualidade, a juventude rural se depara com uma nova dinâmica em curso em que a condição, no caso da escolha de continuidade no campo é ajustarem-se às demandas organizacionais de mercado, que alimenta uma cadeia agroindustrial de alcance cada vez mais globalizada. Relacionado ao contexto da pesquisa a manutenção da empresa rural depende tanto das disposições econômicas quanto da predisposição familiar de continuidade na agricultura familiar – por isso pesa a necessidade de diálogo familiar entre pais e filhos para a sucessão geracional, construída e mantida sob valores tradicionais (GARCIA-PARPET, 2010).

Por fim, colocadas em perspectiva sociológica a dimensão de contextos institucionais em jogo, visto a forma como a juventude é enunciada e representada nos meios de comunicação e processos educacionais das respectivas realidades organizacionais, para uma pesquisa futura interessa-nos o questionamento pela dimensão subjetiva, na avaliação significativa da atividade rural partindo da juventude rural envolvendo os desafios do debate geracional.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Edusp, 2012.

ABRAMOVAY, Ricardo (coord). et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Editora Unesco: 1998

ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton L.; MELLO, Márcio A.; DORIGON, Clóvis; BALDISSERA, Ivan T.. **Agricultura Familiar e Sucessão Profissional: novos desafios**. 2007. Disponível em: <[http://www.gp.usp.br/files/denru\\_sucessao.pdf](http://www.gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf)>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

AGUIAR, Vilênia V. P.; STROPASOLAS, Valmir. As Problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: MENEZES, Marilda; CORDEIRO, Rosineide; SCOTT, Parry (Orgs.). **Gênero e Geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 157-182.

ALMEIDA, Ana Maria F. Herança Cultural. In: CATANI, Afrânio M. [et.al] (orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BOURDIEU, Pierre [1983]. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2019.

BOURDIEU, Pierre [1998]. **A dominação masculina**.(KUHNER, M. H. Trad.) – 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O Senso Prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer**. 2ªed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução – Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O campo econômico**. (CARDOSO, Suzana; RAUD-MATTEDI, Cécile. Trad.). In: Revista Política & Sociedade. n°6, abril, p-15-57, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Porto Alegre/RS: Editora Zouk, 2004a.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004b.

BOURDIEU, Pierre. (PAPAVERO, Claude. Trad.) A casa kabyle ou o mundo às avessas. In: **Cadernos de Campo**, Tradução. Ano IX, n°8, 1999.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro. 1989.

BOURDIEU, Pierre. (CASTRO, Magali. Trad.). **Les troisé tats du capital culturel**, publicado originalmente in Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, n. 30, novembro de 1979, p. 3-6. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4942298/mod\\_resource/content/1/BOURDIEU%2C%20Pierre.%20Os%20tr%20C3%AA%20estados%20do%20capital%20cultural.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4942298/mod_resource/content/1/BOURDIEU%2C%20Pierre.%20Os%20tr%20C3%AA%20estados%20do%20capital%20cultural.pdf). Acesso em: 03.11.2020.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BAUINAIN, Antônio Marcio. **Agricultura Familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Vol. 5, Série Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: IICA, 2006.

BARASOUL, Aline; BOESSIO, Amábile; DOULA, Sheila. Jovens e Juventudes em contextos rurais: produções científicas da pós-graduação brasileira (2010-2015). In: **Revista Linhas**. Florianópolis, vol. 18, nº 37, p.239-262, maio/ago, 2017.

BARBOSA, Roseli Azambuja. **Ponto de vista das filhas sobre sucessão na propriedade rural familiar: uma análise a partir da Q-Methodology**. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Agronegócios. Dourados/MS: Universidade Federal da Grande Dourados: 2018.

BERTONI, D.; CAVICCHIOLI, D. **Farmsuccession, occupationalchoiceandfarmadaptationatthe rural-urban interface: The case ofItalianhorticulturalfarms**. Land Use Policy, v. 57, p. 739-748, 2016.

BERNARDY, Rógis J.;ZUANAZZI, Jeancarlo; MONTEIRO, Ricardo R.. Processos de desvitalização espacial: análise da dinâmica territorial do Oeste de Santa Catarina.In: BRANDT, Marlon; CANCELIER, Janete W.; CAMPOS, Nazareno J. (orgs.). **O Espaço Rural de Santa Catarina – novos estudos**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.

BOSETTI, Cleber. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil**. Teses de Doutorado PPGSP/UFSC, 2013.

BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir A.; MALUF, Renato S. (orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: MauadX, 2009.

BÚRIGO, Fabio Luiz.. Cooperativismo de crédito: da origem aos dilemas atuais. In: **Finanças e Solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Chapecó: Argos, 2010.

BÚRIGO, Fabio Luiz. Finanças e Solidariedade: o cooperativismo de crédito rural e solidário no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, vol. 14, n.2, p. 312-349\*\*-, 2006.

BRUMER, Anita. A Problemática dos Jovens Rurais na Pós-modernidade. In: **Juventude Rural em Perspectiva**, Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos T. (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 94-118.

CARNEIRO, Maria J.; CASTRO, Elisa G.(org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARMO, Renato M.. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. In: **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan.jun, 2009, p.252-280.

CASTRO, E.; ALMEIDA, S.; CARVALHO, J.; MARTINS, M.; RODRIGUES, M.. **Os Jovens Estão Indo Embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CASTRO, E. G.. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e suas incidências nas políticas públicas de juventude. In: **Revista de Ciências Sociais, Política & Trabalho**, nº 45, jul/dez de 2016. p.193-212

CHAYANOV, Alexander. **A teoria das cooperativas**. (Revisão e Tradução de Regina Vargas). Série Estudos Rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

CHAMPAGNE, Patrick. **L'héritage refuse**. ÉditionsduSeuil, Paris: mars 2002. p. 122-180.

CAVICCHIOLI, B.; BERTONI, D.; PRETOLANI, P. **Farmsuccessionat a crossroads: The interactionamongfarmcharacteristics, labourmarketconditions, andgenderandbirthordereffects**. Journalof Rural Studies, v. 61, 73-83, 2018.

CASSIDY, A.; MCGRATH, B. Farm, placeandidentityconstructionamongIrishfarmyouthwhomigrate. Journalof Rural Studies, v. 37, p. 20-28, 2015.

CIDASC. **Em Lages, vice-governadora destaca papel transformador de jovens no meio rural**. 2019. Disponível em: <<http://www.cidasc.sc.gov.br/blog/2019/03/14/em-lages-vice-governadora-destaca-papel-transformador-de-jovens-no-meio-rural/>>. Acesso em: 09 de abril de 2020.

COLETTI, Tomé. **Agroindústria e Agricultura Familiar: uma “crônica” sobre a trajetória histórica no Oeste Catarinense**. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2009.

COOPERALFA. **Cooperativa Agroindustrial Alfa**. Disponível em: <<http://www.cooperalfa.com.br/nossa-historia>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.



CUNHA, Gabriela Cavalcanti. A economia solidária e os embates em torno dos sentidos do cooperativismo na construção recente de leis e políticas. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI, v. 23, n. 1, p.187-207, jan./mar. 2013.

DEL GROSSI, Mauro E. A redução da pobreza: de 44 milhões para 29,6 milhões de pessoas. In: SILVA, José G.; DEL GROSSI, Mauro E.; FRANÇA, Caio G (orgs). **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010. p. 301-316.

DORIGON, C.; RENK, A. (org.). **Juventude Rural, Cultura e Mudança Social**. Chapecó: Editora Argos/Unochapecó. 2014.

DORIGON, C.; RENK, A.. A Juventude e as transformações no mundo rural: um estudo de caso do oeste catarinense. In: BAVA, A.; SEVERO, M. (orgs.). **Juventude nas Sociedades em Crise – Frutal: Prospectiva**, 2016.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. (tradução: Eduardo Brandão) - 2ªed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Lições de Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DURSTON, J. Juventude Rural, Modernidade e Democracia: Desafio para os Noventa. In: **Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latino-americano**. Série Documentos Temáticos. RS. Brasil. Junho 1994. 260 p.

EPAGRI. **As mudanças estruturais na Agricultura Catarinense - análise a partir dos censos agropecuários**. In: **SAA Revista do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (CEPA)**. Florianópolis: Epagri/CEPA. 2019, p.7-21. Disponível em: <http://publicacoes.epagri.sc.gov.br/index.php/SAA/issue/view/94>. ISSN 16775953. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

EPAGRI. **40 anos de Pesquisa Agropecuária em Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2015.

FAVARETO, Arilson. A longa evolução da relação rural-urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. In: **Revista Ruris**, vol.1, nº1, mar/2007.

FERREIRA, Gabriel Murad V.; SILVA, Daniela Fonseca. **Educação Cooperativista**. E-Tech Brasil. Santa Maria: Colégio Politécnico, 2015.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos. In: **Revista de Administração de Empresas**. vol.47, n.2, pp.61-80, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v47n2/v47n2a13.pdf>. Acesso em: 09 de setembro de 2020.

FLIGSTEIN, Neil. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. **Revista Contemporaneidade e Educação**, ano VI, n. 9, p. 26-

55, 2001.

FORNECK, Elisandra; MATTE, Deborah. **Cooperação como Herança**. Chapecó: Dux Produções, 2017.

FORNECK, Elisandra. **Formar um Novo Sujeito: Educação Técnica e Cooperativa na Cooperalfa (1977-1996)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Florianópolis, SC, 2015.

GAWLAK, Albino. **Cooperativismo - Primeiras Lições**. 4ª Edição. SESCOOP: Brasília/DF, 2010.

GARCIA-PARPET, Marie-France. Disposições Econômicas e Estratégias de Reconversão: o exemplo da nova vinicultura francesa. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.7, n.13, São Luis/MA, 2010.

GARCIA, Afrânio Raul Garcia Jr. **O Sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; UnB, Brasília; 1989 (Coleção pensamento antropológico).

GEIDEL, José A.P.; MELLO, Lawrence, E.. Paradoxos da autonomia precária: legislação cooperativista e trabalho. **Revista da Faculdade de Direito**, UFPR, Curitiba, vol.61, nº1, jan/abr.2016, p.193-218.

GERBER, R. **Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri – 2012-2016: depoimentos e imagens**. Florianópolis: Epagri, 2016.

GUANZIROLI, C. et al. Desenvolvimento com equidade e agricultura familiar. In: \_\_\_\_ **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro, Garamond, 2001, pp. 15-42.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.19-50.

GRUBBSTRÖM, A.; STENBACKA, S.; JOOSSE, S. **Balancing family traditions and business: Gendered strategies for achieving future resilience among agricultural students**. *Journal of Rural Studies*, v. 35, p. 152-161, 2014.

HANDFIELD, Mario; JEAN, Bruno; PARENT, Diane. **L'insuccès de la transmission de la ferme familiale: perspectives parentales**. In: JEAN, Bruno; LAFONTAINE, Danielle (org.) *Territoires et fonctions*. Tome 2: Des pratiques aux paradigmes: Les systèmes régionaux et les dynamiques d'innovation en débats. Rimouski, Québec, Canada: GRIDEQ, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLYOAKE, George Jacob. **Os 28 Tecelões de Rochdale**: história dos probos pioneiros de Rochdale. Rio de Janeiro: GB, 1933.

HOLZMANN, Lorena. O futuro do trabalho: perspectivas para 2021. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho: horizonte 2021**. Porto Alegre: Escritos, 2014 (Série Produção de Conhecimento, 2).

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO ESTATÍSTICO. **Centro Agropecuário 2006** – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO ESTATÍSTICO. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **A dinâmica social do Brasil: Síntese de Indicadores Sociais 2018**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, nº39, 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO ESTATÍSTICO. **Censo Agropecuário 2017** – Resultados Definitivos. Rio de Janeiro: IBGE. v.8, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6755>

INFOAGRO. SC Rural. Disponível em: <<https://www.infoagro.sc.gov.br/index.php/politicas-publicas/sc-rural#:~:text=O%20SC%20Rural%20apoiou%20planos,fortalecimento%20das%20suas%20cadeias%20produtivas>>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

INWOOD, S. M.; SHARP, J. S. **Farm persistence and adaptation at the rural–urban interface: Succession and Farm Adjustment**. Journal of Rural Studies, v. 28, n. 1, p. 107-117, 2012.

Jornal **O Cooperalfa**, Chapecó, ano XXI, nº 257, junho 2010

Jornal **O Cooperalfa**, Chapecó, ano XXI, nº 274, dezembro 2011

Jornal **O Cooperalfa**, Chapecó, ano XXI, nº 275, janeiro 2012

Jornal **O Cooperalfa**, Chapecó, ano XXV, nº 291, maio 2013

Jornal **O Cooperalfa**, Chapecó, ano XXV, nº 294, agosto 2013

Jornal **O Cooperalfa**, Chapecó, ano XXV, nº309, novembro 2014

Jornal **O Cooperalfa**, Chapecó, ano XXV, nº312, fevereiro 2015

Jornal **O Cooperalfa**, Chapecó, ano XXV, nº316, junho 2015

Jornal **O Cooperalfa**, Chapecó, ano XXV, nº319, setembro 2015

Jornal **O Cooperalfa**, Chapecó, ano XXV, nº324, fevereiro 2016

Jornal **O Cooperalfa**, Chapecó, ano XXV, nº330, agosto 2016

Jornal **O Cooperalfa**, Chapecó, ano XXVIII, nº340, junho 2017

Jornal **O Cooperalfa**, Chapecó, ano XXVIII, nº346, dezembro 2017

Jornal **O Cooperalfa**, Chapecó, ano XXVIII, nº351, maio 2018

LEHBERGER, M.; HIRSCHAUER, N.

**Recruitment problems and the shortage of junior corporate farm managers in**

**Germany: the role of gender-specific assessments and life aspirations.**

*Agriculture and Human Values*, v. 33, n. 3, p. 611–624, 2016.

LAHIRE, Bernard. Patrimônios individuais de disposições. Para uma sociologia à escala individual. In: **Revista Sociologia, Problemas e Problemáticas**, nº 49, 2005, p.11-42.

LEBARON, Frédéric. **Capital**. In: CATANI, Afrânio M. et.al. (orgs). 1ª ed.- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LECCARDI, Carmen; FEIXA, Carles. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado**, nº2, vol.25, ago, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339930909003>. Acesso em: 10.03.2020.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, out 2004, vol 19, nº56, p.45-62.

LIMA, Jacob. Trabalho, autogestão e mercado. **Caderno CRH**, Salvador, v.19, nº46, p.97-110, jan/abril 2006.

LIMA NETO, E. J. e CARNEIRO, M. S. Dois mundos em disputa: a regulamentação sanitária oficial e as interações entre a convenção doméstica e a convenção industrial na cadeia produtiva do leite no Maranhão. **Política & Sociedade**, vol. 18 (43), p.162-191, set/dez, 2019. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2019v18n43p162/42770>

- LOPES, Júlio Aurélio Vianna. **Cooperativismo contemporâneo: caminho para a sustentabilidade**. Brasília: Confedbras, 2012. 176 p.
- MAZON, Marcia Da Silva. Extensão Rural em Perspectiva Sociológica. **Revista del CESLA**, Universidade Warszawaki, Varsóvia, Polônia, nº19, p.9-31, 2016,
- MAZON, Marcia Da Silva; GUIVANT, Julia. Construir Mercados, Produzir Sentidos: Sojas Transgênica e as Cooperativas do Oeste Catarinense. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.10, n. 20, jul/dez, p.59-80, 2013.
- MARCONDES, Tabajara. A agropecuária em Santa Catarina: cenário atual e principais tendências. In: **Revista NECAT** – ano 5, nº9, jan/jun, 2016.
- MILLS, Charles Wright. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural**. 2015.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Conferências Territoriais de Juventude + Plano Nacional de Juventude rural** – documento orientador. 2015.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Projovem Campo – Saberes da Terra**. Programa Nacional de Educação de Jovens Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores(as) Familiares. 2015. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/me4572.pdf>> Acesso em: 03 de junho de 2020.
- MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Estatuto da Juventude**. Brasília, 2019.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo**, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/quem-e-quem/secretaria-de-inovacao-desenvolvimento-rural-e-irrigacao>>. Acesso em: 04 de junho de 2020.
- MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural**. Chapecó: Editora Argos, 2005.
- MLADENATZ, Gromoslav. [1933]. **História das Doutrinas Cooperativistas**. Brasília: Editora Confedbras, 2003.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. 2001. 514 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Sp, 2001. Disponível em:

<<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280234?mode=full>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

MOREIRA, Sandro da Luz ; SPANEVELLO, Rosani Marisa; BOSCARDIN, Mariele; LAGO, Adriano. Estratégias paternas para a manutenção da sucessão geracional em propriedades rurais. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 413-433, jun. 2020.

NIEDERLE, Paulo André & WESZ Valdemar. A crítica ética e a construção de uma Ordem Cívica. In: **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2018, p. 219-264.

NECKEL, Roselane; KUCHLER, AlitaD. (orgs.) **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**. Florianópolis: Editora UFSC, 2010.

NOVAES, Regina. Políticas Públicas, Direitos e Participação. In: **Juventude Rural em Perspectiva**, Rio de Janeiro: Mauad X, p.99-107, 2007.

OLINGER, Glauco. **Aspectos históricos da Extensão Rural no Brasil e em Santa Catarina**. Florianópolis, SC: Epagri, 2020.

OLIVEN, Rubem George. Cultura Brasileira e Identidade Nacional (O Eterno Retorno). In: MICELI, Sérgio (org.) **O que ler na ciência social brasileira 1970-2002**. Volume IV - São Paulo: ANPOCS: Editora Sumaré: Brasília, DF: CAPES, 2002. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/o-que-ler-1970-2002/volume-iv/653-integra-3/file>. Acesso em: 01 dezembro de 2020.

**ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS**. 2020. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/historia-do-sistema-ocb>>. Acesso em: 19 novembro de 2019.

**ORGANIZAÇÃO COOPERATIVAS BRASILEIRAS. AGENDA INSTITUCIONAL DO COOPERATIVISMO**. Brasília-DF, abril/2018.

OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Histórico do Cooperativismo**. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>. Acesso em: 11 abril 2020.

OCESC. **Sindicato e Organização das Cooperativas de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.ocesc.org.br/secao/institucional>>. Acesso em: 19 de junho de 2020.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PAULILO, Maria Ignez S.. **Produtor e Agroindústria: consensos e dissensos: o caso de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise. In: **Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

PERES, Eugênio M.B.; COSTA, Gabriela R. V.; SILVA, James T.. Conselho Nacional de Juventude: Rede de Políticas Públicas. **Revista do Serviço Público**. Brasília, 59 (4), p.401-420, 2008.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural no Brasil** – uma abordagem histórica da legislação. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>>. Acesso em: 12 de março de 2020.

PINHO, Diva B. **O cooperativismo brasileiro**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PICOLOTTO, Everton L.; MEDEIROS, Leonilde S. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo. In: DELGADO, Guilherme C.; PEREIRA, Sonia M.P.(orgs). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p.342,368.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 2002.

RELATÓRIO DE GESTÃO COOPERALFA, 2006.

RELATÓRIO DE GESTÃO COOPERALFA, 2007.

RELATÓRIO DE GESTÃO COOPERALFA, 2009.

RELATÓRIO DE GESTÃO COOPERALFA, 2010.

Revista **O Cooperalfa**, Chapecó, ano 30, Edição 2, julho 2018

Revista **O Cooperalfa**, Chapecó, ano 30, Edição 9, fevereiro 2019

RENK, Arlene. **A Luta da Erva um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. 2. ed. Chapecó: Editora Argos, 2006.

RENK, Arlene; DORIGON, Clóvis; BAGNARA, Maritânia. Juventude Rural e mudança social. In: **Juventude rural, cultura, e mudança social**. Chapecó: Editora Argos, 2014, p.77-98.

SANTOS, Sílvio C. **Nova História de Santa Catarina**. 5 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.



SANTOS, Lucy Woellner dos. **A fusão pesquisa agrícola– extensão rural em Santa Catarina**. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção, UFSC. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 248.

SESCOOP - **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO**. 2019. Disponível em:

<<http://www.sescoopsc.org.br/secao/institucional>>. Acesso em: 4 de junho de 2020.

SEBRAE – **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sc/noticias/os-avancos-da-cadeia-produtiva-do-leite-no-oestecatarinense,dc5119f55cd89510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 15 junho de 2020.

SCHNEIDER, S. ; CASSOL, A . Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia** , v. 31, p. 227-263, 2014.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. In: **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº3 (119), p.511-531, jul/set, 2010.

SCHNEIDER, Sergio. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. In: **Revista Política Agrícola**. ano XVI, nº3, pp. 15-33, jul/ago/set, 2007.

SILVESTRO, M. L., et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SILVA, Claiton M. da. **Saber, Sentir, Servir e Saúde: a construção do novo jovem rural nos clubes 4-s, sc (1970-1985)**. Dissertação de História, UFSC. Florianópolis: UFSC. 2002.

SILVA, Antônio Waldimir L.. Sustentabilidade no Agronegócio e sucessão familiar: uma abordagem baseada na visão de estudantes de escolas agropecuárias do Oeste de SC. Trabalho apresentado: III CONEA/VI CETASC/XI ENEASC. **Educação Profissional com Ética e Responsabilidade**. IFC: Concórdia, 24 de maio de 2018. Disponível em: <http://conea.com.br/wp-content/uploads/2018/03/Antonio-Waldemir-1.pdf>. Acesso em: 23/01/2019.

SILVA, Wagner; SAHR, Cicilian L.L. **Os Centros Educativos Familiares de Formação em Alternâncias nas reflexões sobre desenvolvimento: o Estado da Arte da Produção Acadêmica Brasileira**. In: Geosul, Florianópolis, v.32, nº64, mai/ago 2017.



- SENNET, Richard. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação.** – 3º edição, Rio de Janeiro: Record, 2015.
- SILVASTI, T. Bending Borders of Gendered Labour Division on Farms: the Case of Finland. **Sociologia Ruralis**, v. 43 (2), 2003.
- STROPASOLAS, Valmir L. Juventude Rural: uma categoria social em construção. **XII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belo Horizonte: 2005.
- STROPASOLAS, Valmir. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006.
- STROPASOLAS, Valmir. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. (orgs) **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- SPANVELLO, R.; AZEVEDO, L.; VARGAS, L.. A Migração Juvenil e Implicações Sucessórias na Agricultura Familiar. Florianópolis: **Revista de Ciências Humanas**, v. 45, nº 2, p.291-304. Out/2011.
- STEINWANDTER, Edilene. Gerência Estadual de Extensão Rural e Pesca: uma experiência desafiadora, instigante e gratificante. In: GERBER, Rose (org.). **Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri – 2012-2016: depoimentos e imagens**. Florianópolis: EPAGRI, 2016, p.35-42.
- SWEDBERG, Richard. **Max Weber e a Ideia de Sociologia Econômica** (tradução Dinah Abreu Azevedo). Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Beca Produções Culturais, 2005. (Col. Economia e Sociedade, v.5)
- TORMEN, Ivan. Políticas Públicas Para Conservação do Solo. In: **XII Reunião Sul Brasileira de Ciências do Solo**. Epagri, 2018. Disponível em: <<http://www.sbcs-nrs.org.br/rsbcs/docs/palestras/mesaredonda-SC.pdf>>. Acesso em: 21 de abril de 2020.
- TRAMONTIM, Edgar. Fomos ensinar e acabamos aprendendo...e muito. In: GERBER, R. **Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri – 2012-2016: depoimentos e imagens**. Florianópolis: Epagri, 2016.
- VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. In: **Revista Estudos Avançados**, vol.15, n.43, p.101-119, 2001.
- VEIGA, J. E. **O que é agronegócio?**. Disponível em: <https://www.valor.com.br/opiniao/3321364/o-que-e-agronegocio>. 2013.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**; (Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa); rev. técnica de Gabriel Cohn, 4ª ed., 3ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

WEBER, Max. **A ética e o “espírito” do capitalismo**. MACEDO, José M. M. (Trad.); PIERUCCI, Antônio F. (Ed.). 12. reimp. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

WACQUANT, Loic. Habitus. In: In: CATANI, Afrânio M. [et.al] (orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

WHEISHEIMER, Nilson. **Juventudes Rurais: mapas de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (Estudos Nead), 2005.

WANDERLEY, M. N. B. **Um saber necessário** – os estudos rurais no Brasil. São Paulo: Editora Unicamp, 2011.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. In: **Estudos Sociedades e Agricultura**, Rio de Janeiro, n°21, 2003, pp.42-61

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba, Ed. UFPR, 1998, pp. 29-49.

ZOU, B.; MISHRA, A. K.; LUO, B. Agingpopulation, farmsuccession, andfarmlandusage: Evidencefrom rural China. **Land Use Policy**. v. 77, p. 437-445, 2018.

## ANEXOS



**Imagem 1 e 2** - Aula prática de Fruticultura, durante o Curso da Epagri, no CETREC (Unidade de Chapecó) no Distrito de Marechal Bormann (Foto: Neivânia/autora, 16/07/2019)



**Imagem 3 e 4** - Palestra aos/às associados/as da Cooperalfa, em Chapecó na Linha Tomazelli, durante o evento do CDA 2019. Na imagem 3 é notória a forte presença de pais e filhos/as, atentos/as ao palestrante; Na imagem 4, no telão aparece uma reflexão sobre as diferenças geracionais (Foto: Neivânia/autora, 24/01/2019).



**Imagem 4**



**Imagem 5**

Nas Imagens fotografadas 4 e 5 mostram a visita Técnica na propriedade de família associada da cooperativa, participação dos cursistas Alfa Jovem 2019 (turma Coronel Freitas). Nas imagens vemos uma apresentação da trajetória da empresa rural, com a presença dos extensionistas rurais e professor de Gestão Rural. (Foto: Vilmar Dal Bosco, Comunicador Social da Cooperalfa, 31/01/2020).





**Imagem 6**



**Imagem 7**

A imagem 6 registra o momento de exposição da Aula de Gestão Rural durante o curso Jovens cursistas do Alfa Jovem edição 2019, em Coronel Freitas; Na Imagem 7 vemos um grupo formado para a realização de uma atividade dinâmica da disciplina de Gestão Rural (Fotos: Vilmar Dal Bosco, Comunicador Social da Cooperalfa, 31/01/2020).



**Imagem 8** – Capa do Livro comemorativo de 50 anos da Cooperalfa; Na imagem, remete a figura de uma avó e um neto numa demonstração de afeto e acolhimento, ao mesmo tempo em que passa a mensagem de que os mais novos devem ter a Cooperação e a Cooperativa, enquanto valor e instituição que ficarão de herança para as próximas gerações.



**Imagem 9, 10 e 11** – Capas da Revista Cooperalfa. Respectivamente: Imagem 9, de Junho de 2017, mostra a figura de pai e filho, com a frase ‘Retorno e Profissionalismo’, no qual o filho retorna para trabalhar na propriedade da família; Imagem 10, de julho de 2018, mostra uma jovem cursista emocionada na formatura do Alfa Jovem e a frase inspirando sonhos; na Imagem 11, de maio de 2019, um jovem em cima de um caminhão de soja, com a frase em destaque ‘Agricultor do Futuro’. Contudo, a figura do/a jovem é recente nos últimos anos, além de aparecer com pouca frequência. São retratados ao destacar a importância econômica gerada nas reportagens descritas.